

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

WELINTON CAMARGO FERREIRA

**ROYALTIES DO TRATADO DE ITAIPU: UMA ESTRADA PARA O FUTURO OU
UM CAMINHO PARA O COLAPSO**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL**

2021

WELINTON CAMARGO FERREIRA

**ROYALTIES DO TRATADO DE ITAIPU: UMA ESTRADA PARA O FUTURO OU
UM CAMINHO PARA O COLAPSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural.

Orientadora: Prof. Dra. Sandra Maria Coltre

Coorientador: Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PARANÁ - BRASIL

2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Fr Ferreira, Welinton Camargo
Royalties do Tratado de Itaipu: uma estrada para o futuro ou um caminho para o colapso / Welinton Camargo Ferreira; orientadora Sandra Maria Coltre; coorientador Nardel Luiz Soares da Silva. -- Marechal Cândido Rondon, 2021.
117 p.

Tese (Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2021.

1. Região Lindeira. 2. Políticas Públicas. 3. Sustentabilidade. I. Coltre, Sandra Maria , orient. II. Silva, Nardel Luiz Soares da , coorient. III. Título.



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon

Centro de Ciências Agrárias – CCA

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Mestrado e Doutorado

WELINTON CAMARGO FERREIRA

ROYALTIES DO TRATADO DE ITAIPU: uma estrada para o futuro ou um caminho para o colapso

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme orientação do Ato Executivo nº 021/2020-GRE, Resolução 052/2020 - CEPE e Portaria Capes nº 36/2020, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, APROVADO pela seguinte banca examinadora:

Sandra Maria Coltre - Orientadora

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Wilson João Zonin – Membro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Nardel Luiz Soares da Silva -Membro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Adriana Maria De Grandi - Membro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Daisy Leticia Ramirez Monzon - Membro

Universidad Nacional del Este (UNE)

Marechal Cândido Rondon, PR, 30 de julho de 2021.

Wilson João Zonin
Coordenador Especial do PPGDRS
Portaria nº 4178/2020 – GRE

“Não há nada mais trágico neste mundo
do que saber o que é certo e não fazê-lo.
Que tal mudarmos o mundo começando
por nós mesmos?”

Martin Luther King Jr

AGRADECIMENTOS

Ao Pai Oxalá pela oportunidade de viver esta existência convivendo com pessoas maravilhosas, com as quais tenho aprendido muito.

Ao meu Pai Oxóssi, Orixá da minha querida Umbanda, caçador do plano espiritual, meu protetor na força e na fé, ao qual elevo meu pensamento para pedir por vossa proteção, com teu arco e tua flecha certa, defendei-me e protegei-me todos os dias desta minha existência.

Aos meus pais, Orlando dos Anjos Ferreira e Leontina de Paula Camargo (*in memoriam*), pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A minha esposa Raquel Nunes Spacov Ferreira, pela paciência, compreensão e apoio ao longo de todos estes anos.

A Professora Sandra Maria Coltre, amiga e orientadora, por me aceitar com meus defeitos e virtudes e pelas suas inestimáveis contribuições no planejamento e desenvolvimento deste trabalho.

Ao Professor Nardel Luiz Soares da Silva, amigo e coorientador, por todo seu apoio desde o primeiro dia em que o conheci, pela sua paciência e dedicação em suas orientações.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, pelos ensinamentos interdisciplinares e discussões sobre o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Em especial, ao amigo e coordenador do curso, Professor Wilson João Zonin, por todos seus aconselhamentos e por todas as horas dedicadas ao PPGDRS.

As Professoras da banca examinadora, Adriana Maria De Grandi e Daisy Leticia Ramirez Monzón pelas críticas e sugestões para o aprimoramento deste trabalho.

A Lizete Maria Eckstein Fredo e Kelnir Kunkel, servidoras dedicadas da UNIOESTE – Campus de Marechal Candido Rondon, por todo o apoio e auxílio durante minha estada neste programa.

Ao amigo Professor Adilson Pasini, pelos ensinamentos e incentivos ao longo desta caminhada.

Ao amigo e irmão Professor Tercio Vieira de Araújo, por ter me apresentado este caminho e por todo o auxílio, amizade e apoio nesta existência.

A CAPES, gestora da pós-graduação stricto sensu no país.

Aos valorosos servidores públicos dos municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Itaipulândia, Missal, Diamante D'Oeste, Santa Helena, São Jose das Palmeiras, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Terra Roxa, Guaíra e Mundo Novo, sem a colaboração e o profissionalismo deles, este estudo não seria possível.

Aos professores, servidores e acadêmicos da UNIOESTE, em especial aos do Campus de Foz do Iguaçu, o qual iniciei minha caminhada acadêmica e hoje me sinto honrado em compor seu quadro docente, por todo apoio e incentivo, os meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

FERREIRA, Welinton Camargo. Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE – 2021. Royalties do Tratado de Itaipu: uma estrada para o futuro ou um caminho para o colapso. Orientadora: Dra. Sandra Maria Coltre. Coorientador: Dr. Nardel Luiz Soares da Silva.

O objetivo foi investigar o impacto no desenvolvimento rural sustentável com o final dos repasses dos royalties do Tratado de Itaipu aos municípios lindeiros no Brasil. Na década de 60 o Brasil se alia ao Paraguai para estabelecer um processo de cooperação para exploração do potencial hidroelétrico do Rio Paraná na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, desta forma nasce a até então maior usina hidrelétrica do mundo. A formação do lago da usina de Itaipu iniciou um processo de desmembramento dos municípios limítrofes, inicialmente a região possuía apenas nove Municípios no Brasil, ao final deste processo o número saltou para dezesseis. No ano de 1985 Itaipu começou a gerar energia, o tratado assinado entre o Brasil e o Paraguai previa em seu Anexo “C” uma compensação financeira aos municípios limítrofes por suas terras alagadas, desta forma, os 16 municípios brasileiros começaram a receber royalties oriundos do tratado, estes recursos são definidos por lei devem ser repassados mensalmente até 2023 quando se encerram estas obrigações. Para alcançar o objetivo deste estudo foram desenvolvidos três artigos, o primeiro artigo apresenta um olhar sobre a dinâmica de formação da região lindeira durante a construção da Usina e formação do lago de Itaipu no Brasil e no Paraguai. O estudo é bibliográfico com o uso de bases de informação públicas para entender o contexto histórico da tomada de decisão pelo projeto, as transformações físicas e conflitos sociais gerados pela sua implantação. O segundo artigo trata-se de um trabalho de cunho descritivo com corte longitudinal de 2016 a 2018, as fontes de dados são de origem secundária coletados nos portais oficiais dos municípios lindeiros, na Agência Nacional de Energia Elétrica e no IBGE, sendo tratados em porcentagem, gerando indicadores que apresentam qual o percentual de participação dos royalties nos municípios recebedores e o terceiro e último artigo busca apresentar quais ações os prefeitos dos municípios lindeiros estão realizando frente o fim do pagamento dos royalties de Itaipu, este estudo é exploratório de corte transversal, os dados de fonte primária foram coletados por meio de questionário estruturado aplicado aos prefeitos dos 16 municípios lindeiros ao lago da usina de Itaipu. Os dados foram tratados em porcentagem e analisados de forma descritiva. O estudo demonstrou o grau de dependência nos municípios lindeiros dos royalties do tratado de Itaipu, dos recursos em questão, que compõem importante parcela dos orçamentos públicos e que sua descontinuidade causará impactos nestas comunidades. Esta situação coloca de modo geral o desenvolvimento e a sustentabilidade urbana e rural em um perigoso caminho para o colapso, como resposta a este risco os prefeitos têm procurado manter uma agenda de investimentos e unir forças através de conselhos e associações para evitar o fim dos pagamentos de royalties.

Palavras Chave: Região Lindeira; Políticas Públicas; Sustentabilidade;

RESUMEN

FERREIRA, Welinton Camargo. Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE – 2021. Regalías del Tratado de Itaipú: un camino hacia el futuro o un camino al colapso. Asesora: Dra. Sandra Maria Coltre. Co-asesor: Dr. Nardel Luiz Soares da Silva.

El objetivo del estudio fue investigar el impacto en el desarrollo rural sostenible con el fin de la transferencia de regalías del Tratado de Itaipu a los municipios vecinos de Brasil. En la década del 60, Brasil se alía con Paraguay para establecer un proceso de cooperación para explorar el potencial hidroeléctrico del río Paraná en la frontera entre Brasil y Paraguay, creando así la mayor central hidroeléctrica del mundo. La formación del lago de la planta de Itaipu inició un proceso de división de los municipios vecinos, inicialmente la región tenía solo nueve municipios en el Brasil, al final de este proceso, el número saltó a dieciséis. En 1985 Itaipu comenzó a generar energía y el tratado firmado entre Brasil y Paraguay preveía en el Anexo “C” del Tratado de Itaipu, establecía una compensación económica a los municipios vecinos por sus tierras inundadas, por lo que los 16 municipios brasileños comenzaron a percibir regalías derivadas de la tratado, estos recursos están definidos por ley y deben ser transferidos mensualmente hasta 2023 cuando estas obligaciones terminen. Para lograr el objetivo de este estudio, se desarrollaron tres artículos, el primero presenta una mirada a la dinámica de formación de la región vecina durante la construcción de la Central y formación del lago de Itaipú en Brasil y Paraguay. El estudio es bibliográfico con el uso de bases de información pública para comprender el contexto histórico de la toma de decisiones para el proyecto, las transformaciones físicas y los conflictos sociales que genera su implementación. El segundo artículo es un trabajo descriptivo con un corte longitudinal de 2016 a 2018, las fuentes de datos son de origen secundario recogidas en los portales oficiales de los municipios vecinos, en la Agencia Nacional de Energía Eléctrica y en el IBGE, siendo tratados en porcentaje, generando indicadores que muestran el porcentaje de participación de regalías en los municipios receptores y el tercer y último artículo busca presentar qué acciones están tomando los alcaldes de los municipios vecinos ante el fin del pago de regalías en Itaipu, este estudio es exploratorio, transversal -seccional, los datos de la fuente primaria fueron recolectados a través de un cuestionario estructurado aplicado a los alcaldes de los 16 municipios aledaños al lago de la planta de Itaipu. Los datos se trataron en porcentaje y se analizaron de forma descriptiva. El estudio demostró el grado de dependencia de los municipios vecinos de las regalías del tratado de Itaipú, de los recursos, que constituyen una parte importante de los presupuestos públicos y que la discontinuidad impactará en las comunidades. Esta situación, en general, coloca el desarrollo urbano y rural y la sostenibilidad en un camino con miras hacia el colapso, como respuesta a este riesgo los intendentes han buscado mantener una agenda de inversiones y unir fuerzas a través de ayuntamientos y asociaciones para evitar el cese del pago de regalías.

Palabras Claves: Región Fronteriza; Políticas públicas; Sustentabilidad;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Municípios Brasileiros e Paraguaio Lindeiros ao Lago de Itaipu	19
Figura 2 - Fases de Criação dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu	23
Figura 3 - População urbana x população rural municípios lindeiros do lado brasileiro (em %).....	25
Figura 4 - População urbana x população rural municípios lindeiros do lado paraguaio (em %).....	26
Figura 5 - BoxPlot da Média de Participação dos Royalties de Itaipu no Orçamento – MPRIO	46
Figura 6 - Representação gráfica da Média de Participação dos Royalties de Itaipu no Orçamento – MPRIO de acordo com os quartis.....	46
Figura 7 - Representação gráfica da Média de Participação dos Royalties de Itaipu no Orçamento – MPRIO versus Ano de Criação.....	47
Figura 8 - Média de participação do orçamento destinado para a Função 21 – Gestão Ambiental.....	50
Figura 9 - Média do valor executado na Função 21 – Gestão Ambiental.....	51
Figura 10 - Média do percentual do orçamento destinado para a Função 20 - Agricultura	51
Figura 11 - Média do percentual do orçamento destinado para a Função 20 - Agricultura	52
Figura 12 - Ações ou projetos socioambientais desenvolvidos pela Itaipu nos municípios lindeiros.....	79
Figura 13 - Ações dos prefeitos dos Municípios Lindeiros frente ao fim dos pagamentos de royalties	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etapas do trabalho de pesquisa.....	40
Quadro 2 - Problemas socioeconômicos no município com a construção de Itaipu..	67
Quadro 3 - As principais áreas afetadas pela Usina de Itaipu foram a Agricultura e o Meio Ambiente.	69
Quadro 4 - Problemas socioeconômicos pela construção da usina até o presente momento merecem atenção.....	70
Quadro 5 - Os royalties pagos pela Usina de Itaipu auxiliaram na redução nos problemas gerados.....	71
Quadro 6 - As administrações municipais anteriores conseguiram reduzir significativamente os problemas ocorridos na implantação da Usina	73
Quadro 7 - Políticas públicas desenvolvidas para sustentabilidade do município após o término dos pagamentos?	74
Quadro 8 - Enumere as principais atividades econômicas do município por ordem de importância (1 é o de maior importância e assim sucessivamente):	76
Quadro 9 - Os Royalties do tratado de Itaipu compõem importante parcela dos recursos municipais.....	77
Quadro 10 - As principais áreas financiadas por ordem de importância com os recursos (1 é o de maior importância e assim sucessivamente)	78
Quadro 11 - A Usina de Itaipu atualmente desenvolve projetos em parceria com o Município?	80
Quadro 12 - No momento atual o município se encontra preparado para uma eventual descontinuidade dos pagamentos de Royalties.....	81
Quadro 13 - O Município está se preparando para o término dos pagamentos de royalties com ações que visam o contingenciamento de gastos e investimentos públicos.	83
Quadro 14 - Necessidade da continuidade dos pagamentos de Royalties ou outro tipo de compensação financeira.	85
Quadro 15 - Negociação da continuidade dos pagamentos de royalties através da AMOP - Associação dos Municípios do oeste do Paraná.	87
Quadro 16 - As principais áreas afetadas por ordem de importância.....	88
Quadro 17 - Principais ações adotadas nos Municípios Lindeiros considerando a possibilidade de término do pagamento dos Royalties de Itaipu.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Ano de Criação, percentual de área alagada dos municípios Lindeiros e percentual de participação dos royalties do Tratado de Itaipu.	42
Tabela 2 - Royalties do Tratado de Itaipu repassados aos Municípios limítrofes ao lago no período de 2016 a 2018.....	43
Tabela 3 - Receita realizada nos municípios limítrofes ao lago de Itaipu no período de 2016 a 2018	44
Tabela 4 - Indicador de Participação dos Royalties no Orçamento Municipal – IPROM e a Média de Participação dos Royalties de Itaipu no Orçamento – MPRIO	45
Tabela 5 - População urbana e população rural nos Municípios lindeiros ao Lago de Itaipu no Brasil.....	48
Tabela 6 - Média do percentual do orçamento destinado para a Funções 18 - Gestão Ambiental e 20 - Agricultura	49
Tabela 7 - Ano de Criação, percentual de área alagada e percentual de participação dos royalties do Tratado de Itaipu dos municípios respondentes da pesquisa.....	66

LISTA DE SIGLAS

AMOP	Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
AMUSUH	Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados
CFURH	Contribuição Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos
DOU	Diário Oficial da União
IEEOF	Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções
IEGO	Indicador de execução global do orçamento
IEGOa	Indicador de execução global do orçamento anual
IEMEOFM	Índice de Eficácia Média na Execução Orçamentária das Funções Municipais
IEOF	Indicador de execução orçamentária das funções
IEOFa	Indicador de execução orçamentária das funções anual
IPFFO	Indicador de participação orçamentária final funções
IPFFOa	Indicador de participação orçamentária final funções anual
IPOIF	Indicador de participação orçamentária inicial funções
IPOIFa	Indicador de participação orçamentária inicial funções anual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOG	Ministério do Orçamento e Gestão
PPA	Plano Plurianual
RREO	Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	10
1 ITAIPU E SEU PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO REGIONAL NO BRASIL E PARAGUAI.....	14
1.1 INTRODUÇÃO	14
1.2 CRISE ENERGÉTICA DO FINAL DOS ANOS 50	15
1.2.1 As transformações decorrentes devido a implantação de Itaipu	17
1.3 MATERIAL E MÉTODOS	21
1.4 RESULTADOS	21
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
2 GRAU DE DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS DOS ROYALTIES DE ITAIPU.....	33
2.1 INTRODUÇÃO	33
2.2 REFERENCIAL TEÓRICO	35
2.3 MATERIAL E MÉTODOS	39
2.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	41
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
3 AÇÕES PÚBLICAS FRENTE AO FIM DOS PAGAMENTOS DE ROYALTIES DO TRATADO DE ITAIPU.....	56
3.1 INTRODUÇÃO	56
3.2 OS ROYALTIES E A SUSTENTABILIDADE	58
3.2.1 Políticas públicas no desenvolvimento sustentável	60
3.2.2 Itaipu e o desenvolvimento sustentável da região	62
3.3 Material e métodos.....	64
3.4 RESULTADOS	65
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS	98
APÊNDICE A - MODELO DE PEDIDO DE ACESSO A INFORMAÇÃO	101
APÊNDICE B - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	102
ANEXO A – ANEXO C DO TRATADO DE ITAIPU	108

INTRODUÇÃO GERAL

“O homem chega, já desfaz a natureza tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar”, com estes versos a dupla Sá e Guarabira em 1980 criaram um grande sucesso da música popular brasileira, esta composição protestava contra a construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho no interior da Bahia, este projeto, assim como outros foram implantados sem que fosse possível a participação da população local afetada, a construção da barragem no rio São Francisco deu origem a um imenso lago que inundou as cidades que são mencionadas na música, expulsando seus moradores das regiões alagadas.

Vale lembrar que o modelo de implantação de usinas hidrelétricas não era restrito ao norte do Brasil, vinte anos antes, na década de 60, o Brasil passava por um momento em que para consolidar seu crescimento econômico era necessário ter disponibilidade de fontes de energia, pois, sem o petróleo e a energia elétrica não seria possível se apresentar como uma nação forte e poderosa no cenário internacional.

Em um país rico em cursos d'água, a alternativa encontrada pelo regime militar que governava na época foi a obtenção energia através do represamento de corpos hídricos.

Em 1966, Brasil e Paraguai iniciam um protocolo de intenções para explorar o potencial hidráulico do Rio Paraná, este foi o início do grande projeto da Usina Hidroelétrica de Itaipu, sua construção alterou os cenários políticos econômicos e sociais na região, tanto do lado brasileiro, quanto do lado paraguaio.

Com a construção da Usina Hidroelétrica e a formação de seu lago em 1982, terras que até então eram ocupadas por indígenas e agricultores foram alagadas, o lago formado compreende uma área de 1350 km², sendo 770 km² no lado brasileiro e 580 km² do lado paraguaio, como consequência muitos moradores ribeirinhos foram obrigados a desocupar suas terras e abandonar a região lindeira, outros acabaram atraídos pelas oportunidades criadas pela construção da usina.

Este processo de mudança ambiental, econômico, político e social faz surgir um novo território.

Como compensação pelo alagamento de suas terras, os governos brasileiro e paraguaio recebem uma compensação financeira chamada de *royalties*, esta

compensação é determinada pela proporção de área alagada e a quantidade de energia gerada pela usina.

Brasil e Paraguai criaram regras próprias para a utilização dos Royalties, no Brasil este valor é distribuído entre os estados e municípios afetados, já no Paraguai os royalties foram inicialmente repassados ao Tesouro paraguaio, somente em 2010 foi criada legislação específica prevendo o repasse de recursos aos estados e municípios afetados e não afetados pela Usina.

Para atender às diversas áreas a serem contempladas por suas ações, gerando assim o almejado bem-estar, os governos se utilizam de Políticas Públicas, as quais podem ser definidas como, um conjunto de ações governamentais voltadas para a solução de problemas da sociedade.

Os *royalties* do Tratado de Itaipu tem sido uma importante fonte de recursos para as Administrações públicas brasileiras e paraguaias. No cenário atual as administrações públicas precisam utilizar seus poucos recursos de maneira eficiente, criando oportunidades que vão de encontro aos anseios da sociedade.

Fatores políticos, socioeconômicos e principalmente macroeconômicos serviram de base para que Brasil e Paraguai consolidassem este processo de cooperação no campo energético.

Tanto nos municípios da margem brasileira, quanto nos municípios da margem paraguaia do lago de Itaipu, o setor agropecuário figura como a principal atividade econômica, um dos grandes desafios do setor na atualidade é produzir de maneira sustentável. Neste sentido, as administrações públicas devem desenvolver suas políticas votadas ao espaço rural incentivando as boas práticas sustentáveis, garantindo assim que as gerações futuras possam usufruir das mesmas oportunidades apresentadas a geração presente.

O recebimento dos royalties do tratado de Itaipu representa uma importante parcela de recursos para as administrações públicas brasileiras e paraguaias. Isso impulsionou o desenvolvimento urbano e rural dos municípios lindeiros dos dois países.

Todavia, estes royalties têm prazo para acabar, de acordo com o descrito no Anexo “C” do tratado de Itaipu estes royalties findam em abril de 2023, o tratado não prevê nenhuma forma de compensação financeira posterior, ficando esta discussão para o campo político, o que origina diversas incertezas sobre o assunto.

Com a previsão do fim do pagamento dos royalties aos municípios lindeiros do lago de Itaipu no Brasil em 2023, haverá necessidade da gestão pública em estabelecer ações para manter o desenvolvimento rural conquistado. É de fundamental importância manter esse desenvolvimento, pois sem o apoio da gestão pública o impacto com o fim dos royalties poderá acarretar muitos problemas de sustentabilidade aos envolvidos.

Neste sentido, o objetivo geral do estudo foi investigar o impacto no desenvolvimento rural sustentável com o fim dos repasses dos royalties do Tratado de Itaipu aos municípios lindeiros no Brasil. Seguidos pelos objetivos específicos: descrever as transformações ocorridas com a construção de Itaipu no Brasil e Paraguai; identificar o grau de dependência dos municípios lindeiros no Brasil dos royalties de Itaipu e qual seu impacto no desenvolvimento rural sustentável; e investigar as ações públicas frente o fim dos pagamentos dos royalties de Itaipu.

A contribuição deste estudo ao investigar como a gestão pública está se preparando para este fato, é uma forma de provocar os prefeitos para que pensem a longo prazo e planejem ações efetivas para que o desenvolvimento rural se mantenha. Além disso, cabe lembrar que, a gestão pública é uma ação contínua e de grande responsabilidade que todo homem público deve atentar. Apesar da troca de gestores em um sistema democrático no Brasil, cada um deve primar pela sustentabilidade em suas ações.

Devido ao efeito que isso causará ao meio rural vinculado aos municípios no lado brasileiro, este estudo busca responder a seguinte questão: Qual o impacto no Desenvolvimento Rural Sustentável com o fim dos repasses dos royalties do Tratado de Itaipu aos municípios lindeiros no Brasil?

A presente pesquisa está estruturada em três artigos, no primeiro artigo intitulado **Itaipu e seus processos de transformação regional no Brasil e Paraguai**, descreveu as transformações ocorridas com a construção de Itaipu. O estudo foi bibliográfico com fontes secundárias coletadas em bases públicas e privadas. O segundo artigo intitulado **Grau de dependência dos municípios lindeiros dos royalties de Itaipu**, investigou o grau de dependências deste subsídio para os municípios no Brasil. O estudo foi descritivo com corte transversal entre 2016 e 2018 com dados apenas de fonte secundária.

O último artigo intitulado **Ações públicas frente o fim dos pagamentos de royalties de Itaipu**, busca identificar juntos aos prefeitos destes municípios como eles estão se preparando para o fim dos pagamentos dos royalties. O estudo é exploratório de corte transversal, os dados de fonte primária foram coletados por meio de questionário estruturado aplicado aos prefeitos dos 16 municípios limítrofes ao lago da usina de Itaipu. Os dados foram tratados em porcentagem e analisados de forma descritiva. Ao final destes estudos são apresentadas as considerações finais gerais.

1 ITAIPU E SEU PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO REGIONAL NO BRASIL E PARAGUAI

RESUMO

Na década de 60 o Brasil se alia ao Paraguai para estabelecer um processo de cooperação para exploração do potencial hidroelétrico do Rio Paraná na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, desta forma nasce a até então maior usina hidrelétrica do mundo. Este artigo apresenta um olhar sobre a dinâmica de formação da região lindeira durante a construção da Usina e formação do lago de Itaipu no Brasil e no Paraguai. O estudo é bibliográfico com o uso de bases de informação públicas para entender o contexto histórico da tomada de decisão pelo projeto, as transformações físicas e conflitos sociais gerados pela sua implantação. Os resultados apontam que, os impactos da construção da usina os municípios brasileiros sofreram processos semelhantes em relação a seus limites territoriais e suas dinâmicas sociais e estilo de vida dos envolvidos, o que originou um novo território como resultados destas mudanças.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Região Lindeira; Território

RESUMEN

En la década de 1960, Brasil se alia con Paraguay para establecer un proceso de cooperación para explorar el potencial hidroeléctrico del río Paraná en la frontera entre Brasil y Paraguay, creando así la planta hidroeléctrica más grande del mundo. Este artículo presenta una mirada a la dinámica de formación de la región limítrofe durante la construcción de la Planta y la formación del lago de Itaipú en Brasil y Paraguay. El estudio es bibliográfico con el uso de bases de información pública para comprender el contexto histórico de la toma de decisiones para el proyecto, las transformaciones físicas y los conflictos sociales que genera su implementación. Los resultados muestran que los impactos de la construcción de la planta en los municipios brasileños sufrieron procesos similares en relación a sus límites territoriales y su dinámica social y el estilo de vida de los involucrados, que crearon nuevo territorio como resultado de estos cambios.

Palabras clave: Desarrollo regional; Región de Lindeira; Territorio

1.1 INTRODUÇÃO

Na década de 60 o Brasil passava por um momento em que para consolidar seu crescimento econômico era necessário ter disponibilidade de fontes de energia, pois, sem o petróleo e a energia elétrica não seria possível se apresentar como uma nação forte e poderosa no cenário internacional.

Boisier (1996), faz um alerta ao dizer que nessa competição internacional, para triunfar é preciso possuir alguns atributos: como ser veloz para aproveitar as

oportunidades de negociação; ser flexível para poder oferecer respostas as exigências dos mercados; ser maleável a fim de moldar sua estrutura ao meio. O autor observa que esses três atributos estão inversamente ligados ao tamanho.

A essas características Boisier (1996), acrescenta outras três: a cultura, produtora de identidade e de autorreferência; a resiliência que apresenta a capacidade para reconstituir a estrutura quando danificada por elementos exógenos; e a complexidade sistêmica do território organizado. Nesse sentido, ele alerta que “se o jogo da competição é uma atividade complexa que se desenvolve de acordo com regras também complexas, não se pode pretender ganhar mediante sistemas simples” (BOISIER, 1996, p. 122).

Fruto de um acordo binacional, Itaipu surge como uma resposta da administração pública a crise energética vivida na década de 50, estreita os laços de cooperação com o Paraguai e de quebra põe fim a uma disputa de limites fronteiriços, o processo de construção e a posterior formação de seu reservatório alagou uma área de 1350 km altera significativamente os cenários políticos econômicos e sociais na região, tanto do lado brasileiro, quanto do lado paraguaio.

Em razão disso, muitos dos moradores locais foram obrigados a desocupar suas terras e migrar para outras regiões, por outro lado, a construção da mega obra de engenharia atraiu milhares de pessoas interessadas nas oportunidades geradas.

Fruto de uma ação direta do Governo Federal, o território se reconfigurou com novos atores e novas relações sociais.

Neste contexto, o estudo buscou responder a seguinte questão: Qual a dinâmica territorial da formação do lago da represa de Itaipu na fronteira entre o Brasil e Paraguai?

1.2 CRISE ENERGÉTICA DO FINAL DOS ANOS 50

Na década de 50 os hábitos da sociedade brasileira se adaptaram cada vez mais a tecnologias inovadoras que facilitavam a vida dos indivíduos gerando assim cada vez mais bem-estar social, por outro lado, estes novos hábitos exigiam cada vez mais disponibilidade de energia elétrica (SÓRIA, 2012),

Ainda na primeira parte da década de 50 eram comuns os racionamentos de energia elétrica conforme relatam Dias *et al.* (1998, p. 233),

Na verdade, nos anos 1950, os recursos hidráulicos dentro das áreas de concessão da São Paulo Light, cuja capacidade instalada estava centrada em Cubatão, e os da Rio Light, em Lajes, encontravam-se virtualmente esgotados. Esse quadro de crise era agravado nos períodos de estiagem mais severa, como a ocorrida em 1953, 1954 e 1955. Nesses anos, o racionamento foi uma constante. Os cortes no fornecimento de energia chegaram a ser de 5 a 7 horas diárias no Rio de Janeiro. Em São Paulo, os cortes sem aviso prévio ao público eram bastante comuns. Convém frisar, porém, que essas e outras iniciativas não eram tomadas apenas nos momentos de índices pluviométricos reduzidos.

Este cenário surgiu como um problema público a ser enfrentado pelo governo federal, como resposta a ele surgem os primeiros estudos no Brasil para aproveitamento do potencial hidroelétrico do Rio Paraná, estes estudos culminaram em 1966 no maior tratado político e econômico assinado entre o Brasil e o Paraguai, a Ata do Iguaçu, neste documento os países concordavam em buscar uma forma aproveitamento em conjunto do potencial hidroelétrico da região, além de estabelecer critérios de partilha da energia produzida e a opção de compra preferencial do excedente de energia não utilizada por uma das partes.

Em 26 de abril de 1973, Brasil e Paraguai assinaram em Brasília o Tratado para o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, a partir do Salto Grande de Sete Quedas ou Salto Guairá situado no Município de Guaíra até a foz do Rio Iguaçu no Município de Foz do Iguaçu, que ficaria conhecido como Tratado de Itaipu.

Com o objetivo de levar a efeito o projeto de aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná, por meio da criação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, uma empresa Binacional. Este tratado é estruturado em três anexos, sendo o Anexo A dedicado a constituição jurídica e atribuições das partes, enquanto o Anexo B trata da obra e construção do equipamento e o Anexo C descreve os mecanismos de operação financeira.

O Projeto Itaipu é iniciado em um período conhecido como “milagre” econômico, que se estendeu de 1969 a 1973, período esse que apresentava em significativo crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação, como consequência as exportações agrícolas aumentaram e a indústria nacional ampliou sua atuação no mercado. Deste modo, para que o Brasil continuasse a se desenvolver economicamente era necessária uma disponibilidade cada vez maior de energia, o Governo Federal então voltasse a grandes projetos estruturais (estradas e Hidrelétricas), projetos estes que foram viabilizados através de empréstimos externos.

Ao analisar os aspectos do desenvolvimento regional, Boisier (1996), defende o ponto de vista de que esse processo ocorre em três diferentes cenários: o cenário contextual, o cenário estratégico e um novo cenário político.

Para o autor o novo cenário contextual resulta da interação de dois processos que estão presentes em todos os países “trata-se do processo de abertura externa, impelido pela força da globalização, e do processo de abertura interna, por sua vez impulsionado pela força da descentralização” (BOISIER, 1996, p.115). O primeiro trata-se de um processo voltado a economia, enquanto o segundo refere-se a um processo político.

Localizada em zona de fronteira entre Brasil e Paraguai, a Usina Hidrelétrica de Itaipu com o represamento das águas do rio Paraná, em 1982, resultou na submersão de significativa parcela de terras no extremo oeste do Paraná no Brasil e parte do território dos Estados de Alto Paraná e *Canindeyú* no Paraguai. Este evento, provocou muitas transformações na região com vários impactos nessas regiões.

1.2.1 As transformações decorrentes devido a implantação de Itaipu

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a posterior formação de seu reservatório alagou uma área de 1350 km², sendo 770 km² no lado brasileiro e 580 km² do lado paraguaio (ITAIPU, 2018). Sua construção alterou a configuração da mesorregião Oeste do Paraná pelas inundações causadas pelo represamento para a formação do lago da Usina de Itaipu, que alteraram os limites territoriais dos municípios limítrofes (Figura 1), bem como reconfiguraram suas paisagens e características (SOUZA, 2012).

Fatores políticos, socioeconômicos e principalmente macroeconômicos serviram de base para que Brasil e Paraguai consolidassem este processo de cooperação no campo energético. Para Saquet (2007), o processo de produção de um território acontece a partir das mudanças históricas e simultâneas, no território há fusão de aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais, considerando-se as relações sociedade natureza.

Ao referir-se sobre o desenvolvimento local, Saquet (2011), considera ser cada vez mais necessário que haja “uma nova concepção de geografia, de desenvolvimento, de planejamento e de gestão do território, que seja histórica, crítica,

relacional e multidimensional” (SAQUET, 2011, p. 06). Nesse sentido, o autor enfatiza que a identidade do ambiente seja preservada, é preciso levar em conta os aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais-ambientais, sem esquecer de integrar o urbano e o rural, e as relações entre si.

Para Saquet (2011, p.06), “o território e o desenvolvimento fundam-se em relações sociais, sociais-naturais, sociais-espirituais, em conflitos, contradições e interações, contendo heterogeneidade, mudanças, permanências, desigualdades, diferenças e identidades”. Para ele nesse contexto de processos históricos estão presentes as relações de poder, a identidade local, assim como todas as relações cotidianas do dia a dia.

Devido a essas condições, “há, assim, múltiplas determinações do território e do desenvolvimento, que precisam ser consideradas nos estudos e nos processos de planejamento e gestão do território e do desenvolvimento: sociais, naturais, espirituais, históricas, relacionais” (SAQUET, 2011, p. 07).

No âmbito do desenvolvimento, Boisier (1982), indica que o crescimento econômico é considerado uma condição necessária desse processo, mas ressalta que *“el crecimiento económico es una condición necesaria del desarrollo, pero este último es un fenómeno cualitativamente distinto que implica, em la región, una internalización del excedente generado por el próprio crecimiento”* (BOISIER, 1982, p. 27). Nesse sentido, ele chama a atenção dizendo que cada região apresenta diferentes variáveis de crescimento.

Boisier (1996), corroborava que, nesse contexto surgiriam diferentes arranjos territoriais, hierarquicamente ordenados, que apresenta o conceito por ele denominada de região pivotal, estabelecida como o menor território organizado com características próprias de cultura e resiliência. Dizia que, “essas regiões pivotais podem associar-se a outras regiões pivotais ou simplesmente a outros territórios organizados, de forma livre, voluntária e democrática, submetendo a associação ao único requisito da contiguidade geográfica, para dar origem a regiões de maior tamanho, denominadas regiões associativas” (BOISIER, 1996, p.123).

Complementa que, essa nova estrutura articulada em diferentes regiões configura na prática a aplicação de um paradigma de baixo para cima, que contrapõe com o paradigma dominante, conhecido como paradigma do centro para baixo.

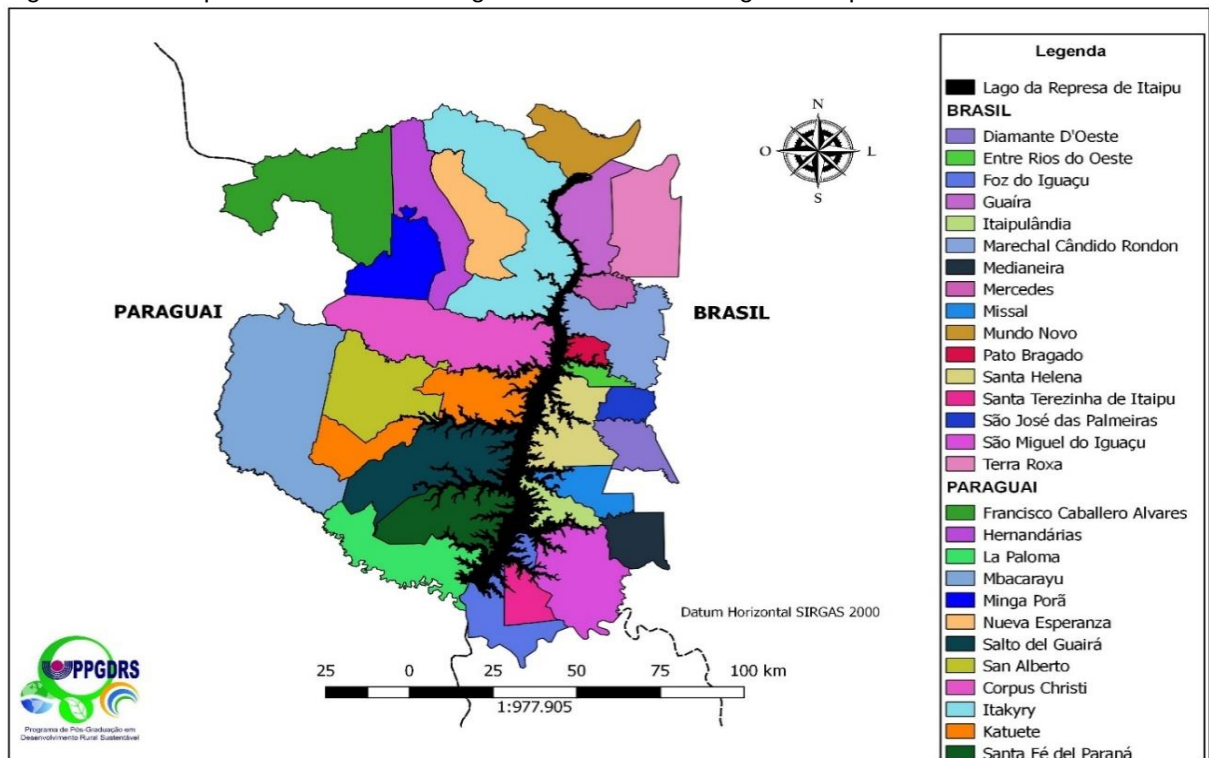
Boisier (1982), apresenta num sentido figurado a mudança do primitivo triângulo do desenvolvimento regional para o atual hexágono do desenvolvimento

regional, onde o autor ressalta que o papel de um bom projeto político deve articular todos os vértices desse hexágono: a) atores - diferentes categorias: individual, corporativa e coletiva; b) instituições – adequada institucionalidade; c) cultura – elementos de interesse; d) procedimentos – corretos procedimentos , e) recursos – materiais, humanos, psicossociais e conhecimento; , e f) entorno – relaciona-se a tudo que é externo.

Boisier (1996), ressalta que para promover o desenvolvimento de um território (região, província ou localidade), sua organização não depende apenas dos seis elementos do hexágono, mas sim especificamente do modo como ocorre a articulação entre eles.

De acordo com Dematteis e Ferlaine (2003), o território é formado intrinsecamente por infraestruturas, sujeitos, relações sociais e relações entre sociedade e natureza que resultam em transformações, novos conhecimentos tecnológicos, científicos e culturais, os quais necessitam ser governados considerando a sua diversidade.

Figura 1 - Municípios Brasileiros e Paraguaio Lindeiros ao Lago de Itaipu



Fonte: ANEEL (2018); DGEEC (2018); IBGE (2018); Ley Nº 3.894 de 01 de octubre de 2010 – Paraguay

A construção da usina aumentou significativamente a segurança energética dos dois países, por outro lado esta decisão alterou física e socialmente a região, uma

vez que vários moradores dessas regiões precisaram ser removidos de suas terras e municípios, perdendo áreas economicamente viáveis para a prática agrícola com a formação do lago, tanto no lado brasileiro quanto no lado paraguaio.

Durante o período de construção da usina vários movimentos populares foram iniciados objetivando a defesa dos interesses dos afetados, muito desses grupos tinham como bandeira a criação de novos municípios lindeiros, como de fato ocorreu (Figura 2).

Segundo Indovina, Calabi (1974) *apud* Saquet (2011), é preciso entender os diversos usos dos territórios transformados: para produção, para circulação e valorização do capital, para reprodução da força de trabalho. Segundo os autores, o território é concebido pelas forças e relações de produção, juntamente com as contradições e conflitos presentes na relação com o Estado.

Na “expansão do capitalismo, as forças produtivas e as relações de produção dão forma e significados ao território. Essa organização é mediada por relações políticas inerentes aos conflitos derivados das relações capital-trabalho” (SAQUET, 2011, p. 08). Ressalta que o território, organizado historicamente, configura-se a partir das edificações e das relações sociais, a partir do viés da territorialidade do capital.

Chama a atenção para o fato de que essa “apropriação do espaço urbano também precisava considerar, simultaneamente, os processos rurais, culturais e ambientais, pois acreditamos numa relação multidimensional e multiforme entre o campo e a cidade” (SAQUET, 2011, p. 08). E, que nesse espaço do urbano e do rural, ocorrem diversas complexidades e heterogeneidades.

Alertava Boisier (1982, p.46), o desenvolvimento de uma região “*depende en último término de los acuerdos, transacciones, conflictos, capacidad de negociación y en definitiva, de la articulación cambiante que se da entre estos dos actores en momentos históricos dados*”.

Este território até então de trabalho, de residência e de comércio, passa a ser alterado, com a desapropriação de terras para a construção da barragem nos dois países, a oferta de emprego cria um fluxo de migração para a cidade de Foz do Iguaçu gerando especulação imobiliária e criando novos problemas socioespaciais da cidade. Neste sentido comenta Ostrovski (2014, p.22) que:

Essa mobilidade populacional, de dois fluxos, altera significativamente a configuração populacional do Oeste do Estado do Paraná. A cidade de Foz do Iguaçu tem sua população, quase que do dia para a noite, triplicada, ao passo que cidades lindeiras ao lago, testemunham sua população diminuir,

seu território ser fragmentado e inundado. Fluxos são interrompidos, padrões de vida são alterados, modos de vida e ocupação são eliminados.

No processo de desapropriação de terras do lado brasileiro para a formação do lago ocorreram conflitos entre a Itaipu Binacional e os colonos expropriados, embora tenha havido uma grande campanha para sensibilizar a população da importância da usina para o desenvolvimento do país, a população que seria diretamente afetada não foi consultada durante o planejamento. Segundo Germani, (2003, p.47):

Todo o projeto da maior usina hidrelétrica do mundo foi estudado, negociado e sacramentado, sigilosamente, sem levar em conta os interesses de uma população diretamente implicada - sem levar em conta o projeto de vida da população que habita a tal área delimitada.

Boisier (1982), ressaltava que intervenção no planejamento do desenvolvimento regional depende tanto do lado de quem interfere quanto de quem sofre essa interferência. Segundo ele quanto maior for o poder dessa interferência, maiores são as chances de ela ocorrer de forma autoritária; já no sentido oposto, quando a interferência fosse menor, maiores são as chances de transformá-la em negociação entre as partes envolvidas.

1.3 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo de caráter bibliográfico fundamentado em documentos sobre o tema. Os dados, apenas de origem secundária, foram extraídos de bibliográfica científica física e virtual, documentos disponíveis em bases da Itaipu Binacional, dos portais municipais dos lindeiros brasileiros e paraguaios, da *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* – DGEEC da República do Paraguai e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os dados foram tratados e discutidos por análise dos conteúdos de tais documentos e analisados de forma descritiva.

1.4 RESULTADOS

De acordo com os dados disponibilizados pela Itaipu no Brasil foram adquiridos/indenizados 101.092,52 hectares, totalizando 8.519 propriedades, das quais 6.913 eram rurais e 1.606 urbanas, o que resultou em aproximadamente 40.000

peças removidas, o mesmo relatório apresenta os dados referentes ao lado paraguaio, onde foram indenizados 119.410 hectares, totalizando 1.243 propriedades, em sua maioria propriedades rurais, o que acarretou aproximadamente 5.000 pessoas removidas.

Segundo dados do mesmo relatório no Paraguai, o programa de aquisição de terras foi realizado entre 1978 e 1982, e que 87% da população desapropriada reassentou na vizinhança da região do projeto, onde conseguiram adquirir terras em média 50% maiores que as anteriores (ITAIPU, 1990, p.113).

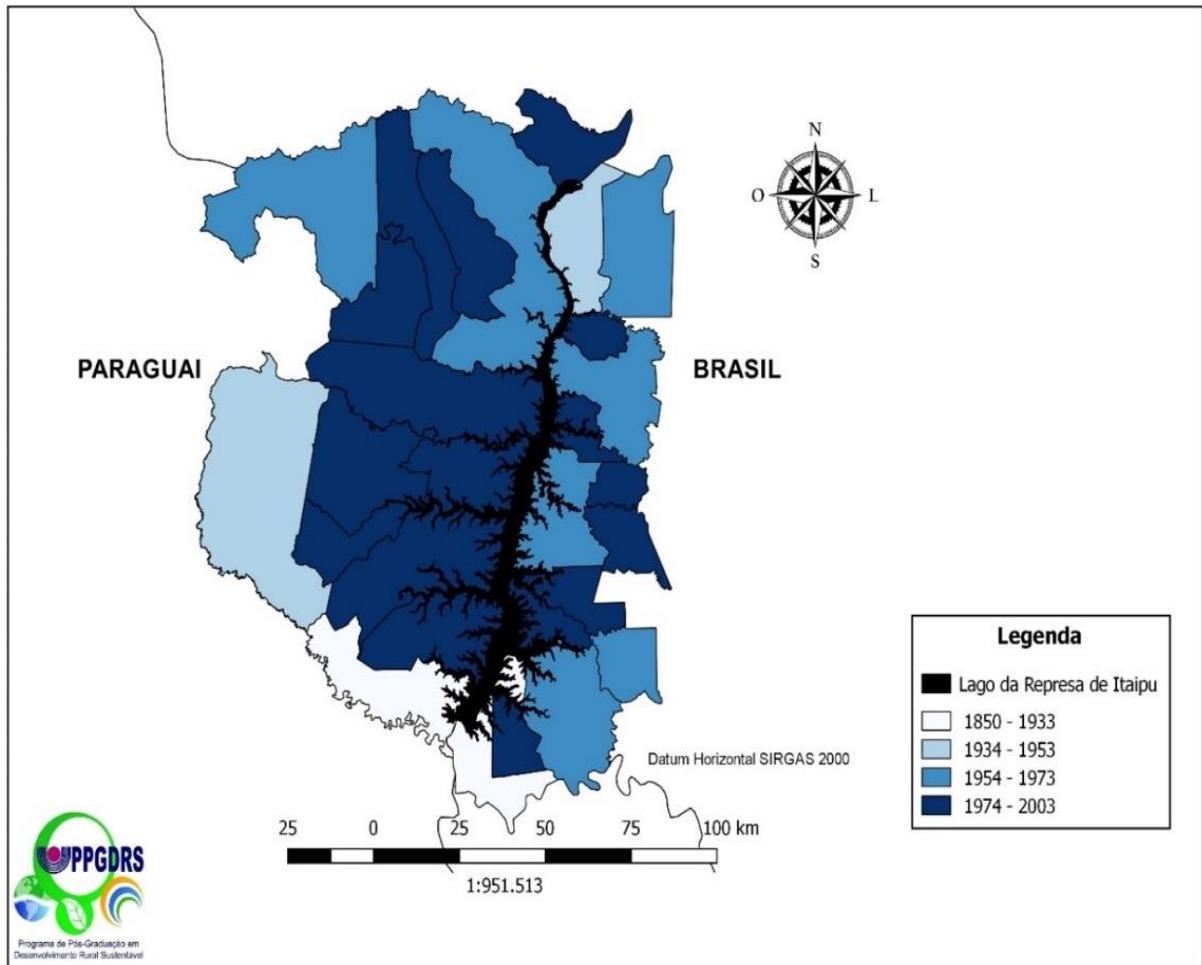
As margens brasileira e paraguaia apresentam situações diferentes com relação a desapropriação, enquanto no Brasil a área em questão era menor que a paraguaia, o lado brasileiro apresentava o maior número de pessoas a serem desapropriadas. Questões importantes a serem destacadas é o valor a ser pago e o sistema adotado pela Itaipu para indenização das terras na margem brasileira.

Em geral, Itaipu pagava um preço muito menor que o valor de mercado pelas terras e ao mesmo tempo descontava as dívidas do agricultor com os bancos. Ribeiro (2002), explica que a avaliação das terras era realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com base em dados de cartórios e bancos. Outro ponto de discórdia era a forma jurídica que eram realizadas estas operações, em muitos casos Itaipu propunha um simples contrato de compra e venda de terras, o que impossibilitava ao desapropriado de questionar os valores pagos judicialmente. Na percepção de Boisier (1995), há pouca importância conferida tanto na literatura quanto na prática do planejamento regional sobre políticas econômicas, tanto as de caráter macro quanto as de âmbito setorial. Nesse sentido o autor faz uma crítica quando diz que os especialistas em política econômica parecem viver em mundos abstratos com pouca variação contextual.

Boisier (1982), considerava que alguns autores apresentam o processo de desenvolvimento regional através do viés da lógica capitalista, outros ainda entenderão que ele ocorre devido as mudanças do sistema econômico, negando assim a possibilidade de desenvolvimento regional dentro do sistema capitalista. De acordo com o autor, qualquer região ou território organizado devem ser analisados sob dois aspectos, sua estruturação e como está articulado entre si. Para um território, a primeira tarefa do desenvolvimento é a modernização de seus componentes desenvolvendo um projeto coletivo que articule e direcione as ações.

Nesse sentido, Ohmae (1995), indicava que, os territórios organizados exercem um novo papel no momento em que estão em busca de competência e competitividade. Defende que, a organização desse território não está relacionada a sua escala de tamanho.

Figura 2 - Fases de Criação dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu



Fonte: ANEEL (2018); DGEEC (2018); IBGE (2018); e Ley N° 3.894 de 01 de octubre de 2010 – Paraguay

Brasil e Paraguai reconhecem 28 municípios como lindeiros ao Lago da Usina de Itaipu, dos quais 16 estão no lado brasileiro e 12 no lado paraguaio. Até 1973 existiam apenas oito municípios na região lindeira ao lago no lado brasileiro: Foz do Iguaçu (1914), Guaíra (1951), Marechal Cândido Rondon (1960), Medianeira (1960), São Miguel do Iguaçu (1961), Terra Roxa (1961), Iguatemi (1965) e Santa Helena (1967), com o início das obras da usina em 1974 nove municípios foram criados: Mundo Novo (1977) Santa Terezinha de Itaipu (1982), Missal (1982), São Jose das Palmeiras (1985), Diamante D'Oeste (1987), Pato Bragado (1990), Mercedes (1990), Itaipulândia (1992) e Entre Rios do Oeste (1993).

A margem Paraguaia do lago passou por um processo semelhante de criação de novos municípios, até 1973 existiam apenas cinco municípios: *Hernandárias* (1896), *Itakyry*(1946), *Salto del Guairá* (1963), *Corpus Christi* (1968) e Santa Rita (1973), assim como na margem brasileira, com o início das obras da usina em 1974 oito novos municípios foram criados: *General Francisco Caballero Alvarez* (1987), *San Alberto* (1991), *Mingá Porã* (1991), *Mbaracayú* (1991), *Nueva Esperanza* (1991) e *La Paloma* (1994), *Katueté*(1994) e *Santa Fé Del Paraná* (2003).

Dos 28 municípios lindeiros ao lago de Itaipu, 17 foram criados após o início da construção da usina, ou seja, 64% foram criados após 1973, vale destacar que na margem brasileira e paraguaia do lago aconteceram processos semelhantes de desapropriação, reconfiguração de limites, e subdivisões de espaços.

Nesse sentido, Saquet (2011), faz um questionamento a respeito do significado sobre os territórios e as territorialidades nos espaços urbanos e rurais. De maneira sucinta ele conceitua território como sendo uma “construção social, a partir das diferentes formas de uso e apropriação do espaço geográfico. Portanto,” é histórico e relacional, multiforme e multidimensional, formado sobretudo a partir das relações de poder” (SAQUET, 2011, p. 09). Nesse ambiente, segundo o autor, está implícito o envolvimento de aspectos como redes de circulação e comunicação, as diferenças, as desigualdades e as identidades culturais e que esses processos, são essenciais para que haja um entendimento do desenvolvimento territorial nas diferentes dimensões.

As territorialidades, segundo Saquet (2011, p.10), pensando numa abordagem territorial, “significa, sucintamente: a) relações sociais, de poder, no âmbito multidimensional; b) intencionalidades, objetivos e metas; c) apropriação simbólica e concreta do espaço geográfico; d) práticas espaço-temporais-territoriais, como sínteses das relações sociedade-natureza”. Ressalta que é preciso considerar a abordagem histórica na formação de cada território, proporcionando dessa maneira subsídios para definir planos e projetos para o desenvolvimento territorial.

Na interpretação de Boisier (1995), o processo de desenvolvimento regional ocorre quando há a interação de três fatores: na alocação de recursos, na organização da política econômica, e na estrutura institucional e social.

Ressalta sem dúvida nenhuma que a alocação de recursos tem sido um dos principais fatores apontados para explicar o desenvolvimento regional. Outros dois

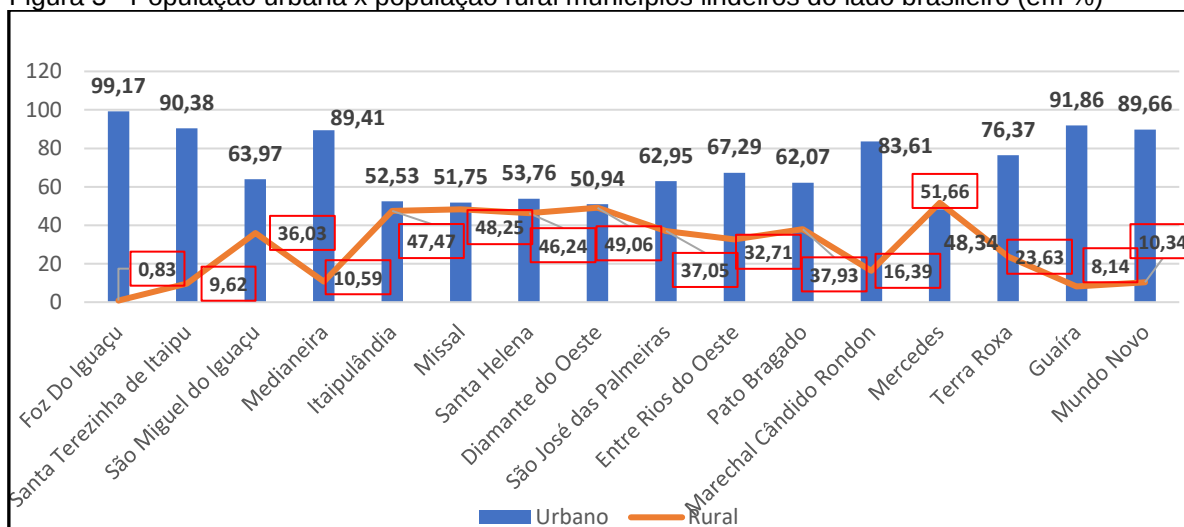
fatores que podem se considerar privilegiados no cenário do desenvolvimento regional é o papel das instituições e dos grupos sociais.

Boisier (1982), destaca também a participação de dois atores fundamentais: o Estado e a região, esta última, destaca ele, não deve ser concebida apenas como espaço geográfico, mas sim através da inclusão de seus atores no processo de planejamento. Ele já considerava em 1982 que, a maioria das regiões é constituída por sistemas econômicos relativamente pequenos, seja na sua participação no percentual do produto interno bruto do país, ou em muitos casos em termos absolutos. Sugere que para se efetuar um plano econômico algumas decisões são externas a região, e que estas influenciam no crescimento dos seus elementos internos. Decisões essas que podem afetar tanto a captação de recursos quanto a forma de proceder sua administração.

Atualmente, de acordo com os dados oficiais dos dois países, a população total é de 652.198 habitantes, é importante ressaltar que estes números foram obtidos dos últimos censos realizados, pelo Brasil em 2010 e pelo Paraguai em 2016, no Paraguai órgão responsável pelo censo, *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* – DGEEC

Um ponto importante para este estudo é o percentual de pessoas que vivem na zona urbana e na zona rural destes municípios, para apresentar estas informações foram geradas duas figuras:

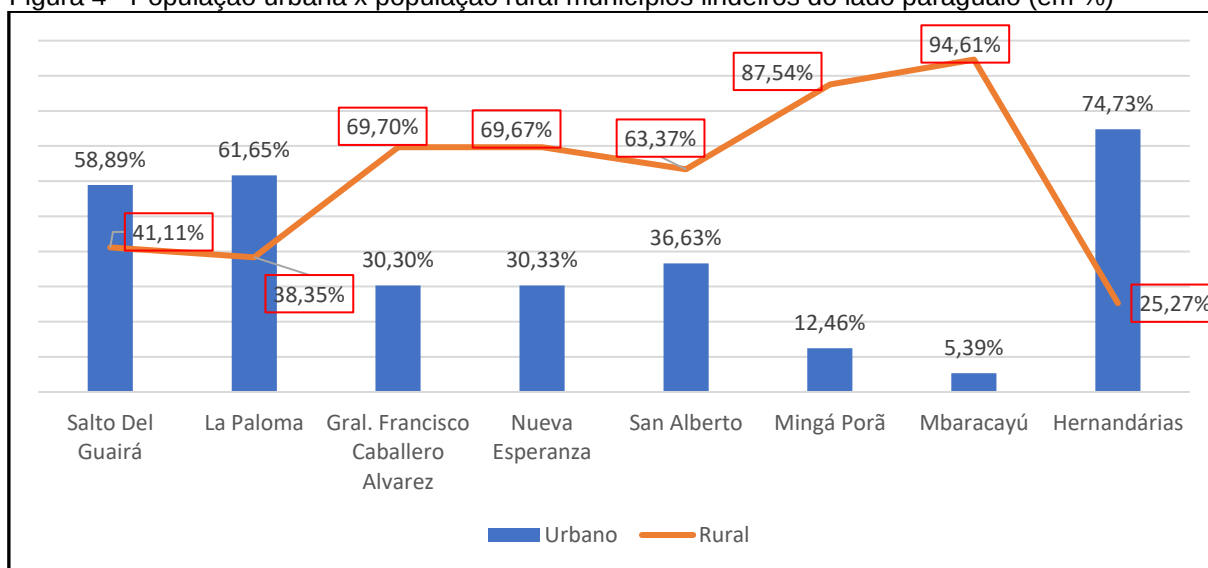
Figura 3 - População urbana x população rural municípios lindeiros do lado brasileiro (em %)



Fonte: IBGE Cidades - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010

A Figura 3 apresenta a população urbana e a população rural dos municípios lindeiros do lado brasileiro, nota-se que na maioria dos municípios a população urbana supera a população rural, a média da população urbana encontrada foi de 70,87%, contra 29,13% da população rural, o único município onde a população rural se mostrou maior foi em Mercedes com 51,66%, o Município de Foz do Iguaçu destacasse dos demais por possuir 99,17% de sua população classificada como urbana e apenas 0,83% como rural.

Figura 4 - População urbana x população rural municípios lindeiros do lado paraguaio (em %)



Fonte: DGEEC -Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, 2016

A Figura 4 apresenta a população urbana e a população rural dos municípios lindeiros do lado paraguaio, nota-se que na maioria dos municípios, diferentemente do lado brasileiro a população rural supera a população urbana, a média da população urbana encontrada foi de 38,80%, contra 61,20% da população rural, apenas em três municípios a população urbana é maior que a população rural, estes municípios se encontram mais próximos das passagens fronteiriças com o Brasil, embora seja um dos menores municípios da amostra Mbaracayú destacasse dos demais por possuir 94,61% de sua população classificada como rural e apenas 5,39% como urbana.

Segundo Schneider (2016), no Brasil erroneamente é defendido como sendo modelo convencional de agricultura, aquela que é constituída por grandes propriedades, cujas principais características baseiam-se na monocultura, no trabalho assalariado e na utilização de produtos químicos.

Entretanto nos chama a atenção para o fato de que “a agricultura familiar não é residual ou sem importância do ponto de vista da produção agroalimentar”

(SCHNEIDER, 2016, p. 12). Do mesmo modo que existem várias organizações internacionais pesquisando sobre o papel estratégico da pequena agricultura tanto no desenvolvimento rural quanto na segurança alimentar.

A agricultura familiar por muito tempo foi classificada como agricultura de subsistência, atualmente sua importância na produção de alimentos básicos para o mercado interno cumpre um papel decisivo para a segurança alimentar nacional.

Neste sentido, Simonetti *et al.* (2011), pondera que a agricultura familiar está cada vez mais integrada ao mercado, destacando-se no cenário brasileiro na produção de alimentos básicos como feijão, mandioca, milho, café e arroz.

Schneider (2016), ao tratar dos desafios que o pequeno agricultor enfrenta, destaca o ponto de vista de algumas organizações: a) a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura que publicou que do total de 570 milhões de unidades produtivas que existem no mundo, nada menos do que 500 milhões são de pequenos agricultores, também chamados de agricultores familiares; b) a FAO estima que a agricultura familiar é a que mais se sobressai na agricultura no mundo, sugerindo que elas produzem mais de 80% dos alimentos do mundo em termos de valor; c) o estudo do *United Nations Procurement Division*/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento sugere que o papel da agricultura familiar poderá auxiliar o enfrentamento das mudanças ambientais provocadas pela mudança do clima; e d) o relatório do *International Fund for Agricultural Development/United Nations Environment Programme* ressalta o papel estratégico dos pequenos produtores tanto nos que se refere a segurança alimentar quanto ao meio ambiente.

Enfatiza o autor que, a própria terminologia de pequenos produtores (proprietários) muitas vezes é interpretada como sinônimo de pobreza ou de atraso, ou fadados ao desaparecimento inexorável. Schneider (2016), defende o ponto de vista que, ao invés de nos referirmos a esses indivíduos como sendo pequenos produtores, passemos a nominá-los de agricultores familiares ou unidades produtivas familiares.

Essas diferentes formas de identificar as pessoas e famílias que atuam no meio rural diferem entre as regiões/países, para ele, elas podem ser identificadas como sendo “pequenos produtores agrícolas/rurais, camponeses ou agricultores familiares. Portanto, aqui reside uma primeira distinção entre estes três termos: eles se referem a uma categoria social que varia segundo países e regiões” (SCHNEIDER, 2016, p. 18).

Ao definir os agricultores familiares afirma que eles “constituem uma categoria social economicamente diversa e socialmente heterogênea. Trata-se de uma forma particular de organização de trabalho e de produção” (SCHNEIDER, 2016, p. 19). Para ele, a produção ocorre a partir de estratégias agrícolas e não agrícolas, que estão inseridas cada uma em seu contexto social e econômico.

Ressalta ainda que, o sucesso da atividade não ocorre apenas devido as políticas públicas que envolvem o setor ou devido ao desejo individual ou familiar, mas sim que seu êxito está relacionado tanto com a forma de gerir seus recursos produtivos (terra, capital e tecnologia) quanto da tomada de decisões que envolvem o grupo.

Ao inserir os agricultores familiares no contexto social e econômico, Schneider (2016), chama a atenção para o fato de que em muitos casos eles se encontram condicionados as demandas urbanas, como a oferta de alimentos saudáveis e aspectos ligados a preservação, dentre eles a paisagem, o solo, a água e a biodiversidade.

Segundo Zanco *et al.* (2017), a agricultura familiar destaca-se como agente promotor de desenvolvimento, pois tem potencial validado por sua diversidade e sua produtividade, sendo: geradora de alimentos, guardiã do meio ambiente e provedora de renda, possibilitando o, rural com gente, e assegurando condições de organização social e econômica.

Schneider (2016), apresenta um questionamento acerca da definição dos termos agricultura familiar, pequena produção e campesinato. Segundo ele, trata-se de uma controvérsia, pois é possível afirmar que a agricultura familiar e a pequena produção consistem numa atividade produtiva. Nesse sentido, Schneider ressalta que “a utilização do termo agricultura familiar ao invés de pequeno produtor permite ampliar a definição, pois supera o critério quantitativo de área de terra, e agrega a variável trabalho” (SCHNEIDER, 2016, p. 21). Além disso, indica que para desempenhar suas atividades o produtor rural utiliza o trabalho da sua família.

Para Abramovay (1992), a agricultura familiar no que diz respeito a gestão, a propriedade e a força de trabalho são compostas por pessoas que possuem consanguinidade ou parentesco.

Em seus estudos, Schneider (2016), apresenta a definição de agricultura familiar em alguns países. Ao tratar desse segmento no Brasil, o autor apresenta algumas características próprias como: a gestão ser especificamente familiar, a renda

familiar atingir até 80% com a venda de seus produtos e os produtores rurais residirem na propriedade ou próximo dela.

Garner, Campos (2014) *apud* Schneider (2016), indicaram ter encontrado 36 diferentes definições de agricultura familiar, tal estudo reforça que não há um consenso nessa descrição.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (2014) utilizou uma definição operacional mais abrangente, a agricultura familiar inclui todas as atividades agrícolas de base familiar, predominantemente gerida pela mão de obra familiar.

São inegáveis as alterações ocorridas na região fronteira com a construção de Itaipu. Para Santos (2011), o território é o lugar que se encontram as ações, as paixões, os poderes, as forças e as fraquezas, conseqüentemente é onde a história do homem acontece através das manifestações de sua existência.

Em resposta à pergunta do estudo, é fato que, a região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai com a implantação de Itaipu passou por significativas mudanças, não apenas no espaço físico dos municípios envolvidos, mas principalmente no estilo de vida dos moradores. E, diariamente novos desafios surgem frente ao contexto tais como a covid19, aspectos econômicos e regulamentos já assinados que podem afetar a sustentabilidade e o desenvolvimento rural nos municípios lindeiros, como o término dos royalties em 2023.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos impactos da construção da usina, os municípios brasileiros e paraguaios sofreram processos semelhantes em relação a seus limites territoriais e suas dinâmicas sociais, sendo assim, um novo território se apresenta como resultados destas mudanças históricas.

A problemática do desenvolvimento desse novo território precisa ser compreendida a partir das relações existentes entre seus espaços urbanos e rurais, e seus processos ambientais, econômicos, políticos e culturais.

Estudos futuros devem continuar para o acompanhamento da evolução deste empreendimento e um deles é o término dos royalties e o seu impacto para o desenvolvimento rural da região como um todo, estudo que está em andamento.

A disponibilidade energética se faz importante para qualquer país em desenvolvimento e este estudo busca contribuir para demonstrar a amplitude das transformações que ainda ocorrem às implicações de sua sustentabilidade futura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1 ed. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1992.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Totais Distribuídos Compensação Financeira e Royalties**. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/CMPF_Totais/CMPF_ROY_TotaisBrasilMunicipios.cfm. Acesso em: 10 Mai. 2018.

BOISIER, S. Política económica, organización social y desarrollo regional: Elementos para armar una teoría Del desarrollo regional. Santiago de Chile: ILPES, 1982. **Caderno ILPES, 29**. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7494/S8200030_es.pdf Acesso: 08 Ago 2018.

_____. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas** nº 13 p. 112-147, 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135>. Acesso em 09 Ago. 2018.

_____. Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional. Santiago de Chile: ILPES/DPPR, 1995. **Serie Investigación**, Doc. 95/14. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/9663/S9500092_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 25 Ago. 2018.

DEMATTEIS, G.; FERLAINO, F.(org). **Il mondo e i luoghi**. Turim. IRES – Istituto di Ricerche Economico-Sociali del Piemonte, 2003. Disponível em: https://www.byterfly.eu/islandora/object/librib:363225/datastream/PDF/content/librib_363225.pdf. Acesso em 25 Ago. 2018.

DGEEC -**Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. Atlas Censal Paraguay**. Disponível em: http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Atlas%20Censal%20del%20Paraguay/atlas_censal_paraguay.html> Acesso em: 10 Mai. 2018.

DIAS, R. F.; CACHAPUZ, P. B. de B.; CABRAL, L. M. M.; LAMARÃO, S. T. N.; **Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil**. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Disponível em: <https://www.memoriadaeletricidade.com.br/publicacoes/13652/panorama-do-setor-de-energia-eletrica-do-brasil-panorama-of-eletric-power-sector-in-brazil> . Acesso em: 10 Mai. 2018.

FAO. **Ano Internacional da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.fao.org/fmily-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

GERMANI, G. I. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador, Adufa, ULBRA, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 abr. 2018.

ITAIPU. **Royalties**. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. **A usina Hidrelétrica de Itaipu**. Itaipu Binacional, 1990.

OHMAE, K. **The end of the nation state. The rise of regional economies**. New York: TheFree Press, 1995.

OSTROVSKI, D. Movimento populacional e transformações locais: os motores da Itaipu Binacional. **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 18, n. 2, maio/ago. 2014.

PARAGUAI. Ley n. 5282, de 19 de setiembre de 2014. **De libre acceso ciudadano a la información pública y transparencia gubernamental**. Disponível em: http://54.207.3.16/sfp/archivos/documentos/ley5282.2014_psinn312.pdf. Acesso em: 31 out. 2016.

RIBEIRO, M. F. B. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel. Edunioeste, 2002.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

_____. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate**. vol. XIX, n 21 jan./jun. 2011- p. 5-15.

SCHNEIDER, S. A presença e as potencialidades da Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe. **Redes**, Santa Cruz, v. 21, nº 3, p. 11 - 33, set./dez. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8390>. Acesso em 11 Ago. 2018.

SIMONETTI, D; PERONDI, M. A; KIOTA, N; OLIVEIRA, J. R.; VALANDRO, K. Os Processos de Diversificação da Agricultura Familiar: uma Revisão Literária. **Sinergismus Scientifica UTFPR**. Pato Branco-PR. Vol. 6, 2011

SÓRIA, M. A. Z. Usina de Itaipu – **Integração energética entre Brasil e Paraguai**. Curitiba. Editora da Universidade Federal do Paraná – Curitiba/Pr, 2012.

SOUZA, E. B. C.; CASAGRANDE, A. E. O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, nº 1, p. 2 – 27, jan./jun. 2012.

ZANCO, A. M.; EGGERS, A.; KLESENER, H. M.; HORT J. V.; NANDI, T. F. A. (2017) Ética e a Bioética na Produção, Organização e Consumo de Alimentos: desafios para a Segurança Alimentar. In: Ahlert, A.; Neukirchen, L. C. **Ética e Bioética do Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba-PR. CRV. Cap. VI, p. 177-212.

2 GRAU DE DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS DOS ROYALTIES DE ITAIPU

RESUMO

Este estudo demonstra o grau de dependência dos municípios lindeiros dos recursos de royalties pagos pela Usina de Itaipu. Trata-se de um trabalho de cunho descritivo com corte longitudinal de 2016 a 2018. As fontes de dados são de origem secundária coletados nos portais oficiais dos municípios lindeiros, na Agência Nacional de Energia Elétrica e no IBGE, sendo tratados em porcentagem, gerando indicadores que apresentam qual o percentual de participação dos royalties nos municípios recebedores. Os resultados do estudo revelam que no período analisado 8 (oito) dos 16 municípios estudados possuíam mais de 17% de seus recursos originados dos royalties de Itaipu e 75% destes foram municípios criados após a assinatura do Tratado de Itaipu em 1973, ou seja, possuem pouco ou nenhuma experiência em administrar o município sem o auxílio destes recursos, quanto aos recursos voltados ao desenvolvimento rural sustentável, estes representam em média 3,37% do orçamento total no período, porém, apenas 75,12% destes foram aplicados.

Palavras-chave: Indicadores; Políticas Públicas; Execução Orçamentária; Municípios Lindeiros.

RESUMEN

Este estudio demuestra la dependencia de los municipios colindantes con los recursos de regalías pagadas por la Planta de Itaipu. Es un trabajo descriptivo con corte longitudinal de 2016 a 2018. Como las fuentes de datos recolectadas son de origen secundario, transportamos oficialmente los municipios vecinos, a la Agencia Nacional de Energía Eléctrica y no al IBGE, siendo tratados en porcentajes, generando indicadores que muestren cuál o porcentaje de participación de las regalías en los municipios que reciben. Los resultados del estudio revelaron que en ningún período analizado 8 (ocho) de los 16 municipios estudiados tenían más del 17% de sus recursos de regalías de Itaipu y el 75% de estos municipios recaudados luego de la firma del Tratado de Itaipu en 1973, es decir, Posiblemente poca o ninguna experiencia en la administración del municipio con la ayuda de estos recursos, por cuántos años de recursos dedicados al desarrollo rural sustentable, esto representa un promedio de 3.37% del presupuesto total en el período, por lo tanto, sólo el 75,12% de los foros presupuestarios se aplicaron.

Palabras clave: Indicadores; Políticas públicas; Ejecución presupuestaria; Municipios limítrofes.

2.1 INTRODUÇÃO

Na década de 60 o Brasil passava por um momento em que para consolidar seu crescimento econômico era necessário ter disponibilidade de fontes de energia, pois, sem o petróleo e a energia elétrica não seria possível se consolidar como uma nação forte e poderosa no cenário internacional. Uma determinada situação se torna um problema público quando adquire uma dimensão social, ou seja, gera conflitos, controvérsias e debates na sociedade, de forma simplista e somente existe se incomoda uma quantidade ou qualidade considerável de pessoas (Secchi, 2013). Para responder aos problemas públicos, as administrações públicas desenvolvem

respostas visando mitigar as ameaças geradas pelos problemas e, comumente chamamos estas respostas de políticas públicas.

Para responder a carência de fontes de energia na década de 60 o governo brasileiro idealizou o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu na fronteira em o Brasil e o Paraguai, durante sua implantação, essa grandiosa obra gerou uma série de mudanças na região Oeste do Paraná.

A formação do lago da usina de Itaipu iniciou um processo de desmembramento dos municípios limítrofes, inicialmente a região possuía apenas nove Municípios, ao final deste processo o número saltou para dezesseis. No ano de 1985 Itaipu começou a gerar energia, o tratado assinado entre o Brasil e o Paraguai previa uma compensação aos municípios limítrofes por suas terras alagadas, desta forma, os 16 municípios começaram a receber royalties oriundos do tratado, estes recursos são definidos por lei e repassados mensalmente.

De grande importância para os municípios, os royalties, em sua essência, são recursos não vinculados a uma área específica, assim sendo, cabe aos municípios estabelecer quais serão financiadas, estes recursos são utilizados não somente para manter a estrutura, mas também alicerçar o desenvolvimento urbano e rural.

Os municípios brasileiros desenvolvem suas políticas públicas alinhadas com uma agenda global de desenvolvimento sustentável. Agenda esta que foi planejada pela ONU, a qual o governo brasileiro participou e foi signatário, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS são propostas que tem como objetivo principal auxiliar na prosperidade e consequentemente diminuir a desigualdade no planeta até 2030. Adotando esta agenda, os municípios desenvolvem políticas públicas que reduzem a desigualdade e garantem melhor qualidade de vida aos seus cidadãos.

Para estruturar as políticas públicas em seus orçamentos anuais os municípios lindeiros utilizam os recursos oriundos dos royalties do Tratado de Itaipu, porém, de acordo com o tratado de Itaipu estes recursos serão repassados por 50 anos, ou seja, se esgotam em abril de 2023.

Em vista destes argumentos, o estudo respondeu à seguinte questão: Qual o grau de dependência dos municípios lindeiros dos recursos de royalties pagos pela Usina de Itaipu no período de 2016 a 2018 e qual seu impacto no desenvolvimento rural sustentável na região?

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na década de 60 o Brasil buscava formas de garantir energia para sustentar suas cidades e indústrias, a crise vivida entre os anos de 1963 a 1965 haviam demonstrado como o racionamento de energia elétrica poderia contribuir para a instabilidade social, conforme relata Pereira, (1974, p. 15),

(...) O Brasil necessitava urgentemente construir usinas hidroelétricas para proporcionar novas fontes de energia no início da década de 80, sem o que gravíssimos problemas econômicos, sociais e políticos poderiam surgir.

Nesta época o setor público assumiu o controle direto do setor elétrico, criando assim uma política centralizada onde os Estados e o Governo Federal realizavam a geração, transmissão, integração e distribuição da energia (GOLDENBERG, 2003). A centralização e a coordenação do setor elétrico permitiram o planejamento e a construção de obras hidráulicas de porte. Iniciavam-se o estudo regionalizado do mercado futuro de energia elétrica, levando-se em consideração as características oferta e da demanda.

O uso da energia elétrica proporciona bem-estar para as populações que dela desfrutam, contribuindo consideravelmente para a melhoria nas suas condições de vida, por consequente, aumentando sua expectativa de vida e propiciando aumento populacional (SÓRIA, 2012).

Os estudos visando o aproveitamento energético dos Saltos de Sete Quedas de Guaíra, no Rio Paraná, foram iniciados no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), mas apenas em 1961, no Governo Jânio Quadros, apareceu o primeiro esboço do projeto, desenvolvido pelo Engenheiro militar Pedro Henrique Rupp, este projeto previa uma usina na região apenas nacional, cinco anos mais tarde, em 1966 Brasil e Paraguai deram o primeiro passo para a exploração conjunta do potencial hidráulico do Rio Paraná com a assinatura da “Ata do Iguaçu”. O instrumento legal que define o aproveitamento hidroelétrico do Rio Paraná pelo governo brasileiro e paraguaio é o Tratado de Itaipu, que foi assinado em 26 de abril de 1973, em 1974 foi formada a entidade binacional de ITAIPU e iniciaram-se as obras de construção da usina hidroelétrica, considerada até então a maior usina hidroelétrica do planeta, esta iniciativa foi a resposta do governo brasileiro aos problemas energéticos mapeados. Os problemas públicos são considerados intersubjetivos, em outras palavras, só existem se inquietam uma quantidade ou qualidade de atores, usualmente são

definidos como a distância entre a situação atual e a ideal desejada. Uma vez identificado o problema público, cabe aos gestores desenvolverem uma resposta, amplamente conhecida como política pública, esta resposta ao problema público pode ser materializada em diversas formas, como por exemplo, campanhas, dispositivos legais, obras, impostos etc. (SECCHI, 2013).

As políticas públicas buscam desenvolver as melhores estratégias para responder aos problemas públicos. Nigrini, Llanos (2009), consideram que a estratégia central para orientar a política pública é definida pelo objetivo do seu proponente, buscando assim, formas mais eficientes no enfrentamento dos problemas públicos.

A construção da gigantesca estrutura da Usina de Itaipu alterou a configuração da região Oeste do Paraná pelas inundações causadas pelo represamento do Rio Paraná para a formação do lago da usina, os limites territoriais dos municípios limítrofes foram redefinidos, bem como suas paisagens e características (SOUZA, 2012). A formação de seu reservatório em 1982, que alterou sua configuração territorial e populacional, uma vez que 1.049,56 km² do território foram submersos pelas águas do lago formado, afetando a vida dos moradores da regiões lindeiras. Como compensação por suas terras alagadas, os municípios lindeiros ao lago recebem recursos denominados de Royalties. Os recursos de royalties foram definidos no Anexo “C” do Tratado de Itaipu.

A partilha dos *royalties* é determinada pela Lei nº. 13.661/2018, de maio de 2018 da seguinte forma: 25% aos Estados, 65% aos municípios e 10% para órgãos federais (Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Dos 65% destinados aos Municípios 85% do valor repassado é distribuído proporcionalmente aos municípios lindeiros e os outros 15% são distribuídos entre municípios indiretamente atingidos pelo reservatório da usina (ITAIPU, 2020). Em maio de 2019 foi promulgada a Lei nº. 13.823/19 que estabeleceu nova regra na divisão dos recursos, esta lei estabelece que os 85% destinados aos municípios diretamente afetados, 8% são assegurados ao município de Guaíra, este aumento no percentual do Município de Guaíra é uma compensação pela perda da atração turística do Salto das Sete Quedas com a Formação do reservatório de Itaipu.

Os Royalties do Tratado de Itaipu são de grande importância para os municípios, por se tratar de recursos sem vinculação direta a uma determinada área,

cabe aos municípios recebedores definir quais serão as áreas financiadas por este recurso em sua Lei Orçamentária Anual, e não somente manter, como continuar promovendo o desenvolvimento.

O orçamento público é o instrumento principal do planejamento e execução das finanças públicas, nele estão contidos a previsão da receita e a fixação das despesas dos entes públicos. Também conhecido como orçamento-programa, o orçamento público é a materialização do planejamento do Estado, tanto nas ações rotineiras quanto nas ações com início, meio e fim, e caracteriza-se como o instrumento para expressar seus programas de atuação (ANDRADE, 2010). O orçamento público, quando bem construído, se torna um instrumento de planejamento e deixa de ser apenas uma mera formalidade, representando assim, a evolução do controle preemptivo dos recursos públicos.

Os Municípios são o espaço onde as políticas públicas se materializam, os desafios sociais, econômicos e ambientais precisam ser articulados. É extremamente importante que todas as políticas públicas desenvolvidas objetivem a implementação da Agenda 2030.

Para Andrade (2010), o Planejamento Orçamentário é, portanto, o meio pelo qual a Administração Pública deve buscar a melhor forma para empregar os recursos públicos arrecadados com a finalidade de minimizar eventuais problemas econômicos e sociais existentes.

A elaboração do planejamento deve ser realizada antecipadamente às ações que serão executadas pela Administração Pública. O planejamento envolve a decisão quanto aos objetivos, recursos e políticas sobre aquisição, utilização e disposição desses recursos (ARAÚJO e ARRUDA, 2009). Para Silva (2009, p. 173), “o processo de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento deve ser capaz de expressar com maior veracidade a responsabilidade do Governo para com a sociedade”.

No Brasil, os instrumentos de planejamento são estabelecidos através do art. 165 da Constituição Federal de 1988 (CF, 88), são eles: a Lei do Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e a Lei do Orçamento Anual (LOA). Conto (2008), explica que no setor público as metas e objetivos relacionados a prestação de serviços à sociedade devem ser avaliados com base em indicadores, tais como a eficiência, eficácia, legalidade, economicidade e satisfação do usuário. Os

indicadores, portanto, servem para subsidiar o processo decisório com informações de qualidade ao longo da execução das políticas públicas.

Gomes e Salas (1997), consideravam que o uso de indicadores permite avaliar, de maneira simplificada, o desempenho da Administração Pública, mediante o uso da análise de desvios ou percentuais obtidos da diferença entre os objetivos iniciais e os resultados alcançados. O que é corroborado por vários autores.

Em 2015 durante a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável na Assembleia Geral da ONU em Nova York, os Estados membros e a Sociedade Civil discutiram uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável, esta agenda propõe uma ação global entre governos, empresas, a academia e a sociedade civil para alcançar seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas até o ano de 2030, erradicando assim a pobreza e promovendo vida digna para todos sem exceder os limites planetários. Esta agenda representa uma evolução da agenda proposta para o Desenvolvimento do Milênio- ODM (ONU, 2020)

De acordo com a realidade em cada país, os ODS auxiliam a estabelecer mecanismos de aprimoramento das políticas públicas, permitindo desta forma um alinhamento entre os diferentes signatários da agenda mundial (ENAP, 2018).

Para o alcance das metas propostas pelos ODS, os governos e atores locais precisam estabelecer planos integrados de atuação, ou seja, os governos locais devem articular suas ações incluindo neste processo a sociedade civil e os atores privados, deste modo, os efeitos das ações articuladas terão mais chance de sucesso (CNM, 2016).

Predominantemente os municípios lindeiros ao lago de Itaipu tem sua economia lastreada na produção agrícola, a lavoura, a criação de animais para produção de leite e carne geram riqueza e renda, proporcionando o desenvolvimento através do espaço rural. Cabe aos municípios desta forma fomentar ações através de seus orçamentos que ajudem a desenvolver as potencialidades neste setor, criando ações e programas voltados ao desenvolvimento rural sustentável nesta região auxiliando assim no alcance dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável.

Abreu e Câmara (2015), consideram que o orçamento público como um elemento estruturante da ação do governo, e este elemento se comporta como um filtro para a viabilidade da execução de políticas públicas, tanto econômica quanto politicamente, pois, seu uso avalia os recursos disponíveis e as possibilidades orçamentárias de acordo com o cenário político para a tomada de decisão.

Em estudos anteriores Leismann (2006), buscou identificar e avaliar as receitas públicas dos municípios lindeiros no período de 2000 a 2006, em suas conclusões evidencia que entre 2000 e 2003 os recursos aumentaram sua importância junto ao orçamento municipal. E, nos últimos anos do estudo (2004 a 2006) estes apresentaram-se estáveis e que poucos municípios usavam o recurso para gerar o desenvolvimento econômico e social. Madureira e Rippel (2013), estudaram o desmembramento de municípios após o início do pagamento dos royalties de Itaipu e concluíram que tanto os municípios recém emancipados (Entre Rios do Oeste, Mercedes, Pato Bragado e Itaipulândia), como os municípios desmembrados (Marechal Cândido Rondon e São Miguel do Iguaçu) apresentaram tendência de crescimento econômico e melhorias em seus Índices de Desenvolvimento Humano.

Grande parte dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu tem como base de economia, a economia do agronegócio, na região é predominante propriedades rurais de médio e pequeno porte, segundo Nascimento (2009), estes padrões se mantem desde a colonização.

Schlindwein, Cardoso e Shikida *et al.* (2014), analisaram os municípios Lindeiros paranaenses entre 2000 e 2009 e concluíram que os indicadores de desenvolvimento estão aumentando em relação aos valores repassados pela fonte royalties do Tratado de Itaipu na maioria dos municípios, a exceção é o município de Itaipulândia.

Dessel e Braum (2014), concluíram em seu estudo que o impacto da descontinuidade dos royalties será sentida de maneira diferente por cada município e que se fazem necessários aportes de recursos para aprimorar o desenvolvimento econômico e social.

2.3 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo é descritivo, segundo Gil (2010), as pesquisas descritivas visam descobrir relações entre variáveis. O corte realizado para análise do estudo foi longitudinal no período de 2016 a 2018, e considerou a evolução dos dados no tempo, a escolha do período se deve ao fato que estes exercícios contábeis já foram devidamente encerrados e passaram por análise dos controles internos municipais, controles externos sociais e dos Tribunais de Contas estaduais.

Os dados do estudo foram coletados de origem secundária, registrados e

publicados referentes aos orçamentos dos municípios lindeiros e bibliografia científica.

Os dados contábeis solicitados se encontram amparado na Lei nº. 12.527 de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação – LAI, além da base disponibilizada pelos Tribunais de Contas do Estado do Paraná e do Mato Grosso do Sul para esta etapa. Os dados referentes a receita foram extraídos do Anexo 1 Balanço Orçamentário do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, tal relatório é exigido pela Lei Complementar nº.101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

A população pesquisada foram os 16 municípios que foram os diretamente atingidos pela formação do reservatório da usina, destes dezesseis, 15 municípios são paranaenses, Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Itaipulândia, Missal, Diamante D'Oeste, Santa Helena, São José das Palmeiras, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Terra Roxa e Guaíra, e um município sul-mato-grossense, Mundo Novo.

Os dados foram tratados por fórmulas matemáticas simples, como razões para a elaboração dos indicadores os quais serão analisados descritivamente. Os indicadores aqui utilizados foram desenvolvidos com o objetivo de dar maior clareza para as informações do estudo, tais ferramentas são inéditas e serão oportunamente apresentadas em outro estudo ainda em desenvolvimento. A construção destes indicadores é apresentada junto às etapas do trabalho descritas no Quadro 1.

Quadro 1 - Etapas do trabalho de pesquisa

Etapas 1	Nesta etapa foi criado o Indicador de Participação dos Royalties no Orçamento Municipal – IPROM, como base foram selecionados no relatório de repasses da ANEEL com os valores dos royalties da usina de Itaipu destinados aos municípios limítrofes ao lago e confrontados com os valores correspondentes a receita realizada no período o qual é encontrado nos relatórios resumidos da execução do orçamento-RREO, conforme a seguinte equação: <i>Indicador de Participação dos Royalties no Orçamento Municipal</i> $IPROM = \frac{\text{Royalties do Tratado de Itaipu no período}}{\text{Receita Realizada no Período}} \times 100\%$
Etapas 2	Na segunda etapa foram selecionados os resultados do Indicador de Participação dos Royalties no Orçamento Municipal -IPROM e dividido pelo número de períodos analisados, este resultado apresentou a Média de Participação dos Royalties de Itaipu no Orçamento – MPRIO do período, para esta análise foi desenvolvida a seguinte equação: <i>Média de Participação dos Royalties de Itaipu no Orçamento</i> $MPRIO = \frac{IPROM\ 2016 + IPROM\ 2017 + IPROM\ 2018}{N^o\ Períodos}$

(continua...)

(conclusão)

Etapa 3	A terceira etapa apresentou um quadro disposto por ordem decrescente de participação dos royalties no orçamento municipal, estes dados foram tratados por meio de estatística descritiva.
Etapa 4	Apresenta graficamente a Média de Participação dos Royalties de Itaipu no Orçamento – MPRIO e os períodos de criação dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu.
Etapa 5	Nesta etapa foram selecionados inicialmente os valores das funções e confrontado com o valor global do orçamento (Excluídas as funções 01 -Legislativa; 09 - Previdência Social e 99 - Reserva de Contingência), o objetivo é verificar quanto cada função corresponde do orçamento total nos Municípios pesquisados. Na tabela serão apresentadas apenas as informações correspondentes as funções 18 - Gestão Ambiental e 20 - Agricultura. Participação das Funções no Orçamento $PFO = \frac{\text{Dotação das Funções anual}}{\text{Orçamento Final anual}} \times 100$
Etapa 6	Na sexta etapa será analisada a ordem de cada função de acordo com o valor orçado, o objetivo desta etapa é verificar qual a posição das funções executadas no Orçamento Municipal. Esta etapa possibilitará verificar qual a posição das funções estudadas na distribuição do orçamento municipal.
Etapa 7	Nesta etapa foram selecionados os valores executados de todas as funções e confrontado com o valor executado global do orçamento, o objetivo é verificar quanto cada função corresponde do orçamento executado total nos Municípios pesquisados. Na tabela serão apresentadas apenas as informações correspondentes as funções 18 - Gestão Ambiental e 20 - Agricultura. Execução das Funções no Orçamento $EFO = \frac{\text{Valor Executado Funções anual}}{\text{Orçamento Executado Anual}} \times 100$
Etapa 8	Na quarta etapa será analisada a ordem de cada função de acordo com o valor executado, o objetivo desta etapa é verificar qual a posição das funções executadas no Orçamento Municipal. Esta etapa possibilitará verificar qual a posição das funções estudadas na execução do orçamento municipal.
Etapa 9	Na quinta etapa são somados os valores de cada grupo objeto do estudo (Participação da Funções no Orçamento; Execução das Funções no Orçamento e suas respectivas posições) de todos os municípios pesquisados para determinas as médias no período. Média de Participação da Funções no Orçamento - MPFO $MPFO = \frac{\sum PFO_n}{16}$ Média de Execução das Funções no Orçamento – MEFO $MEFO = \frac{\sum EFO_n}{16}$
Etapa 10	Na sexta etapa serão criadas figura com a representação gráfica das informações para as funções estudadas com suas respectivas médias. O objetivo destas figuras é apresentar as posições dos municípios em relação a sua média.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

2.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira etapa do estudo foram selecionados os dados referentes aos

repasse dos Royalties do Tratado de Itaipu para os Municípios Limítrofes no período de 2016 a 2018. Os royalties recebidos pelos municípios foram previstos no Anexo C do Tratado de Itaipu de 26 de abril de 1973, os dados sobre os repasses estão atualmente disponíveis no site da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, agência esta que foi fundada em 1996, vale lembrar que a Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica, popularmente conhecida como Royalties foi instituída no Art. 176, § 2 da Constituição Federal de 1988, conforme descrito assegura ao proprietário do solo o resultado lavra, na forma e no valor legal disposto na Lei. A ANEEL cabe gerenciar, arrecadar e distribuir os recursos entre Estados, Municípios e órgãos da Administração Direta da União (ANEEL, 2020).

Os valores correspondentes aos royalties do Tratado de Itaipu encontram-se agrupados na conta de Transferências Correntes nos relatórios resumidos de execução orçamentária municipais, para extrair o saldo exato desses repasses aos municípios faz-se necessário buscar as informações contidas nos relatórios de repasses de recursos da ANEEL. Na Tabela 1 são apresentados dados referentes aos municípios limítrofes e o percentual de repasse de royalties correspondente.

Tabela 1- Ano de Criação, percentual de área alagada dos municípios Limítrofes e percentual de participação dos royalties do Tratado de Itaipu.

Município	Ano Criação	Área (Km²)	Área Alagada		Percentual Participação Royalties
			(Km²)	(%)	
Santa Helena	1967	754,701	263,76	25,13053%	24,30116%
Foz do Iguaçu	1914	618,057	201,84	19,23092%	18,59624%
Itaipulândia	1992	330,846	179,73	17,12432%	16,55917%
São Miguel do Iguaçu	1961	851,917	90,91	8,66172%	8,37587%
Guaíra	1951	563,742	51,01	4,86013%	8,00000%
Marechal Cândido Rondon	1960	745,243	56,04	5,33938%	5,16317%
Pato Bragado	1990	135,600	47,07	4,48474%	4,33673%
Santa Terezinha de Itaipu	1982	259,393	41,90	3,99215%	3,86040%
Missal	1981	324,397	40,07	3,81779%	3,69179%
Entre Rios do Oeste	1993	120,967	32,90	3,13465%	3,03120%
Mercedes	1990	198,934	19,32	1,84077%	1,78002%
Mundo Novo (MS)	1976	478,38	14,71	1,40154%	1,35529%
Diamante D'Oeste	1987	309,110	5,62	0,53546%	0,51779%
São José das Palmeiras	1986	182,419	1,94	0,18484%	0,17874%
Terra Roxa	1961	800,807	1,58	0,15054%	0,14557%
Medianeira	1960	328,732	1,16	0,11052%	0,10687%
Total			1.049,56	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE, 2020; ANEEL, 2020

Na Tabela 1 são apresentados na primeira e segunda coluna de dados a data de criação e a área de cada município, é possível verificar que 56,25% dos municípios diretamente afetados foram criados após a assinatura do Tratado de Itaipu (1973), nesta mesma tabela são apresentados as áreas alagadas e o percentual de contribuição correspondente a formação do lago de Itaipu, estas informações fornecidas pela ANEEL e subsidiam o processo de distribuição do royalties do tratado conforme apresentado na última coluna, o cálculo do valor a ser repassado considera a quantidade de energia gerada mensalmente pela usina e os índices de atualização do dólar, de acordo com a Itaipu o pagamento de royalties iniciou em março de 1985 e desde então já foram pagos mais de 12,2 bilhões de dólares para os governos brasileiro e paraguaio, cada país estabelece legislação para distribuição destes valores (ITAIPU, 2020).

Cabe ressaltar que para este estudo foram selecionados apenas os municípios diretamente afetados pela construção do Lago de Itaipu, os seja, os 15 municípios paranaenses e um sul mato-grossense, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Royalties do Tratado de Itaipu repassados aos Municípios limítrofes ao lago no período de 2016 a 2018

Município	Royalties 2016	Royalties 2017	Royalties 2018	Média
Santa Helena	82.446.157,32	88.332.911,17	102.818.733,82	91.199.267,44
Itaipulândia	55.670.345,54	61.459.711,21	71.065.149,42	62.731.735,39
Foz do Iguaçu	59.622.253,84	45.635.355,18	53.961.034,62	53.072.881,21
São Miguel do Iguaçu	27.569.264,42	29.716.156,61	34.645.544,99	30.643.655,34
Marechal Cândido Rondon	17.420.054,30	18.624.479,86	21.493.164,47	19.179.232,88
Guaíra	15.508.017,80	16.726.661,73	19.556.170,31	17.263.616,61
Pato Bragado	14.570.318,94	15.583.207,28	18.005.237,55	16.052.921,26
Santa Terezinha de Itaipu	12.952.746,00	14.061.749,51	16.322.133,25	14.445.542,92
Missal	11.945.966,33	12.978.011,96	15.226.782,86	13.383.587,05
Entre Rios do Oeste	9.939.298,10	10.771.150,86	12.569.667,88	11.093.372,28
Mercedes	5.850.134,38	6.276.891,24	7.341.775,16	6.489.600,26
Mundo Novo (MS)	3.311.000,00	3.213.179,00	4.409.000,00	3.644.393,00
Diamante D'Oeste	1.658.392,37	1.813.931,93	2.132.523,10	1.868.282,47
São José das Palmeiras	572.370,95	625.824,28	736.566,41	644.920,55
Terra Roxa	471.194,72	515.657,79	600.508,01	529.120,17
Medianeira	368.835,27	384.572,23	447.080,95	400.162,82

Fonte: TCE/Pr 2020; ANEEL, 2020

Na Tabela 2 são apresentados os valores recebidos no período estudado, assim como a média de repasses do período, a variação dos valores entre períodos

se deve aos fatores de variação cambial, uma vez que os royalties são estabelecidos em dólares americanos e o volume de produção de energia elétrica no período.

Três municípios concentram 60,41% dos repasses aos municípios limítrofes no período estudado são eles: Santa Helena 26,62%, Itaipulândia 18,31% e Foz do Iguaçu com 15,49%, conforme já apresentado na Tabela 1, quanto maior é a área afetada pela formação do lago da usina, maior é o valor que o município tem direito a receber como compensação financeira.

Tabela 3 - Receita realizada nos municípios limítrofes ao lago de Itaipu no período de 2016 a 2018

Município	Receita Realizada 2016	Receita Realizada 2017	Receita Realizada 2018	Evolução 2016 a 2018 (%)
Itaipulândia	86.943.650,06	96.773.406,73	109.447.836,53	25,88
Marechal Cândido Rondon	143.207.801,06	160.178.903,22	179.062.563,20	25,04
Foz do Iguaçu	735.071.869,37	819.484.734,65	912.660.158,10	24,16
Guaíra	92.527.501,55	97.462.196,53	113.675.572,37	22,86
São Miguel do Iguaçu	101.523.285,15	106.498.658,31	124.360.133,85	22,49
Diamante D'Oeste	19.529.609,01	20.669.724,46	23.763.114,16	21,68
Pato Bragado	36.034.008,02	38.543.685,47	43.429.939,12	20,52
Santa Terezinha de Itaipu	77.345.134,12	78.697.803,47	93.186.718,56	20,48
Entre Rios do Oeste	32.206.936,47	32.696.080,26	38.300.077,43	18,92
Santa Helena	151.444.307,26	161.184.963,05	179.432.713,58	18,48
Mercedes	30.217.523,52	29.990.377,64	35.541.222,17	17,62
Terra Roxa	55.027.511,56	57.064.866,64	63.688.925,74	15,74
Missal	48.801.127,60	50.373.332,12	55.994.021,80	14,74
Medianeira	121.840.098,50	131.750.519,09	136.526.778,92	12,05
São José das Palmeiras	15.722.662,74	15.630.963,52	17.439.578,07	10,92
Mundo Novo (MS)	65.536.464,96	63.057.351,92	68.293.302,40	4,21

Fonte: Relatório resumido da execução orçamentária dos municípios, 2020; TCE/Pr 2020

A Tabela 3 apresenta a realização da receita nos municípios estudados e a evolução da receita realizada no período, metade dos municípios pesquisados apresentou crescimento da receita realizada superior a 20% no período, a receita realizada corresponde ao valor efetivamente arrecadado pelo município.

Com base nos dados apresentados pela Tabela 2 e a Tabela 3 foi possível gerar o indicador de participação dos Royalties no orçamento dos municípios estudados para o período e sua respectiva média.

Tabela 4 - Indicador de Participação dos Royalties no Orçamento Municipal – IPROM e a Média de Participação dos Royalties de Itaipu no Orçamento – MPRIO

Municípios	IPROM 2016 (%)	IPROM 2017 (%)	IPROM 2018 (%)	MPRIO (%)
Itaipulândia	64,03	63,51	64,93	64,16%
Santa Helena	54,44	54,80	57,30	55,51%
Pato Bragado	40,43	40,43	41,46	40,77%
Entre Rios do Oeste	30,86	32,94	32,82	32,21%
São Miguel do Guaçu	27,16	27,90	27,86	27,64%
Missal	24,48	25,76	27,19	25,81%
Mercedes	19,36	20,93	20,66	20,32%
Santa Terezinha de Itaipu	16,75	17,87	17,52	17,38%
Guaíra	16,76	17,16	17,20	17,04%
Marechal Cândido Rondon	12,16	11,63	12,00	11,93%
Diamante D'Oeste	8,49	8,78	8,97	8,75%
Foz do Iguaçu	8,11	5,57	5,91	6,53%
Mundo Novo (MS)	5,05	5,10	6,46	5,53%
São José das Palmeiras	3,64	4,00	4,22	3,96%
Terra Roxa	0,86	0,90	0,94	0,90%
Medianeira	0,30	0,29	0,33	0,31%

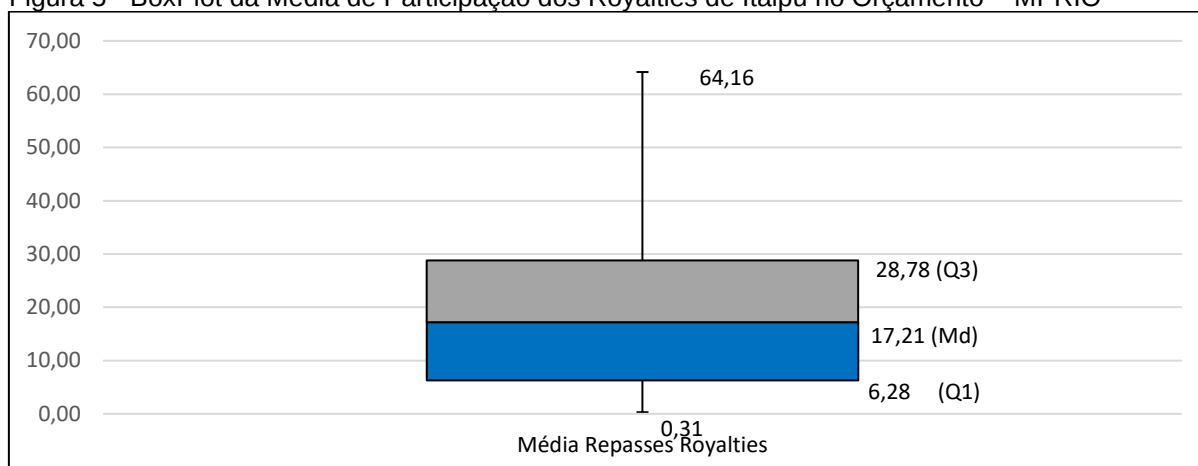
Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

A Tabela 4 revelou que os Municípios que mais dependiam no período de recursos dos Royalties de Itaipu eram Itaipulândia 64,16%, Santa Helena 55,41% e Pato Bragado com 40,77%, no outro extremo da análise estão os municípios de São José das Palmeiras 3,96%, Terra Roxa 0,90% e Medianeira com 0,31%, vale salientar que conforme já apresentado os municípios recebem os recursos de royalties de acordo com o percentual de terras alagadas para a formação do lago de Itaipu.

Monsorens e Braga (2018), avaliam que estes recursos disponíveis a economia do município são um fator propulsor de desenvolvimento quando da sua utilização em investimentos e serviços públicos.

Tendo como base os dados da Tabela 4, se fez necessário utilizar um método para dividir a população estudada em partes iguais, possibilitando assim uma melhor compreensão dos dados gerados. Na estatística descritiva, os quartis são valores que dividem os dados analisados em quatro partes iguais, desta forma é possível avaliar a dispersão e a tendência central de um conjunto de amostras, com a aplicação deste método foi possível gerar um gráfico de caixa, também conhecido como bloxplot.

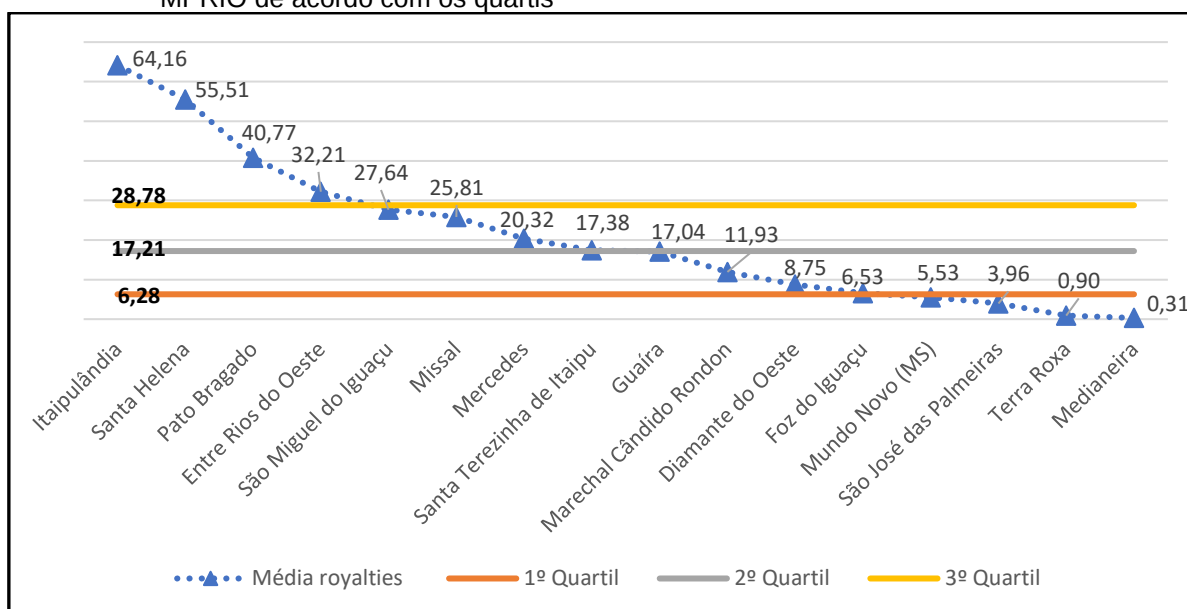
Figura 5 - BoxPlot da Média de Participação dos Royalties de Itaipu no Orçamento – MPRIO



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

A Figura 5 apresenta de maneira gráfica o bloxplot formado com base na Média de Participação dos Royalties de Itaipu no Orçamento – MPRIO, O boxplot é formado pelo primeiro (Q1) 6,28, terceiro quartil (Q3) 28,78 e pela mediana 17,21. A haste inferior apresenta 0,31 e a haste superior se estende a 64,16. Com estes resultados foi possível gerar a representação gráfica do MPRIO.

Figura 6 - Representação gráfica da Média de Participação dos Royalties de Itaipu no Orçamento – MPRIO de acordo com os quartis

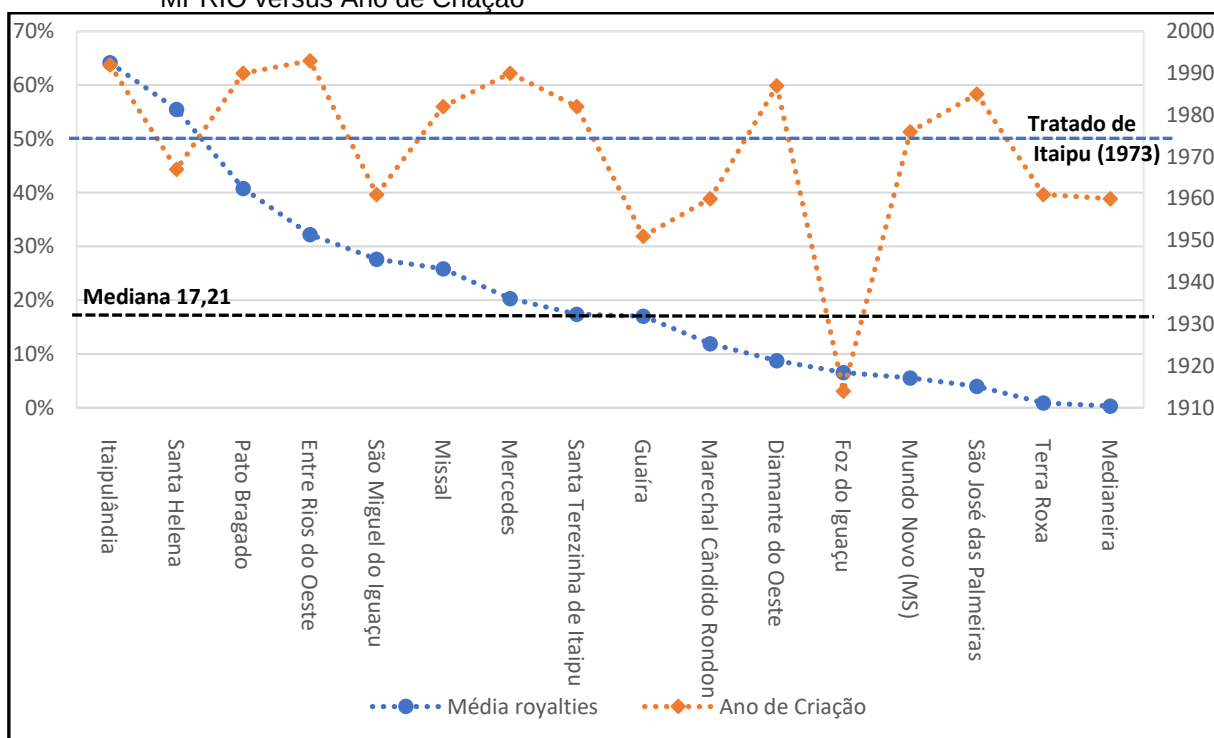


Fonte: dados da pesquisa, 2020

Na figura 6 estão representados os valores da MPRIO em ordem decrescente, acima da linha do 2º Quartil temos 8 municípios, onde a participação dos royalties é superior a 17,38%, ou seja, no caso de Santa Terezinha de Itaipu a cada R\$ 100,00 reais arrecadados como receita pública R\$ 17,38 reais são oriundos dos Royalties do

Tratado de Itaipu, da mesma forma, em Itaipulândia de cada R\$ 100,00 reais R\$ 64,16 são arrecadados como Royalties. Com base nestas informações foi possível gerar uma figura onde é possível apresentar a data de criação e o percentual de participação dos recursos de Royalties no período.

Figura 7 - Representação gráfica da Média de Participação dos Royalties de Itaipu no Orçamento – MPRIO versus Ano de Criação



Fonte: dados da pesquisa, 2020

De acordo com a Figura 7 nota-se que seis dos oito municípios estão acima da mediana de 17,21% , é possível perceber que estes 6 municípios foram criados após a assinatura do tratado de Itaipu em 1973 Itaipulândia 64,16%, Pato Bragado (40,77%), Entre Rios do Oeste (32,21%), Missal (25,81%), Mercedes (20,32%) e Santa Terezinha de Itaipu (17,38%) merecem maior atenção, este grupo de municípios em especial, até então, sempre contaram com esta fonte de recursos para lastrear suas políticas públicas.

Uma vez apresentado a grau de dependência dos municípios lindeiros dos recursos de royalties de Itaipu, se faz necessário entender qual o impacto destes no Desenvolvimento rural sustentável da região, para isso, foi necessário inicialmente coletar informações junto ao IBGE relativas a população urbana e rural dos municípios pesquisados, os dados apresentados a seguir são originários do Censo 2010.

Tabela 5 - População urbana e população rural nos Municípios lindeiros ao Lago de Itaipu no Brasil

Município	População (2010) (a)	%	População Urbana (b)	% Urbana	População Rural	% Rural	Urbana X Rural (a x b)
Foz do Iguaçu	256.088	49,12%	253.950	55,47%	2.131	3,36%	0,83%
Santa Terezinha de Itaipu	20.841	4,00%	18.832	4,11%	2.002	3,15%	9,61%
São Miguel do Iguaçu	25.769	4,94%	16.476	3,60%	9.279	14,61%	36,01%
Itaipulândia	9.026	1,73%	4.742	1,04%	4.285	6,75%	47,47%
Missal	10.474	2,01%	5.420	1,18%	5.054	7,96%	48,25%
Santa Helena	23.413	4,49%	12.596	2,75%	10.829	17,06%	46,25%
São José das Palmeiras	3.830	0,73%	2.412	0,53%	1.419	2,23%	37,05%
Entre Rios do Oeste	3.926	0,75%	2.641	0,58%	1.281	2,02%	32,63%
Pato Bragado	4.822	0,92%	2.991	0,65%	1.832	2,89%	37,99%
Marechal Cândido Rondon	46.819	8,98%	39.134	8,55%	7.665	12,07%	16,37%
Mercedes	5.046	0,97%	2.439	0,53%	2.607	4,11%	51,66%
Guaíra	30.669	5,88%	28.176	6,15%	2.493	3,93%	8,13%
Medianeira	41.830	8,02%	37.403	8,17%	4.427	6,97%	10,58%
Diamante D'Oeste	5.027	0,96%	2.561	0,56%	2.466	3,88%	49,06%
Terra Roxa	16.763	3,22%	12.802	2,80%	3.961	6,24%	23,63%
Mundo Novo (MS)	17.043	3,27%	15.281	3,34%	1.762	2,78%	10,34%
Total Municípios Lindeiros	521.386	100,00%	457.856	87,82%	63.493	12,18%	

Fonte: Censo 2010 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010

Na Tabela 5 apresenta os Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, dos quais 15 municípios são paranaenses e um sul mato-grossense. A população total é de 521.386 habitantes, dos quais 87,82% vivem na zona urbana e 12,18% na zona rural. Os municípios de Foz do Iguaçu 0,83%, Guaíra 8,13% e Santa Terezinha de Itaipu 9,61% são os que apresentam menor percentual de população rural dos municípios pesquisados.

No outro extremo encontram-se os municípios de Mercedes 51,66%, Diamante D'Oeste 49,06% e Missal 48,25% que apresentam maior percentual de população rural dos municípios pesquisados, vale ressaltar que apenas o Município de Mercedes apresenta população rural superior a urbana.

Após a apresentação das informações sobre a população deu-se a realização da análise das funções diretamente ligadas ao desenvolvimento rural sustentável nos exercícios estudados, como base, foram utilizados os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária finais de cada exercício, para tanto, foram somados os resultados de cada dado analisado e dividido pelo número de períodos, deste modo foi possível apresentar a média do valor orçado e da execução para as funções.

Tabela 6 - Média do percentual do orçamento destinado para a Funções 18 - Gestão Ambiental e 20 - Agricultura

Municípios	Gestão Ambiental				Agricultura			
	Orçado	Posição	Executado	Posição	Orçado	Posição	Executado	Posição
Foz do Iguaçu	4,11%	5	88,82%	5	0,12%	12	50,04%	10
Santa Terezinha de Itaipu	2,53%	7	74,55%	10	1,79%	10	93,24%	4
São Miguel do Iguaçu	4,05%	7	98,90%	5	2,31%	8	88,32%	13
Itaipulândia	1,62%	10	60,81%	11	4,80%	6	59,83%	11
Medianeira	1,18%	9	61,95%	12	2,18%	7	67,71%	10
Missal	3,35%	9	88,06%	13	6,71%	5	94,63%	9
Santa Helena	0,97%	13	66,84%	13	6,92%	6	87,20%	5
Diamante D'Oeste	1,48%	9	82,55%	7	4,63%	7	92,26%	4
São José das Palmeiras	-	-	-	-	4,44%	7	88,58%	4
Entre Rios do Oeste	6,51%	14	56,22%	11	3,51%	9	70,00%	10
Pato Bragado	0,47%	15	33,25%	14	4,08%	8	85,92%	5
Marechal Cândido Rondon	3,89%	6	79,17%	10	3,68%	6	83,55%	8
Mercedes	1,32%	13	81,15%	13	5,07%	7	87,89%	11
Terra Roxa	5,12%	6	86,98%	3	6,33%	5	79,67%	5
Guaíra	0,88%	12	73,46%	8	6,92%	5	53,21%	16
Mundo Novo (MS)	3,70%	6	48,07%	7	0,27%	6	69,07%	7
Média	2,75%	9,33	72,05%	9,49	3,98%	7,15	78,19%	8,19

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

Na Tabela 6 são apresentadas as medias encontradas para as funções 18 – Gestão Ambiental e 20 – Agricultura e a posição em relação as demais funções, revelando assim a prioridade no período analisado.

No período analisado para as Funções 18- Gestão Ambiental e 20 Agricultura foram destinados em média apenas 2,75% e 3,98% respectivamente dos recursos orçamentários nos municípios lindeiros, quando analisado a posição em relação as demais funções estas se encontram em nono e sétimo lugar.

Tão importante quanto identificar a média de recursos destinados para estas funções é verificar se estes recursos foram devidamente utilizados para execução dos programas e atividades propostas no orçamento, ou seja, o que foi devidamente aplicado para estas funções, as Funções 18 - Gestão Ambiental e 20 – Agricultura apresentam médias de 72,05% e 78,19% para a execução do orçamento no período, o que reduz as participações no orçamento total para 1,98% e 3,11%.

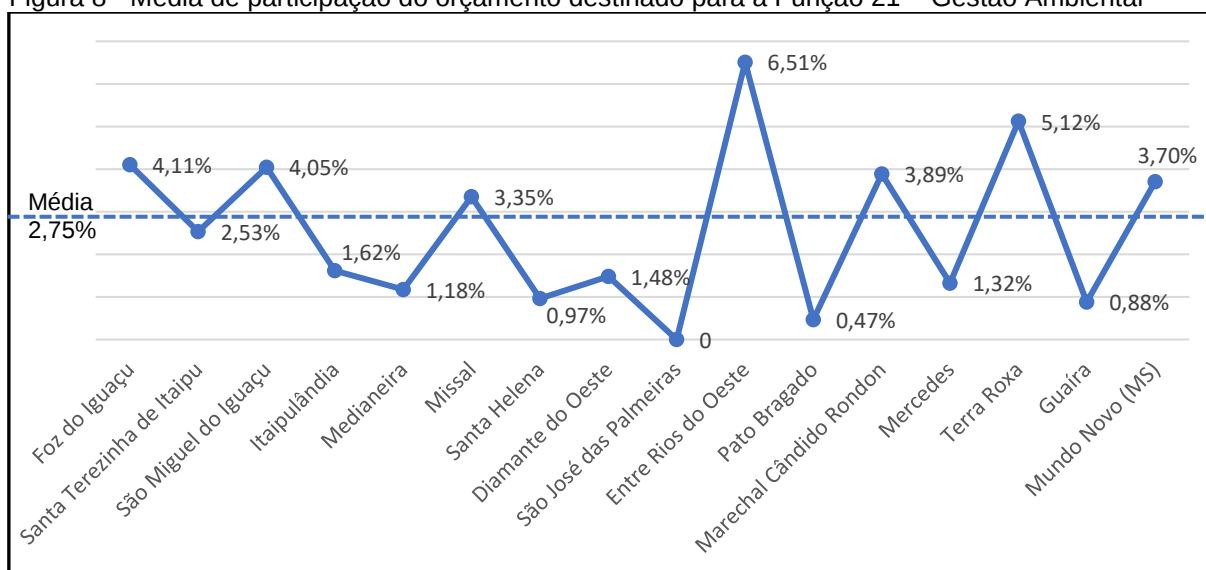
Na Tabela 6 também são apresentadas as posições em que se encontram os investimentos nas funções de Agricultura e Meio Ambiente em relação as demais funções do orçamento, conforme apresentado a média de posição para as funções 18 - Gestão Ambiental e 20 – Agricultura nas Leis orçamentarias foram 9,33% e

7,15% respectivamente, essa informação juntamente com os percentuais de recursos orçamentários apresentados deixa evidente que os investimentos em meio ambiente e agricultura não figuram entre as prioridades dos orçamentos públicos lindeiros.

Os dados da execução orçamentária apresentados na Tabela 6 apresentam um cenário preocupante, pois, os recursos orçamentários que já eram reduzidos as funções ligadas ao desenvolvimento rural não são executados em sua totalidade no período estudado, no ranking de execução do orçamento estas funções apresentam uma piora em relação as demais funções executadas 9,49 para a função ligada ao Meio Ambiente e 8,19 para a função agricultura, o que deixa claro que, tanto o valor orçado, quanto valor executado para as funções de Meio Ambiente e Agricultura não são considerados prioritários para os municípios.

A seguir serão apresentados graficamente os dados referentes as funções e suas respectivas médias.

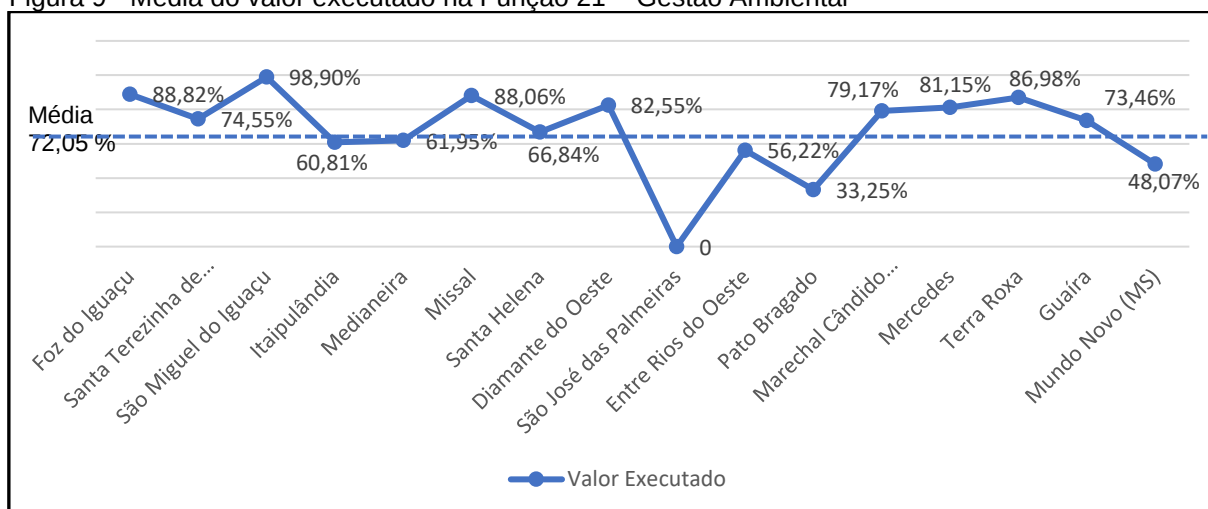
Figura 8 - Média de participação do orçamento destinado para a Função 21 – Gestão Ambiental



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

A Figura 8 apresenta a média de participação para a Função Gestão Ambiental, dos 16 municípios analisados apenas o Municípios de São José das Palmeiras não apresentou valores referentes a esta função, dos 15 municípios analisados 7 (46,67%) apresentam valores acima da média, o município de Entre Rios do Oeste apresentou a maior média de participação 6,51%, já a menor média foi apresentada pelo município de Pato Bragado 0,45%.

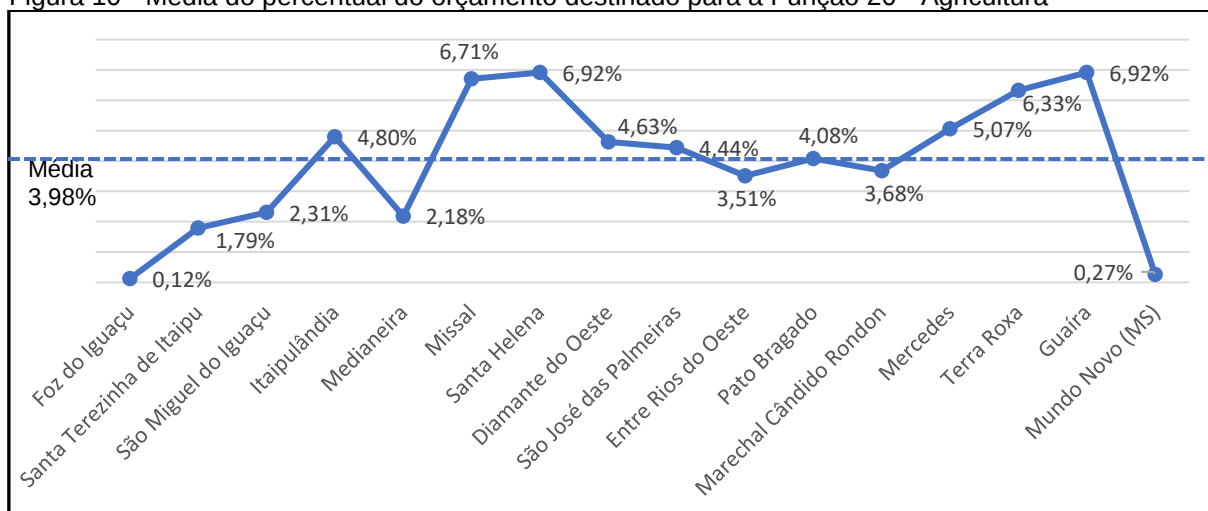
Figura 9 - Média do valor executado na Função 21 – Gestão Ambiental



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

A Figura 9 apresenta a média do valor executado na Função 18 - Gestão Ambiental, conforme já apresentado na Tabela 6 dos 16 municípios analisados apenas o Municípios de São José das Palmeiras não apresentou valores referentes a esta função, dos 15 municípios analisados 9 (60,00%) apresentam valores acima da média, o município de São Miguel do Iguaçu apresentou a maior média de execução 98,90%, já a menor média foi apresentada pelo município de Mundo Novo 48,07%.

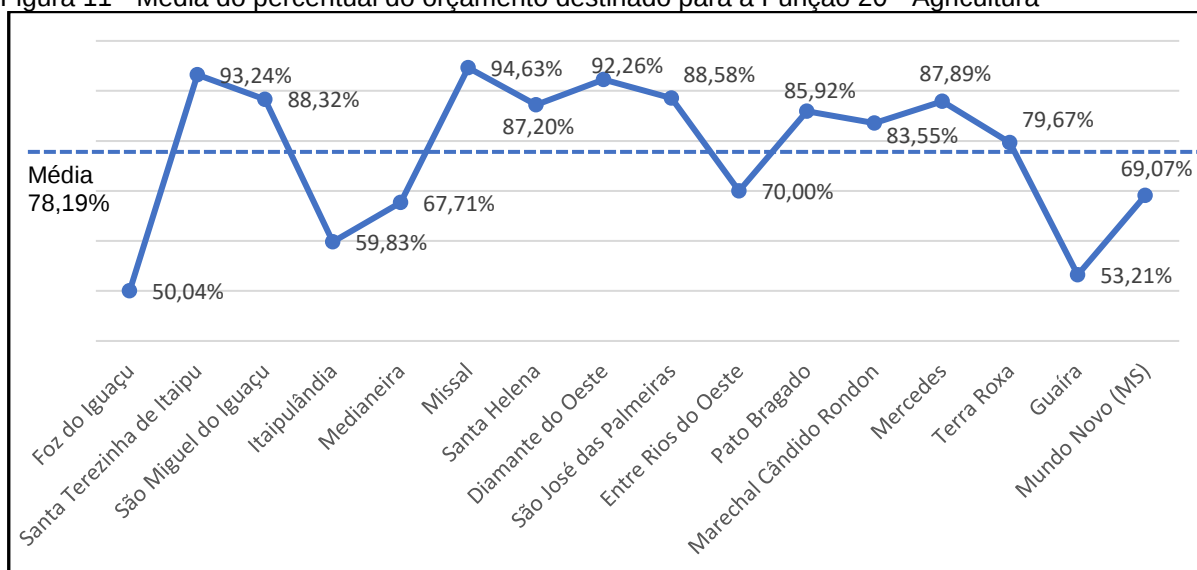
Figura 10 - Média do percentual do orçamento destinado para a Função 20 - Agricultura



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

A Figura 10 apresenta a média de participação para a Função Agricultura, dos 16 municípios 9 (56,25%) apresentam valores acima da média, os municípios de Santa Helena e Guaíra apresentaram as melhores médias de participação 6,92%, já a menor média foi apresentada pelo município de Foz do Iguaçu 0,12%.

Figura 11 - Média do percentual do orçamento destinado para a Função 20 - Agricultura



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

A Figura 11 apresenta a média do valor executado na Função 20 - Agricultura, dos 16 municípios analisados apenas o Municípios analisados 10 (62,50%) apresentam valores acima da média, o município de Missal apresentou a maior média de execução 94,63%, no outro extremo, a menor média foi apresentada pelo município de Foz do Iguaçu 50,04%.

Nas Figuras 10 e 11 destacam-se como as menores médias encontradas as do Município de Foz do Iguaçu, conforme já apresentado na Tabela 6 o Município de Foz do Iguaçu é o com maior população total 256.088 habitantes, ainda de acordo com o Censo de 2010 este apresenta o menor percentual de população rural 0,83%.

Em sua grande maioria nos municípios pesquisados a agricultura desempenha um importante papel no desenvolvimento municipal, porém em Foz do Iguaçu esta não aparece entre os principais setores econômicos, em seu estudo PINTOR *et al.* (2016), concluíram em que entre 2002 a 2012 os setores que dinamizam a economia do Município de Foz do Iguaçu foram os serviços de utilidade pública (produção e distribuição de energia elétrica), os atrativos turísticos e as atividades de ensino. Tal fato pode explicar o baixo nível de investimento público na função ligada a Agricultura no período estudado.

Em resposta à pergunta do estudo, a descontinuidade do pagamento de royalties a estes municípios certamente causará impactos consideráveis nas vidas destas comunidades, pois, oito dos municípios lindeiros (Itaipulândia, Santa Helena, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São Miguel do Iguaçu, Missal, Mercedes e Santa

Terezinha de Itaipu) possuem mais de 17,21% dos seus recursos são originados dos Royalties de Itaipu. Destes municípios com maior percentual de recursos oriundos dos royalties seis deles (75%) foram criados após a Assinatura do Tratado de Itaipu em 1973, ou seja, tem pouca ou nenhuma experiência em executar seus orçamentos sem as compensações financeiras.

Com relação aos recursos destinados ao desenvolvimento rural sustentável este correspondia inicialmente a 3,37% do orçamento, porém, quando da execução dos orçamentos estes recursos não foram totalmente utilizados, no período estudado. Verificou-se também que, apenas 75,12% foram aplicados no desenvolvimento rural, o que faz o real valor investido no DRS ser de apenas 2,53% dos orçamentos dos municípios lindeiros. O que é realmente impactante para a sustentabilidade e desenvolvimento destes agricultores.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstra que, a construção de Itaipu trouxe uma significativa mudança para os 16 municípios lindeiros ao lago da usina que inicialmente perderam parte de seu território para a formação do lago, como compensação o Tratado de Itaipu estabeleceu valores a serem pagos, os quais foram incorporados aos orçamentos públicos dos municípios envolvidos.

Os recursos públicos fomentam o desenvolvimento de políticas públicas que buscam melhorar a qualidade de vida através dos serviços prestados aos cidadãos, ter uma grande parte destes recursos lastreados em uma fonte finita coloca em risco a quantidade e a qualidade deles. Estes municípios necessitam de estabilidade em suas receitas para desenvolver suas ações voltadas a atingir os objetivos planejados em seus orçamentos e cumprir as metas propostas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Este estudo não busca esgotar o tema e sugere-se que mais estudos sejam realizados para entender o impacto da descontinuidade dos royalties no desenvolvimento rural sustentável dos municípios lindeiros dos agricultores, uma vez que boa parte destes municípios têm sua economia lastreada na produção rural o que afeta o desenvolvimento rural sustentável e o desenvolvimento do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, C. R.; CÂMARA, L. M. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Revista de Administração Pública**. Vol. 49. Rio de Janeiro. p. 73-90. 2015

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **Compensação Financeira Pela Utilização de Recursos Hídricos**. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>. Acesso em: 31 out. 2020.

ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei sancionada compensa município de Guaíra pela construção de Itaipu**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/557452-lei-sancionada-compensa-municipio-de-guaira-pela-construcao-de-itaipu/>. Acesso em: 08 jul. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM. **Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. O que os gestores municipais precisam saber**. Brasília. CNM. 2016. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS-Objetivos_de_Development_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf. Acesso em: 01 jul. 2021.

CONTO, A. A.; GALANTE, C.; OENNING, V. Mensuração da Eficácia na Gestão de Recursos Públicos. In: **18º Congresso Brasileiro de Contabilidade**, 2008, Gramado – Rs. Anais Gramado: CBC 2008.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP. Desafios e condicionantes para implementação da Agenda dos ODS na administração pública federal brasileira. Brasília: **ENAP**, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3411>. Acesso em: 08 jul. 2020.

DRESSEL, S. C.; BRAUM, L. M. S. Análise da composição das receitas dos municípios lindeiros ao lago da Itaipu binacional no estado do paraná. **Revista Vianna Sapiens**. Vol.5. p.136-159, Juiz de Fora/MG, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDENBERG, J; PRADO, L. T. S. Reforma e Crise do Setor Elétrico no período FHC. **Revista Tempo Social -USP**. São Paulo. vol.15 no.2 p.219-235. Nov. 2003

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 08 jul. 2020.

ITAIPU BINACIONAL. **Royalties**. Disponível em: < <https://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties> >. Acesso em: 08 jul. 2020.

LEISMANN, E. L. Os royalties de Itaipu nos municípios lindeiros ao lago e no Estado do Paraná. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 6, n. 11, p. 1-13, 2006.

MADUREIRA, E. M. P.; RIPPEL, R. A influência de Itaipu no crescimento econômico dos municípios lindeiros. In **VI Seminário Internacional sobre desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul/RS, 2013. 16 p.

MONSORES, C. O; BRAGA, Z. C. C. A contribuição da construção da usina hidrelétrica de Itaipu no desenvolvimento regional da cidade de Foz do Iguaçu, à luz da teoria de base da exportação. **Revista Orbis Latina**, vol.8, nº 1, p. 60-84, Foz do Iguaçu/PR

NASCIMENTO, C. P. **Cenários da Produção Espacial Urbana de Porto Velho**. 2009. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia, UNIR, Porto Velho – RO.

NIGRINI, G. V.; LLANOS, U. F. Ciencias sociales y políticas públicas. **Revista Mexicana de Sociología**. vol.71 esp, p.167-191, México. Dez. 2009

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Momento de ação global para as pessoas e o planeta**. Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/pos2015/> >. Acesso em:10 ago. 2020.

PEREIRA, O. D. **Itaipu: prós e contras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

PINTOR, E.; KODAMA, A. K.; AGUILAR, C. J. P.; PIFFER, M. A dinâmica econômica do Município de Foz do Iguaçu de 2002 até 2012. **Revista Orbis Latina**, vol.6, nº1, Foz do Iguaçu/ PR, p. 71-88. Jan/Dez. 2016

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SCHLINDWEIN, C. M.; CARDOSO, B. F.; SHIKIDA, P. F. A. Evolução dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico nos municípios paranaenses que recebem royalties da Itaipu Binacional. **Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, v. 6, n. 3, p. 361-375, set./dez. 2014.

SÓRIA, M. A. Z. Usina de Itaipu – **Integração energética entre Brasil e Paraguai**. Curitiba. Editora da Universidade Federal do Paraná – Curitiba/Pr, 2012.

SOUZA, E. B. C; CASAGRANDE, A. E. O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, nº 1, p. 2 – 27, jan./jun. 2012

3 AÇÕES PÚBLICAS FRENTE AO FIM DOS PAGAMENTOS DE ROYALTIES DO TRATADO DE ITAIPU

RESUMO

Em março de 1985 a Usina Hidroelétrica de Itaipu iniciava o pagamento das compensações financeiras aos municípios lindeiros, estas compensações estão previstas no Anexo C do Tratado de Itaipu e devem ser pagas até 2023. Este artigo busca apresentar quais ações os prefeitos dos municípios lindeiros estão realizando frente o fim do pagamento dos royalties de Itaipu. O estudo é exploratório de corte transversal, os dados de fonte primária foram coletados por meio de questionário estruturado aplicado aos prefeitos dos 16 municípios lindeiros ao lago da usina de Itaipu. Os dados foram tratados em porcentagem e analisados de forma descritiva. Os resultados revelam que os prefeitos estão adotando medidas para além do término dos pagamentos, tais como, investimentos na indústria, no comércio e no setor agropecuário, paralelamente os prefeitos buscam unir forças para reivindicar a continuidade dos repasses junto a Itaipu.

Palavras-chave: Repasses; Políticas Públicas; Sustentabilidade; Lindeiros

RESUMEN

En marzo de 1985, la Central Hidroeléctrica de Itaipu comenzó a pagar compensaciones económicas a los municipios vecinos, estas compensaciones están previstas en el Anexo C del Tratado de Itaipú y deben ser pagadas hasta el año 2023. Este artículo busca presentar qué acciones están llevando a cabo los administradores públicos con relación al fin del pago de las regalías de Itaipu. El estudio es un estudio exploratorio transversal, los datos de la fuente primaria fueron colectados a través de un cuestionario estructurados aplicados a los administradores de los dieciséis municipios aledaños del lago de la planta de Itaipú. Los datos se trataron en porcentaje y se analizaron de forma descriptiva. Los resultados revelan que los alcaldes están adoptando medidas más allá del final de los pagos, como inversiones en la industria, el comercio y el sector agrícola, mientras que los alcaldes buscan unir fuerzas para exigir la continuidad de las compensaciones con Itaipu.

Palabras clave: Transferencias; Políticas públicas; Sustentabilidad; Lindeiros

3.1 INTRODUÇÃO

Originada de um acordo binacional com o governo paraguaio, a construção de Itaipu surgia como resposta a dois importantes problemas, a crise energética que limitava o crescimento do país e uma disputa de limites fronteiriços, a construção da mega obra e a posterior formação de seu gigantesco lago alterou significativamente os cenários políticos econômicos e sociais na região diretamente afetada.

Gregory e Schallenberger (2008), avaliam que a formação do lago da Itaipu Binacional impactou a região, com desapropriações, a crise do comércio, o contrabando e turismo.

Em março de 1985 a Usina Hidrelétrica de Itaipu iniciava o pagamento das compensações financeiras aos municípios e estados afetados pela construção da usina, ao todo, recebem estas compensações os 16 municípios vizinhos ao lago da usina, também conhecidos como lindeiros (15 paranaenses e um sul-mato-grossense), proporcionalmente à área alagada; os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul; e os estados e municípios indiretamente atingidos, localizados a montante da usina (rio acima). Também têm direito a um percentual sobre os royalties da Itaipu o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério de Minas e Energia e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (ITAIPU, 2021).

Estes recursos representam importante parte dos orçamentos dos municípios lindeiros, os royalties em sua essência são recursos sem vinculação direta a uma determinada finalidade, ficando os municípios com a responsabilidade de definir as áreas que serão contempladas com estes recursos, suprimindo assim parte de suas demandas econômicas e sociais.

Grande parte dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu tem sua economia lastreada na produção agrícola, a lavoura, a criação de animais para produção de leite e carne geram riqueza e renda, proporcionando o desenvolvimento através do espaço rural. Cabe aos municípios, desta forma, fomentar ações em seus orçamentos que ajudem a desenvolver as potencialidades neste setor, desenvolvendo ações e programas voltados ao desenvolvimento rural sustentável nesta região com o fortalecimento da agricultura familiar na região.

Com o período de pagamento das compensações financeiras terminando em 2023 presume-se que os municípios diretamente atingidos pela formação do lago já tenham desenvolvido estratégias para mitigar este impacto, seja pela reestruturação de seus gastos ou pela negociação de novo tipo de auxílio financeiro para continuar suas atividades, bem como dar sustentabilidade e continuidade ao fortalecimento da agricultura familiar.

Neste sentido, o estudo contribui para compreender que tipo de ações estão sendo tomadas pelos prefeitos para o enfrentamento do fim dos royalties em busca de manter a sustentabilidade de seus municípios.

Em vista destes argumentos, o estudo busca responder a seguinte questão: Quais ações os prefeitos dos municípios lindeiros estão realizando frente o fim do pagamento dos royalties de Itaipu?

3.2 OS ROYALTIES E A SUSTENTABILIDADE

A assinatura da Ata do Iguaçu, em 1966, foi o primeiro passo para a exploração do potencial hidráulico do rio Paraná, naquele momento Brasil e Paraguai iniciaram o mais audacioso projeto de construção de uma Usina Hidroelétrica no mundo. A construção da usina de Itaipu impactou significativamente a mesorregião Oeste paranaense, a chegada de trabalhadores, o movimento migratório de pessoas retiradas de suas terras para dar lugar a obra e as inundações causadas pela formação do lago reconfiguraram a região (SOUZA, 2012).

Como medida compensatória pelos transtornos causados na região o Anexo “C” do Tratado de Itaipu define o pagamento de Royalties, atualmente a partilha destes recursos é definida pela Lei nº. 13.823/19, de maio de 2018, cabendo aos municípios lindeiros objetos deste estudo 85% dos 65% destinados aos municípios afetados, outros 15% são distribuídos entre municípios indiretamente (ITAIPU, 2020).

Os Royalties do Tratado de Itaipu somam se a disponibilidade de recursos nestes municípios para estabelecer as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento da região.

As Políticas públicas de modo geral são definidas como um conjunto de ações e decisões governamentais voltadas para dar respostas aos problemas da sociedade. Araújo (2009), define as políticas públicas como a materialização do Estado para satisfazer as demandas sociais. Dye (1984) resume o conceito de políticas públicas como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer", este conceito sintetizado lembra que não fazer algo frente a uma demanda da sociedade também pode ser definido como política pública.

Segundo Grisa e Schneider (2012), nos vinte anos de ditadura militar, os representantes civis vinculados à agricultura familiar não tinham espaço no setor público para discutir e construir as políticas para o segmento, o contexto político e institucional a época negava a participação destes atores e seus representantes. As construções das políticas públicas agrárias eram oriundas da visão de mundo do setor

agrário dos gestores, acadêmicos e representantes de grupos de interesse (GRISA, 2014).

O Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 determina que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sua qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Este artigo de Carta Magna de 88, está em sintonia com a definição de desenvolvimento sustentável apresentada no Relatório de Brundtland de 1987 da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, intitulado de Nosso Futuro Comum (Our Common Future).

O documento define que desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades das gerações atuais, sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas necessidades (CMMAD,1992).

Em 1994 o sociólogo e consultor britânico John Elkington formula o conceito *Triple Bottom Line*, onde descreve que a sustentabilidade é o equilíbrio entre os três pilares: ambiental, econômico e social. Segundo seu conceito a expectativa que as empresas devem contribuir de forma gradual com a sustentabilidade nasce da análise de que os negócios necessitam de mercados estáveis, e estas devem possuir capacidades tecnológicas, financeiras e de gestão necessárias para necessário para proporcionar a transição rumo ao desenvolvimento sustentável (ELKINGTON, 2001).

Para Sachs (2009), o conceito de desenvolvimento sustentável envolve também as dimensões territoriais, culturais, ecológicas e políticas nacionais e internacionais. Para o autor, o desenvolvimento sustentável deve mitigar a pobreza e as desigualdades por meio da ampliação das oportunidades. Neste contexto, as boas práticas na governança pública de forma democrática e eficiente é indispensável para que o desenvolvimento sustentável se estabeleça.

De acordo com Caporal (2007), o desenvolvimento sustentável engendra uma metamorfose progressiva da economia e da sociedade, e desta forma, aumenta o potencial produtivo e viabiliza chances iguais a todos.

Castro e Oliveira (2014), ressaltam que as políticas públicas e os processos de desenvolvimento possuem aspectos dinâmicos, dado que, em sua trajetória histórica a sociedade reconhece seus problemas e propõe soluções adequadas a sua capacidade.

3.2.1 Políticas públicas no desenvolvimento sustentável

Na década de 70 o estado brasileiro vivia sob o lema “Desenvolver primeiro e pagar os custos da poluição depois”, o crescimento econômico era o ponto focal do governo militar sem se importar com seus danos ao meio ambiente. Esta posição foi externalizada em 1972 durante a Conferência de Estocolmo, também conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, onde o representante brasileiro Ministro do Interior general José Costa Cavalcanti declarou que, “Um país que não alcançou o nível mínimo para promover o essencial não está em condições de desviar recursos consideráveis para a proteção do meio ambiente” (GIANANTI, 1998, p. 74).

Em abril de 1974 o general José Costa Cavalcanti foi nomeado diretor-geral de Itaipu pelo presidente Ernesto Geisel, em 1980 acumulou o cargo de presidente das Centrais Elétricas Brasileiras e exerceu estas funções até o fim do governo Joao Figueiredo em 1985 (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2021).

Com o processo de redemocratização em 1988 o estado brasileiro alterou sua postura frente as questões ambientais, esta nova visão pode ser percebida na Constituição Federal de 1988, onde o meio ambiente equilibrado é apresentado como um direito de todos, assim como sua tutela é um dever da coletividade, descrevendo assim o meio ambiente como um bem de uso comum do povo (BRASIL, CF, 1988).

Um importante passo para a consolidação desta nova postura foi dado em 1992 quando o Brasil da sedia a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – RIO-92, a conferência abordou as novas perspectivas globais e de integração da questão ambiental e definiu de maneira concreta o modelo de desenvolvimento sustentável mundial. Participaram 187 estados, 16 agências especializadas e um expressivo número de organizações não-governamentais (FGV, 2021).

Para estabelecer uma política pública o gestor deve mapear as causas do problema a ser respondido ou as vontades sociais a serem atendidas, na sequência são desenvolvidos um conjunto de iniciativas ou ações que busquem dar respostas aos problemas e necessidades identificadas (ROSA, 2011).

No Brasil nas últimas décadas o número de pessoas vivendo áreas rurais tem reduzido significativamente, segundo censo do IBGE de 2010, 84,36% da população brasileira vivia em áreas urbanas (160.925.792 milhões), enquanto 15,64% viviam no

meio rural (29.830.007 milhões), quando avaliado este percentual nos municípios limítrofes temos 70,87% da população no meio urbano e 29,13% nas áreas rurais.

O crescimento da população nas áreas urbanas cria desafios as administrações locais pressionando suas infraestruturas públicas.

A descentralização das políticas públicas instituída na Constituição Federal de 88 proporcionou maior protagonismo as administrações municipais, coube aos gestores municipais o enfrentamento dos problemas gerados pelo adensamento populacional nas áreas urbanas, sem esquecer dos que ainda residem nas áreas rurais.

Na Cúpula do Desenvolvimento Sustentável na Assembleia Geral da ONU em Nova York em 2015 os Estados membros e a Sociedade Civil discutiram uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável, a qual propõe uma ação global entre governos, empresas, a academia e a sociedade civil para alcançar seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas até o ano de 2030.

O governo brasileiro fez parte do desenvolvimento e foi signatário deste compromisso global, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS são propostas que tem como objetivo principal auxiliar na prosperidade e consequentemente diminuir a desigualdade, assim sendo, Governo Federal, Estados e Municípios devem desenvolver suas políticas públicas alinhadas com uma agenda global de desenvolvimento sustentável – ODS, a implantação dos ODS precisa ser construída com a participação de toda a sociedade (setor privado, setor público e sociedade civil).

Para que as metas globais propostas pelos ODS sejam alcançadas é necessário que governantes e gestores locais estabeleçam planos integrados de atuação, os quais devem incluir neste processo a participação da sociedade civil e do setor privado (CNM, 2016).

Grande parte dos municípios limítrofes ao lago de Itaipu tem como base de sua economia sua economia o agronegócio, na região é predominante propriedades rurais de médio e pequeno porte, segundo Nascimento (2009), este padrão se mantém desde a colonização.

Silva 2015, p.158, conceitua que “novas perspectivas surgem no Brasil para a gestão das políticas públicas e dos recursos naturais, as quais primam pela participação conjunta dos diferentes setores da sociedade na discussão, articulação e, consequentemente, na ação conjunta com os órgãos de gestão”.

As políticas públicas exercem um papel fundamental no desenvolvimento sustentável, pois, elas atuam como elementos redutores dos problemas sociais existentes, indo ao encontro aos interesses da sociedade, cumprindo assim com as determinações do artigo 225 da constituição federal.

3.2.2 Itaipu e o desenvolvimento sustentável da região

No período de construção da Usina de Itaipu (1975-1982), sua imagem ficou muito negativa junto à comunidade local, pois, quando se iniciaram os pagamentos referentes a indenização dos proprietários que tiveram suas terras alagadas, estas indenizações foram realizadas de forma individual, salteada, lenta e com critérios obscuros e avaliações arbitrárias (GERMANI, 2003).

Mazzarollo (2003), relata que as desapropriações ocorridas para a construção de Itaipu seguiram a moda do regime militar, onde tudo foi decidido e imposto de cima para baixo de maneira unilateral.

Vale ressaltar que neste período o Brasil vivia sob ditadura militar e o governo militar buscava o crescimento econômico a qualquer custo. Com a redemocratização em 1988, o estado brasileiro passa a assumir uma nova postura frente as questões ambientais. Em 1992 o Brasil dá outro passo importante na consolidação de sua nova postura sediando a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – RIO-92 onde a comunidade política internacional admitiu que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos naturais.

Após a volta ao regime democrático a usina de Itaipu também muda sua postura em relação a preservação ambiental e começa a desenvolver ações visando melhorar seu relacionamento com os municípios lindeiros ao reservatório da usina. Domínguez e Pimentel (2017), ressaltam que, a Itaipu Binacional desenvolve uma mudança de foco institucional a partir de 2013, onde incorpora aos objetivos estratégicos da empresa a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável.

Em seu Plano Estratégico atual (2018-2022) Itaipu define como missão, “Gerar energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e no Paraguai” (ITAIPU, 2021).

Para o alcance desta missão Itaipu define Objetivos Estratégicos, dentre estes destaca-se o OE4 – Desenvolvimento Sustentável na área de influência, consideradas as especificidades de cada país. Ele garante que suas ações estão diretamente alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com vistas à melhoria da qualidade de vida e um desenvolvimento social e econômico justo, respeitando o meio ambiente. Deste modo, a Itaipu buscou ser um parceiro importante no alcance de metas propostas pelos ODS na sua área de abrangência e um dos grandes exemplos a serem citados de parcerias com a comunidade local, foi o projeto Cultivando Água Boa criado em 2003.

O Programa Cultivando Água Boa (CAB), foi fruto da inclusão dos aspectos sociais e ambientais na gestão da Itaipu Binacional e buscava estimular a participação das comunidades próximas incentivando as a alcançar a sustentabilidade. O programa estabelecia uma rede de proteção dos recursos da Bacia Hidrográfica Paraná III, localizada no oeste do Paraná, na confluência dos rios Paraná e Iguaçu, o planejamento e execução das ações socioambientais era realizado por microbacias hidrográficas. De 2003 a 2017, o programa atuou em mais de 200 microbacias, nos 29 municípios da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 (ITAIPU, 2021).

Em estudos anteriores Sterchile e Souza (2008), analisaram a compensação financeira de Royalties de Itaipu e concluíram que havia a necessidade de discussão dos integrantes da administração municipal e dos representantes da população para se definir os rumos dos investimentos dos royalties no município, visando à não dependência do recurso e a garantia do desenvolvimento e sua sustentabilidade.

Vanderlinde e Vanderlinde (2011), descrevem em seu estudo que os conflitos gerados pela implantação da Usina de Itaipu estavam na raiz dos movimentos sociais de luta pela terra brasileiros e que estes foram decisivos para a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Destacam ainda em suas considerações finais, que o movimento mediado por entidades religiosas em especial a Igreja Católica e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) exerceram papel decisivo na mitigação dos impactos sofridos pelos agricultores.

Silva e Thibes (2021), discutiu a aplicabilidade dos royalties repassados pela Itaipu, observando seus impactos no campo educacional, nas suas conclusões consideraram que considerar que construção de Itaipu solucionou em parte o problema da crise energética brasileira, mas causou grandes impactos nas áreas

lindeiras ao reservatório, removendo uma grande parcela da população diminuindo consideravelmente a população dos municípios, deixando submersas grandes áreas produtivas. Com relação a educação, os repasses efetuados criaram possibilidades, expectativas e perspectivas de ampliação e melhorias das escolas públicas na região oeste do Paraná.

Xavier (2014), em seu estudo analisou os royalties pagos aos Municípios Lindeiros do Lago de Itaipu na microrregião de Toledo e concluiu que o fim da compensação financeira paga por Itaipu afetaria os investimentos em infraestruturas públicas e privadas e que poucos municípios conseguiriam continuar investindo e prestando serviços com qualidade a sua população e promovendo o desenvolvimento do seu município.

3.3 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi exploratório, segundo Richardson *et al.* (2010), buscou explorar o fenômeno para compreender suas implicações no contexto do tema. O corte foi transversal em 2021 sem considerar a evolução dos dados no tempo.

Os dados foram retirados de fontes primárias por meio de um questionário e os de origem secundária, registrados e publicados, referentes aos orçamentos dos municípios lindeiros e bibliografia científica.

A população pesquisada foram todos os 16 prefeitos dos municípios diretamente atingidos pela formação do reservatório da usina de Itaipu, destes, 15 municípios são paranaenses, Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Itaipulândia, Missal, Diamante D'Oeste, Santa Helena, São Jose das Palmeiras, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Terra Roxa e Guaíra e um município sul-mato-grossense, Mundo Novo.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário com 17 questões encaminhado para os prefeitos dos municípios, onde 16 questões apresentam escalas variadas e uma questão aberta. Por questões sanitárias (Pandemia da COVID-19) os questionários foram enviados através dos portais eletrônicos dos municípios no período entre 22 e 23 de abril de 2021, este tipo de solicitação encontra-se amparada na Lei nº 12.527/2011, popularmente conhecida como Lei de Acesso à Informação - LAI, lei esta que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às

informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A Lei de Acesso à Informação estabelece que o órgão ou entidade tem até 20 dias para atender à solicitação, este prazo que pode ser prorrogado por mais 10 dias, se houver justificativa expressa, deste modo foi estipulado como prazo final a data de 23 de maio de 2021.

Os dados foram tratados em porcentagem para melhor visualização dos resultados e para as questões com escalas e por análise de conteúdo para a questão aberta e analisados descritivamente.

3.4 RESULTADOS

Embora tenha sido utilizado como canal de coleta de dados o acesso a informação garantido pela Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, a qual estabelece prazo máximo de 30 dias para o retorno da solicitação.

Após o prazo determinado dos 16 questionários retornaram 12 (75,00%) validando o estudo. Vale ressaltar que tal pedido não se enquadra nas restrições de acesso à informação prevista no Art. 23, no qual as informações passíveis de classificação são aquelas que (I) podem pôr em risco a defesa e a soberania nacionais e planos ou operações estratégicos das Forças Armadas; (II) Prejudicar a condução de negociações ou as relações internacionais do país, se as informações foram fornecidas em caráter sigiloso por outros estados e organismos internacionais; (III) Pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde de terceiros; (IV) Oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do país; V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas; (VI) Prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico; (VII) Pôr em risco a segurança de instituições ou 'altas' autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; (VIII) Comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento.

O instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo não aborda nenhuma informação de cunho sigiloso (pessoal ou institucional) ou que coloque em risco a segurança pública. Para melhor analisar as respostas, se faz necessário entender qual o perfil dos municípios respondentes, para isto, foi desenvolvido uma tabela com informações que auxiliam a análise dos dados coletados.

Tabela 7 - Ano de Criação, percentual de área alagada e percentual de participação dos royalties do Tratado de Itaipu dos municípios respondentes da pesquisa.

Município	Ano Criação	Percentual Participação Royalties	Média de Participação dos Royalties no Orçamento (2016 a 2018)
Santa Helena	1967	24,30116%	55,51%
Itaipulândia	1992	16,55917%	64,16%
São Miguel do Iguaçu	1961	8,37587%	27,64%
Guaíra	1951	8,00000%	17,04%
Pato Bragado	1990	4,33673%	40,77%
Santa Terezinha de Itaipu	1982	3,86040%	17,38%
Missal	1981	3,69179%	25,81%
Entre Rios do Oeste	1993	3,03120%	32,21%
Mercedes	1990	1,78002%	20,32%
Mundo Novo (MS)	1976	1,35529%	5,53%
Diamante D'Oeste	1987	0,51779%	8,75%
Medianeira	1960	0,10687%	0,31%
Total		75,9163%	

Fonte: IBGE, 2020; ANEEL, 2020; TCEPR 2021.

Na Tabela 7 são apresentados na primeira e segunda coluna de dados a data de criação e a área de cada município que o prefeito respondeu ao formulário, dos 16 municípios pesquisados, passado o prazo estabelecido na Lei de Acesso à Informação, apenas quatro prefeitos não prestaram as informações requeridas, são eles Foz do Iguaçu, São Jose das Palmeiras, Marechal Cândido Rondon e Terra Roxa.

No grupo de prefeitos respondentes é possível verificar que estes recebem 75,9163% dos recursos distribuídos aos lindeiros, nesta mesma tabela são apresentados a Média de Participação dos Royalties de Itaipu no Orçamento municipal no período de 2016 a 2018, e importante ressaltar que 9 (75,00%) dos prefeitos respondentes apresentam percentual de participação superior a 17% no orçamento municipal. Neste sentido, ouvir os prefeitos de todos os municípios lindeiros é fundamental para entender o impacto sistêmico do fim dos royalties na região e entender que ações estas sendo desenvolvidas para contingenciar os possíveis desdobramentos.

A primeira questão foi sobre se a construção da Usina de Itaipu gerou problemas socioeconômicos, os resultados são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Problemas socioeconômicos no município com a construção de Itaipu.

Município	Sim	Não
Santa Terezinha de Itaipu	X	
São Miguel do Iguaçu	X	
Itaipulândia	X	
Medianeira		X
Missal	X	
Entre Rios do Oeste	X	
Santa Helena	X	
Diamante D'Oeste		X
Pato Bragado		X
Mercedes	X	
Guaíra	X	
Mundo Novo	X	
Total	9	3
Comentários		
Santa Terezinha de Itaipu	1 – Perda territorial 2 – Perdas na agricultura 3 – Impactos ambientais (fauna e flora)	
São Miguel do Iguaçu	1 – Diminuição área de cultivo 2 – Perda de terras produtivas 3 – Diminuição de Território e população	
Itaipulândia	1 – Famílias tiveram que migrar 2 – Desestruturção do que existia, estradas e comunidades	
Medianeira	Sem comentários	
Missal	Grande parte do território do Município foi alagado para construção da Usina, sendo certo que acabou por prejudicar sobremaneira a atividade agrícola na região, a qual, inclusive, é a principal atividade econômica até os presentes dias.	
Entre Rios do Oeste	1 – Diminuição de território 2 – Evasão demográfica 3 – Alterações climáticas	
Santa Helena	1 - Evasão de moradores 2 - Redução da extensão territorial 3 - Reduziu o crescimento do Município, redução do orçamento através de recursos livres devido a diminuição do comércio local	
Diamante D'Oeste	Sem comentários	
Pato Bragado	Sem comentários	
Mercedes	1 – Diminuição de área agricultável 2 – Prejuízos ao Meio Ambiente 3 – A não reposição de ponte que liga o Distrito de Arroio-Guaçu Mercedes/Pr a Sala Manca Guaíra/Pr, fazendo com que esta primeira fosse impactada fortemente na redução de sua população, consequência impacto socioeconômico	
Guaíra	1 – Perda do Potencial Turístico das Sete Quedas 2 – Alagamento de Terras Agrícolas 3 – Perda do Potencial de Pesca Tradicional 4 – Com a geração dos problemas acima, Guaíra não conseguiu descobrir e desenvolver outra vocação e não apresentou atribuições para atrair investimentos e acompanhar o desenvolvimento da região Oeste nas áreas do comércio e da indústria, especialmente por ser uma cidade fronteiriça.	
Mundo Novo	1 – Turismo 2 – Geração de renda 3 – Qualidade de vida	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

Para nove (75,00%) dos prefeitos a resposta foi afirmativa, os principais problemas indicados foram a diminuição do território e consequentemente as áreas da atividade agrícola e a evasão demográfica, o que gerou uma diminuição da capacidade de geração de emprego e renda municipal, contra três (25,00%) que indicaram que não.

Nos comentários, sete prefeitos (58,33%) citaram a diminuição territorial causada pela formação do reservatório da usina, cinco prefeitos (41,67%) evidenciaram prejuízos nas atividades agrícolas e quatro (33,33%) dos prefeitos apontaram como resultado a evasão de moradores.

O município de Mercedes destaca entre seus problemas a não reposição de uma ponte entre o distrito de Arroio Guaçu e Salamanca em Guaíra, o que teria gerado redução populacional.

Os municípios de Guaíra e Mundo Novo destacaram problemas relacionados ao turismo decorrentes do Alagamento da atração turística Sete Quedas, o prefeito de Guairá ainda ressalta que devido aos problemas causados no território municipal pela construção da usina a cidade não conseguiu desenvolver outra potencialidade e não apresentou atributos capazes de atrair novos investimentos ao município, não conseguindo acompanhar o desenvolvimento das demais cidades da região Oeste do Paraná.

Sobre a situação de Guaíra, Souza e Silva (2010), revelam que a economia municipal nos primeiros anos após a inundação da região da Sete Quedas, sofreu uma grande redução dos recursos oriundos do turismo e dos investimentos no setor produtivo.

Apenas três prefeitos consideraram que não ocorreu impactos com a construção da usina (Medianeira, Diamante D'Oeste e Pato Bragado), Medianeira possivelmente por se encontrar mais distante da borda do lago de Itaipu, situação também vivenciada por Diamante D'Oeste, ainda, com relação a Diamante D'Oeste e Pato Bragado, conforme apresentado na Tabela 7 estas foram criadas após a construção de Itaipu.

A segunda questão foi referente as principais áreas afetadas pela implantação da Usina de Itaipu, o Quadro 3 apresenta as respostas e comentários dos prefeitos entrevistados.

Quadro 3 - As principais áreas afetadas pela Usina de Itaipu foram a Agricultura e o Meio Ambiente.

Município	Concordo Fortemente	Concordo	Discordo	Discordo Fortemente
Santa Terezinha de Itaipu	X			
São Miguel do Iguaçu	X			
Itaipulândia		X		
Medianeira	X			
Missal		X		
Entre Rios do Oeste	X			
Santa Helena			X	
Diamante D'Oeste		X		
Pato Bragado		X		
Mercedes	X			
Guaíra			X	
Mundo Novo		X		
Total	5	5	2	
Comentários				
Santa Terezinha de Itaipu	Sem comentários			
São Miguel do Iguaçu	Sem comentários			
Itaipulândia	Sem comentários			
Medianeira	Sem comentários			
Missal	Sem comentários			
Entre Rios do Oeste	Sem comentários			
Santa Helena	Sem comentários			
Diamante D'Oeste	Sem comentários			
Pato Bragado	Sem comentários			
Mercedes	Sem comentários			
Guaíra	Foram diversas outras, especialmente no Turismo			
Mundo Novo	Sem comentários			

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

No Quadro 3 cinco (41,67%) prefeitos concordaram fortemente e outros cinco (41,67%), concordaram com a afirmação, deste modo, temos que para 10 (83,33%) dos respondentes as principais áreas afetadas foram a Agricultura e o Meio Ambiente, apenas os prefeitos de Santa Helena e Guaíra discordaram, vale esclarecer que nesta questão não foram solicitados comentários, porém, como o formulário foi enviado por meio digital alguns municípios incorporaram comentários as suas respostas, as quais fielmente foram transcritas.

O prefeito de Guaíra ressaltou que diversas outras áreas foram afetadas especialmente o turismo local. Gregory e Schallenberger (2008), consideram que o fim das Sete Quedas, não deixou marcas apenas no turismo de Guaíra, a navegação, a produção de energia elétrica e o acesso ferroviário também foram prejudicados, ressalta ainda que os entornos de Guaíra e Foz do Iguaçu tinham como características suas riquezas e atrativos naturais e suas potencialidades agrícolas (GREGORY e SCHALLENBERGER, 2008).

A terceira questão aborda os problemas socioeconômicos gerados decorrentes da construção da usina que ainda necessitam de pelo poder público.

Quadro 4 - Problemas socioeconômicos pela construção da usina até o presente momento merecem atenção.

Município	Econômicos	Ambientais	Agrários	Fiscais
Santa Terezinha de Itaipu		X	X	
São Miguel do Iguazu	X		X	
Itaipulândia	X		X	
Medianeira	X	X		
Missal				
Entre Rios do Oeste	X	X	X	
Santa Helena	X	X	X	X
Diamante D'Oeste		X		
Pato Bragado		X		
Mercedes				
Guaíra	X	X	X	X
Mundo Novo		X		
Total	6	8	6	2
Comentários				
Santa Terezinha de Itaipu	Sem comentários			
São Miguel do Iguazu	Sem comentários			
Itaipulândia	Sem comentários			
Medianeira	Sem comentários			
Missal	Sem comentários			
Entre Rios do Oeste	Sem comentários			
Santa Helena	Sem comentários			
Diamante D'Oeste	Sem comentários			
Pato Bragado	Sem comentários			
Mercedes	A falta de uma ponte ligando o Município a Guaíra/Pr, através do distrito de Arroio Guaçu, ocasionou impactos socioeconômicos e de mobilidade urbana, pois alguns moradores da cidade possuem terras em Guaíra/Pr			
Guaíra	Segurança Pública			
Mundo Novo	Sem comentários			

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

No Quadro 4 para oito (66,67%) prefeitos os problemas ambientais foram os mais lembrados, empatados em segundo lugar com seis respostas (50,00%) os problemas agrários e econômicos com apenas duas (16,67%) os prefeitos citaram problemas fiscais, a soma dos percentuais superam 100% devido ao fato que era possível nesta questão marcar mais de uma opção.

Nos comentários do Quadro 4 o prefeito de Mercedes, assim como na primeira questão enfatizou que falta de uma ponte ligando o Município a Guaíra/Pr, cruzando o distrito de Arroio Guaçu ocasionou impactos socioeconômicos e de mobilidade urbana, já o prefeito de Guaíra incluiu nesta questão a segurança pública.

Jimenez, Lisboa e Silva (2018), consideram que com a construção Itaipu, o mercado local na Tríplice Fronteira cresceu, e o mercado interno brasileiro seguiu crescendo. O Estado passou a gerir os mecanismos de abertura do mercado legal e os efeitos colaterais do fluxo rotineiro de pessoas e mercadorias na esfera ilegal como o contrabando, o descaminho, a segurança e a criminalidade internacional.

Na quarta questão foi perguntado aos prefeitos se o pagamento das compensações financeiras auxiliou na redução dos problemas causados pela implantação da usina.

Quadro 5 - Os royalties pagos pela Usina de Itaipu auxiliaram na redução nos problemas gerados.

Município	Concordo Fortemente	Concordo	Discordo	Discordo Fortemente
Santa Terezinha de Itaipu	X			
São Miguel do Iguaçu		X		
Itaipulândia		X		
Medianeira		X		
Missal		X		
Entre Rios do Oeste	X			
Santa Helena		X		
Diamante D'Oeste		X		
Pato Bragado		X		
Mercedes	X			
Guaíra		X		
Mundo Novo		X		
Total	3	9		
Comentários				
Santa Terezinha de Itaipu	Ambientais e Agrários			
São Miguel do Iguaçu	Compor o orçamento municipal Investimento em Infraestrutura Investimento em Educação Investimento em Saúde Pública			
Itaipulândia	Compensação financeira pelos impactos e terras que deixaram de produzir			
Medianeira	Sem comentários			
Missal	Os Royalties são utilizados para melhoria do Município de uma forma geral, o que acaba por possibilitar a movimentação econômica e, conseqüentemente, possibilita a geração de emprego e renda – principal fator afetado. Além disso, os valores repassados também servem para buscar – ainda que nos presentes dias – diminuir o prejuízo ao meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável para essa e para as futuras gerações, nos termos da Constituição Federal da República.			
Entre Rios do Oeste	Investimentos em incentivos voltados ao setor agropecuário, infraestrutura do município, com melhorias na malha viária e investimentos em estruturas para geração de empregos.			

(continua...)

(conclusão)

Santa Helena	Possibilitaram aos municípios efetuar investimentos importantes em infraestrutura que na época era precária, houve a construção da praia artificial que atrai turistas até hoje e fomentam a economia local. Possibilita que os municípios instalem programas de subsídio e fomento aos agricultores, empresas e incentive a instalação de indústrias geradoras de emprego/renda e ainda mantenha ações que melhoram o dia a dia da população, como investimentos em pavimentação, reforma e ampliação de escolas, CMEI's, sem esquecer da construção de avenida e praças, alargamento de ruas, entre outros investimentos.
Diamante D'Oeste	Principal investimento em recuperação e manutenção das bacias hidrográficas
Pato Bragado	Possibilitou a criação de programas para incentivar diversas ações. Ações essas que resultam na qualidade de vida das pessoas
Mercedes	Asfalto em vias rurais; Coleta e Destinação de materiais recicláveis; Cuidados com o Meio Ambiente como um todo; Sustentabilidade
Guaíra	Foram e estão sendo fundamentais para equilibrar as ações do Município. Não é possível mensurar qual seria o real impacto se as Sete Quedas ainda estivessem presentes, com certeza, o Município de Guaíra, talvez, teria uma população similar a Foz do Iguaçu e assim conseguiria uma sustentabilidade financeira melhor. Por mais que os Royalties são fundamentais, mesmo com um percentual até 2019 de 4,8% para Guaíra, apenas conseguiu-se implantar o básico das políticas públicas, manter o Município em funcionamento.
Mundo Novo	Recurso Financeiro amenizam os danos, tendo em vista que os valores repassados são investidos em ações voltadas a investimentos.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

Conforme apresentado no Quadro 5 todos os prefeitos respondentes consideraram que o pagamento de royalties auxiliou na redução dos problemas causados (três concordaram fortemente e nove concordaram), os prefeitos enfatizaram que os recursos foram investidos em Infraestrutura, meio ambiente e no setor agrário, de modo geral, ações voltadas a melhoria da qualidade de vida, meio ambiente e geração de emprego e renda foram as mais lembradas.

Silva e Thibes (2021), em suas conclusões pontuam que os recursos de royalties se transformaram em uma importante ferramenta de preservação ambiental e de melhoria da qualidade de vida da população lindeira.

Na quinta questão foi perguntado sobre a atuação das administrações municipais anteriores frente aos problemas gerados pela construção da usina.

Quadro 6 - As administrações municipais anteriores conseguiram reduzir significativamente os problemas ocorridos na implantação da Usina

Município	Concordo Fortemente	Concordo	Discordo	Discordo Fortemente
Santa Terezinha de Itaipu	X			
São Miguel do Iguaçu		X		
Itaipulândia			X	
Medianeira		X		
Missal		X		
Entre Rios do Oeste	X			
Santa Helena		X		
Diamante D'Oeste		X		
Pato Bragado		X		
Mercedes		X		
Guaíra		X		
Mundo Novo				X
Total	2	8	1	1
Comentários				
Santa Terezinha de Itaipu	Ambientais e Agrários			
São Miguel do Iguaçu	Melhoria na infraestrutura viária Investimento projetos habitacionais Construção e manutenção hospital municipal Construção e manutenção UBS, CMEI e escolas			
Itaipulândia	Sem comentários			
Medianeira	Sem comentários			
Missal	Socioeconômicos e ambientais.			
Entre Rios do Oeste	Aumento da produção agrícola. Geração de empregos com incentivos a instalação de indústrias, melhorias no atendimento da população em saúde e educação.			
Santa Helena	Pela implantação de diversas políticas como por exemplo, as mencionadas acima, há alguns anos, famílias que deixaram o município após a inundação de suas terras, estão voltando para Santa Helena em busca de qualidade de vida, conforto e segurança.			
Diamante D'Oeste	Sem comentários			
Pato Bragado	Incentivos na agricultura que gerou aumento na produção. Melhorias nas estradas e acessos de propriedades rurais.			
Mercedes	Na medida do possível, as administrações anteriores vêm suplementando medidas de médio impacto para as comunidades mais afetadas e medidas adicionais em várias áreas e segmentos da municipalidade.			
Guaíra	Pelo menos manteve o custeio e alguns investimentos ao longo dos anos, com muita dificuldade de alçar investimentos estruturantes e de grande volume financeiro.			
Mundo Novo	Sem comentários			

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

No Quadro 6, para 10 (83,33%) prefeitos as administrações municipais anteriores conseguiram reduzir significativamente os problemas ocorridos na implantação da Usina, apenas dois (16,67%) discordaram desta afirmação. Dentre os principais problemas reduzidos citados estão: Ambientais, agrários, educação, saúde e Infraestrutura, o que de acordo com os prefeitos melhorou a qualidade de vidas dos munícipes.

O prefeito de Guaíra destacou que as ações das administrações anteriores mantiveram o custeio e os investimento ao longo dos anos, porém, estes recursos não possibilitaram a realização de políticas estruturantes devida a grande demanda de recursos. O prefeito de Santa Helena ressalta que famílias que deixaram o município após a inundação de suas terras estão retornando para o município em busca de qualidade de vida, conforto e segurança.

A sexta questão buscou revelar se políticas públicas foram desenvolvidas buscando a sustentabilidade municipal pós pagamento das compensações financeiras.

Quadro 7 - Políticas públicas desenvolvidas para sustentabilidade do município após o término dos pagamentos?

Município	Sim	Não
Santa Terezinha de Itaipu	X	
São Miguel do Iguaçu	X	
Itaipulândia	X	
Medianeira		X
Missal	Não respondeu	
Entre Rios do Oeste	X	
Santa Helena	X	
Diamante D'Oeste	X	
Pato Bragado	X	
Mercedes	X	
Guaíra		X
Mundo Novo		X
Total	8	3
Comentários		
Santa Terezinha de Itaipu	01 - Programas de preservação de mananciais 02 - Melhoria em estradas rurais 03 - Programas de conservação de solo	
São Miguel do Iguaçu	01 – Implantação de parque industrial 02 – Implantação, melhorias e construção de pavimentos 03 – Fortalecimento turístico da região	
Itaipulândia	Incentivos, renda, emprego Industria	
Medianeira	O Município recebe um valor pequeno de Royalties, já que a área banhada pelo lago é muito pequena, logo o município não tem dependência financeira destes recursos	
Missal	Sem comentários	
Entre Rios do Oeste	01 - Aumento de ICMS com incentivos na agropecuária 02 – Incentivo ao aumento do setor industrial 03 - Investimentos em desenvolvimento econômico	
Santa Helena	01 - A instalação de indústrias e fortalecimento do comércio e indústrias locais	

(continua...)

(conclusão)

Diamante D'Oeste	01 – Investimento de áreas rurais
Pato Bragado	01 - Incentivo na Industrialização 02 - Incentivo na formação acadêmica e profissionalização. 03 - Incentivo ao setor agropecuário
Mercedes	01 – Conservação de nascente e de solo; 02 – Reciclagem do resíduo sólido; 03 – Mobilidade urbana
Guaíra	Apenas a partir de 2019 com a aprovação de uma Lei Federal que proporcionou o aumento de 4,8% para 8% e depois de um ano e três meses da aprovação desta, o Município passou a ter um poder de investimento melhor o que vai propiciar: a consolidação e implantação das lojas francas, avanços no Projeto Parque Temático Memorial Sete Quedas (Revitalização da Orla de Guaíra) e novos empreendimentos turísticos e de lazer, Incentivo e fomento ao Agronegócio, Agroindústria, novos parques industriais, bem com a Pesca. Destaca-se também a importância de estruturar a saúde pública, educação regular e profissionalizante, inovação e tecnologia, bem como a segurança pública.
Mundo Novo	Falta de gestão dos governos passados

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

No Quadro 7 ficou evidenciado que para oito (72,73%) dos prefeitos, foram sim desenvolvidas políticas públicas objetivando a sustentabilidade do município após o término dos Royalties de Itaipu, dois prefeitos (18,18%) responderam que não, e o prefeito de Missal não respondeu a questão.

As principais políticas públicas citadas voltadas a sustentabilidade foram as de Incentivo, manutenção e conservação, o prefeito de Medianeira comentou que o município recebe um valor pequeno, devido a extensão de terras alagadas, devido a isso o município não tem dependência dos royalties.

O prefeito de Guaíra comenta que com a aprovação da Lei nº. 13.823/19 que altera a divisão dos recursos de royalties de Itaipu o município que recebia 4,8% dos recursos passou a receber 8,00%, com este aumento o município passou a ter condições de consolidar a implantação novos projetos como as lojas francas; o Projeto Parque Temático Memorial Sete Quedas (Revitalização da Orla de Guaíra) e novos empreendimentos turísticos e de lazer, ainda com estes recursos a administração municipal planeja incentivar e fomentar o agronegócio; as agroindústrias; novos parques industriais e a pesca. Destacou também a importância de estruturar a saúde pública, educação e o ensino profissionalizante, a inovação, a tecnologia e a segurança pública.

As políticas públicas compõem um papel importante na mitigação dos problemas causados pela construção de Itaipu, para isto, elas precisam ser projetadas de modo a responder com o melhor custo-benefício as demandas existentes. Piffer *et al.* (2006), comentam que as aplicações de recursos das compensações financeiras baseiam-se nos interesses das administrações locais, ou seja, a aplicação dos royalties é feita de acordo com a visão estratégica do prefeito e seu secretariado.

Na sétima questão foi solicitado aos prefeitos assinalar as principais áreas financiadas com os Royalties por ordem de importância.

Quadro 8 - Enumere as principais atividades econômicas do município por ordem de importância (1 é o de maior importância e assim sucessivamente):

Município	Agricultura	Pecuária	Atividade Industrial	Educação	Turismo	Comercio Serviços
Santa Terezinha de Itaipu	1	2	3	6	5	4
São Miguel do Iguaçu	1	2	3	5	4	
Itaipulândia	1	4	2	5	3	
Medianeira	1	3	2	4	5	
Missal	Não respondeu					
Entre Rios do Oeste	2	1			4	3
Santa Helena	3	7	5	4	6	
Diamante D'Oeste	2	1	5	3	4	
Pato Bragado	1	3	2	4	5	
Mercedes	1	3	4	2	5	
Guaíra	1	3	3	4	2	2
Mundo Novo	3	2	4	5	1	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

Conforme apresentado no Quadro 8 o prefeito de Missal não respondeu a esta questão, em relação as principais atividades econômicas do município por ordem de importância, 10 (90,91%) dos prefeitos consideram as atividades agrícolas (agricultura; pecuária corte e leite) como a de maior importância no município, oito (80,00%) prefeitos consideraram a agricultura como a atividade mais importante e dois (20,00%) consideraram a pecuária de corte e leite com a mais importante e apenas o prefeito de Mundo Novo considerou o turismo na primeira colocação.

Na oitava questão foi verificada a importância dos recursos de royalties para os municípios lindeiros.

Quadro 9 - Os Royalties do tratado de Itaipu compõem importante parcela dos recursos municipais

Município	Concordo Fortemente	Concordo	Discordo	Discordo Fortemente
Santa Terezinha de Itaipu	X			
São Miguel do Iguaçu	X			
Itaipulândia	X			
Medianeira				X
Missal	Não	respondeu		
Entre Rios do Oeste	X			
Santa Helena	X			
Diamante D'Oeste		X		
Pato Bragado	X			
Mercedes	X			
Guaíra	X			
Mundo Novo	X			
Total	9	1		1
Comentários				
Santa Terezinha de Itaipu	Na manutenção do custeio de todas as ações de governo e no incremento de investimentos no Município			
São Miguel do Iguaçu	Financiamento da saúde e educação e na manutenção dos serviços			
Itaipulândia	É base em todos os setores			
Medianeira	Sem comentários			
Missal				
Entre Rios do Oeste	Em todos os setores, exceto RH			
Santa Helena	Diretamente na execução de todos os investimentos municipais			
Diamante D'Oeste	Nossa parcela é de pequeno valor, mas auxilia na manutenção de várias atividades.			
Pato Bragado	Na estruturação das ações econômicas e obras públicas			
Mercedes	Compõe 30% do orçamento anual e total da administração pública deste município.			
Guaíra	São utilizados no custeio, investimentos e contrapartidas em grandes convênios, abrangendo todas as áreas do Município.			
Mundo Novo	Em aquisições de equipamentos, em obras e instalações, e investimentos nas Secretarias de Saúde e Educação.			

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

O Quadro 9 aponta que, para 10 (90.91%) dos prefeitos os recursos de royalties compõem parcela importante do orçamento municipal, sendo que nove (81,82%) concordaram fortemente com esta frase, dos prefeitos respondentes apenas o prefeito de Medianeira discordou, vale esclarecer que Medianeira recebe apenas 0,10687% dos royalties destinados os municípios limítrofes, o prefeito de Missal não respondeu a esta questão. Nos comentários, seis (54,55%) prefeitos indicam que os recursos impactam em todas as áreas.

Na nona questão foi perguntado aos prefeitos quais as áreas financiadas com os recursos de royalties e solicitado a eles que evidenciassem por ordem de importância, onde 1 é o de maior importância e assim sucessivamente.

Quadro 10 - As principais áreas financiadas por ordem de importância com os recursos (1 é o de maior importância e assim sucessivamente)

Sigla Município	STI	SMI	MED	ITA	MIS	ERO	SH	DIA	PB	MER	GUA	MN
Saúde	1	1		1	1	6	2	3	1	7	7	1
Educação	2	2		2	3	5	4	8	2	6	8	2
Agricultura	4	4		3	2	2	3	1	3	1	6	4
Meio Ambiente	5	5		11	4	2	9	2	6	3	14	7
Industria	6	7		4	5	3	5	10	5	9	2	5
Comercio e Serviços	7	7		6	7	3	5	9	4	5	3	6
Desporto e Lazer	11	8		7	8	4	7	7	10	4	10	11
Urbanismo	3	6		9	9	1	1	4	7	2	1	3
Cultura	10	8		8	11	5	4	6	10	10	12	10
Trabalho	9	7		5	6	3	5	5	9	8	15	8
Segurança	12	10		10	10	7	7	11	8	11	9	9
Turismo	8	9		12	12	4	5	12	11	12	5	12
Viação e Obras Públicas		3										
Manutenção Asfáltica			1									
Assistência Social						5						
Administração											4	
Habitação											13	
Tecnologia											11	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

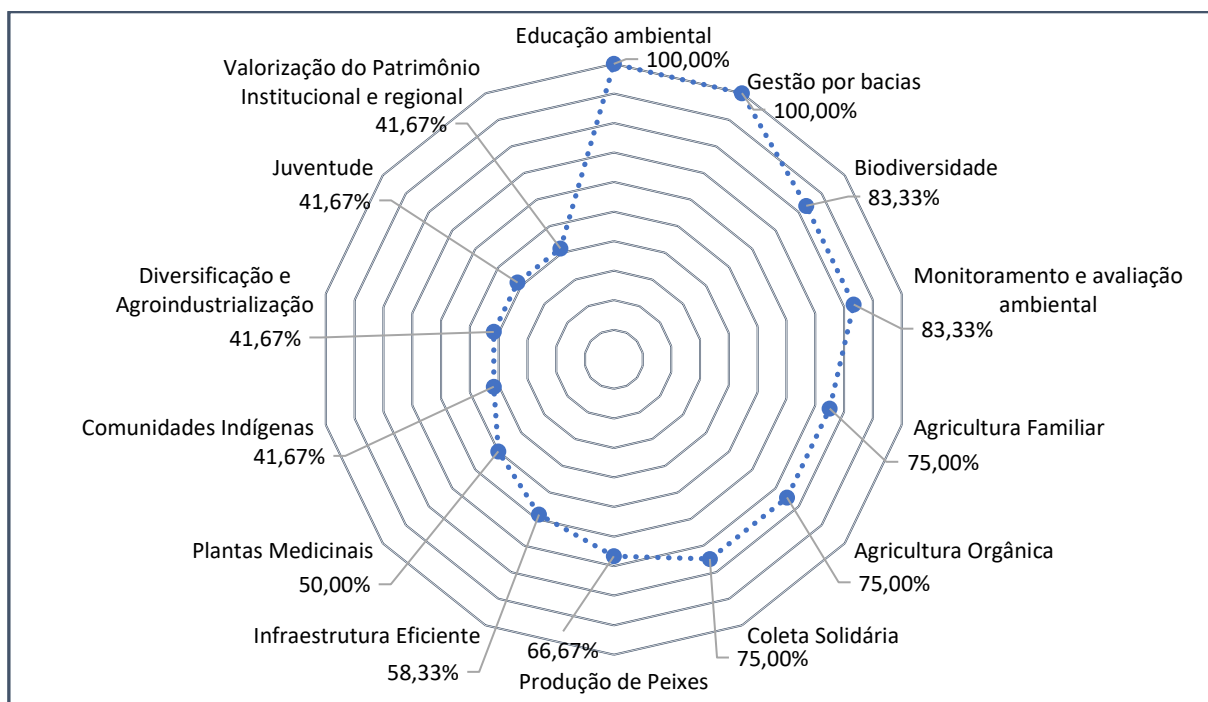
As áreas apresentadas nesta questão são as funções de governo da Portaria nº 42/99 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que as define segundo seu § 1º “Como função deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público”.

Para sintetizar a análise do Quadro 10 foram agrupadas as três primeiras respostas de cada prefeito, ficaram empatadas em primeiro lugar as áreas da saúde e o urbanismo sendo citadas por oito (66,67%) prefeitos, em segundo lugar ficou a agricultura citada por sete (58,33%) prefeitos.

Nas cidades lindeiras ao Lago de Itaipu as áreas mais financiadas pelos royalties foram o urbanismo e a saúde, que contempla ações relacionadas a Infraestrutura, serviços urbanos e transporte coletivo urbano. Vale ressaltar que para Graziano (1997), o rural e o urbano fazem parte de um mesmo espaço, e não se consegue mais delimitar fronteiras entre as cidades e pequenos vilarejos partindo da classificação alicerçada nas atividades econômicas ou culturais de cada grupo, os investimentos na função urbanização nestas cidades contemplam também o espaço rural, uma vez que a infraestrutura urbana contempla o urbano e o rural.

A decima questão procura revelar que ações ou projetos socioambientais desenvolvidos pela Usina de Itaipu nos municípios lindeiros, para tanto, foram elencados projetos desenvolvidos de acordo com as informações obtidas no site da Itaipu Binacional.

Figura 12 - Ações ou projetos socioambientais desenvolvidos pela Itaipu nos municípios lindeiros



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

Das opções apresentadas na Figura 12 duas delas, Educação Ambiental e a Gestão por Bacias se destacaram por serem citadas por 12 (100%) dos prefeitos.

O monitoramento e avaliação ambiental, a biodiversidade foram mencionadas por 10 (83,33%), a agricultura familiar, a agricultura orgânica e a coleta solidária por nove (75,00%), a produção de peixes foi citada por oito (66,67%) e Infraestrutura eficiente por sete (58,33%) dos prefeitos.

As ações menos citadas pelos prefeitos foram as plantas medicinais seis (50,00%) e empatadas como as menos citadas estão Diversificação e Agroindustrialização, Juventude, Comunidades Indígenas e Valorização do Patrimônio Institucional e regional por cinco (41,67%).

A décima primeira questão questiona sobre as parcerias desenvolvidas entre Itaipu e os municípios lindeiros.

Quadro 11 - A Usina de Itaipu atualmente desenvolve projetos em parceria com o Município?

Município	Sim	Não
Santa Terezinha de Itaipu	X	
São Miguel do Iguaçu	X	
Itaipulândia	X	
Medianeira	X	
Missal	X	
Entre Rios do Oeste	X	
Santa Helena	X	
Diamante D'Oeste	X	
Pato Bragado	X	
Mercedes	X	
Guaíra	X	
Mundo Novo	X	
Total	12	
Comentários		
Santa Terezinha de Itaipu	Convênio para implementação de atividades de manejo integrado de água e solo, saneamento ambiental urbano e rural, conservação da biodiversidade, apoio a obras sociais e fortalecimento da agropecuária.	
São Miguel do Iguaçu	Sustentabilidade social indígena, gestão de bacias, pavimentação, readequação, coleta, habitação.	
Itaipulândia	Convênios na agricultura, coleta, turismo	
Medianeira	Ambiental e estradas rurais	
Missal	Junto à Secretaria de Agricultura, de meio ambiente e no tocante à coleta seletiva de lixo.	
Entre Rios do Oeste	Convênio e programas de educação ambiental	
Santa Helena	Convênio para recuperação de microbacias, instalação de abastecedouros comunitários, instalação de cerca no entorno de toda a reserva, incentivo à coleta seletiva, compra de equipamentos para a agricultura familiar, entre outros.	
Diamante D'Oeste	Bacias, sustentabilidade indígena, habitação urbana.	
Pato Bragado	Habitação, construção ciclovia, convênios.	
Mercedes	Sem Comentários	
Guaíra	Gestão de Bacias, Coleta Seletiva, Revitalização de Patrimônio, Segurança, Habitação, Turismo.	
Mundo Novo	Convênio para aquisição de vários materiais e equipamentos voltado ao meio ambiente e serviços ambientais no geral e levantamento de estradas e vias vicinais.	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

Conforme apresentado no Quadro 11 todos os prefeitos afirmaram que a Usina de Itaipu atualmente desenvolve projetos em parceria no município, os mais lembrados pelos prefeitos foram ações ligadas a sustentabilidade, entre elas a gestão das microbacias hidrográficas, coleta seletiva de resíduos e a gestão do meio ambiente.

As iniciativas socioambientais apresentadas no Figura 12 integram o projeto Cultivando Água Boa, em 2017 o projeto CAB foi descontinuado, mas de acordo com a usina suas metodologias e conceitos ainda norteiam as ações socioambientais praticadas atualmente em 55 municípios da região.

Na décima segunda questão referia-se, os prefeitos em seus municípios se encontram preparados para uma eventual descontinuidade dos royalties.

Quadro 12 - No momento atual o município se encontra preparado para uma eventual descontinuidade dos pagamentos de Royalties.

Município	Concordo Fortemente	Concordo	Discordo	Discordo Fortemente
Santa Terezinha de Itaipu			X	
São Miguel do Iguaçu			X	
Itaipulândia				X
Medianeira	X			
Missal			X	
Entre Rios do Oeste				X
Santa Helena			X	
Diamante D'Oeste			X	
Pato Bragado			X	
Mercedes				X
Guaíra				X
Mundo Novo			X	
Total	1		7	4
Comentários				
Santa Terezinha de Itaipu	Atualmente boa parte das ações de governo são financiadas com recursos provenientes da compensação pela utilização dos recursos hídricos pagas pela Itaipu Binacional, fora isso, essas receitas também integram a Receita Corrente Líquida, que é base para cálculo do índice de folha de pagamento, que seria afetado também com a descontinuidade do pagamento.			
São Miguel do Iguaçu	O orçamento municipal possui dependência do repasse dos royalties, que atualmente é 30% das receitas. Do montante 50% são aplicados no custeio e investimento da saúde.			
Itaipulândia	Não consegue manter a estrutura criada e gerir só com recursos próprios.			
Medianeira	Sem comentários			
Missal	Se a principal atividade econômica consiste na prática agrícola, considerando que a área alagada não poderá ser utilizada na geração de renda, o desempenho da economia fica demasiadamente prejudicada.			
Entre Rios do Oeste	Enquanto existir a Usina de Hidrelétrica de Itaipu o dano ambiental e econômico estará presente.			
Santa Helena	Ainda é necessário evoluir em alguns aspectos, sobretudo na captação de receitas livres através da arrecadação municipal. Essa fonte de recursos livre da do comércio que ainda falta se fortalecer.			
Diamante D'Oeste	Apesar de valor pequeno, comparado a maioria dos municípios é um valor que representa mais de 10% das receitas municipais.			
Pato Bragado	Temos área alagada, fato que perdemos produtividade, por isso, queremos permanecer com o recebimento dos royalties.			
Mercedes	O município ainda não foi preparado com obras estruturantes para impactar fortemente em sua receita de médio e longo prazo.			
Guaíra	O Município perdeu a sua maior potencialidade com a construção da Usina, ao longo dos anos os royalties foram fundamentais para equilibrar as contas municipais e fazer o básico. Após 2018 e 2019 com o incremento de um maior percentual da CFURH (Contribuição Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos) que impactou 729 municípios, inclusive Guaíra, bem como o aumento de 4,8% para 8%, que se deu os 100% da conquista em agosto de 2020, a cidade passou a ter um poder maior para grandes investimentos.			

(continua)

(conclusão)

Guaíra	Iniciativas como a readequação das estradas rurais e ampliação das redes de abastecimento rural, ampliação da Produção Agropecuária e a criação de novas Agroindústrias; implantação da Nova Ferroeste (Terminal de Cargas, previsto) consequente criação de um hub logístico intermodal fixado em Guaíra; modernização e duplicação da malha viária (BR 272 e 163), trechos Guaíra X Umuarama e Guaíra X Marechal C. Rondon; contorno/desvio Ponte Ayrton Senna; ampliação do Aeroporto; Ampliação do Porto Internacional; incentivo e fortalecimento das Lojas Francas (<i>Free Shops</i>); tratativas para instalação de extensão de Universidade Pública e ampliação das políticas públicas da Escola Técnica Profissionalizante; ampliação de investimentos em Inovação, Tecnologia e Mobilidade Urbana; Hospital Regional; fortalecimento da Segurança Pública; instalação de novos complexos industriais; investimentos de grande monta no Turismo: de compras, rural, esportivo/náutico, ecoturismo, de eventos, gastronomia, entre outros, como a implantação do Parque Temático Sete Quedas, que abrange toda a revitalização da orla; ampliação da oferta de moradias, visando equilibrar o déficit habitacional. Estas são algumas iniciativas que há anos são cobradas das instâncias superiores (Governo Federal e Estadual) e até mesmo da Itaipu Binacional, porém somente no presente estão sendo destravadas e viabilizadas. Obviamente, a divisão dos royalties conforme consta no Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, não fez justiça devido a imensa perda socioeconômica que Guaíra teve com o desaparecimento das Sete Quedas, ou seja, seria uma injustiça tamanha com um Município que apenas agora está vislumbrando um salto de desenvolvimento perder esta receita fundamental para atingir os objetivos
Mundo Novo	Discordo, pois o recurso dos royalties se faz necessário para investimentos e melhoria nas áreas mais necessitadas, bem como Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

O Quadro 12 aponta que, para 11 (91,67%) dos prefeitos os municípios não se encontram preparados para a descontinuidade dos royalties de Itaipu, sendo que sete (63,64%) discordam e quatro (36,36%) discordam fortemente com esta frase, dos prefeitos respondentes apenas o prefeito de Medianeira concordou, vale esclarecer que Medianeira recebe apenas 0,10687% dos royalties destinados os municípios lindeiros.

Nos comentários, os prefeitos de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Mercedes, Diamante D'Oeste, Mundo Novo e Guaíra enfatizam a importância dos royalties para o desenvolvimento das atividades municipais. Indicam que os recursos impactam em todas as áreas.

O prefeito de Santa Terezinha de Itaipu diz que boa parte das ações de governo são financiadas com recursos e o prefeito de São Miguel do Iguaçu declara que estes recursos representam 30,00% da receita.

O prefeito de Itaipulândia comenta que sem os royalties não consegue manter a estrutura criada e gerir a estrutura municipal e o prefeito de Diamante D'Oeste,

pondera que comparado a maioria dos municípios lindeiros o valor recebido de *royalties* é pequeno, mas que este valor representa mais de 10,00% de suas receitas municipais.

O prefeito de Mercedes declara que não estão concluídas as obras consideradas estruturantes para o aumento da receita própria e o Prefeito de Mundo Novo avalia que o recurso dos *royalties* se faz necessário para investimentos e melhoria nas áreas mais necessitadas.

O prefeito de Guaíra conforme já realizado na questão 6, comentou que com a aprovação da Lei nº. 13.823/19 que altera a divisão dos recursos de *royalties* de Itaipu o município que recebia 4,80% dos recursos passou a receber 8,00%, com este significativo aumento o município passou a ter condições de consolidar a implantação novos projetos e que seria uma injustiça com um Município que apenas agora está vislumbrando um salto de desenvolvimento perder este recurso fundamental para atingir os objetivos.

Os prefeitos de Missal, Entre Rios do Oeste e Pato Bragado comentam que a área alagada pela usina ainda está em uso e não retornará para o município desenvolver atividades econômicas e por isso os municípios ainda necessitam deste aporte de recursos.

Na décima terceira que questão se indagou se os Município estão se preparando para o término dos pagamentos de *royalties* com ações que visam o contingenciamento de gastos e investimentos públicos.

Quadro 13 - O Município está se preparando para o término dos pagamentos de *royalties* com ações que visam o contingenciamento de gastos e investimentos públicos.

Município	Sim	Não
Santa Terezinha de Itaipu	X	
São Miguel do Iguaçu		X
Itaipulândia		X
Medianeira	X	
Missal	Não respondeu	
Entre Rios do Oeste		X
Santa Helena	X	
Diamante D'Oeste		X
Pato Bragado	X	
Mercedes	X	
Guaíra	X	
Mundo Novo	X	
Total	7	4

(continua)

(conclusão)

Comentários	
Santa Terezinha de Itaipu	Como ação preventiva, todos os investimentos que foram realizados e ainda estão acontecendo são pensados no longo prazo, sempre com a finalidade de manter o equilíbrio na gestão financeira e orçamentária. Não concordamos com o término dos pagamentos e junto aos demais Municípios comporemos uma pauta municipalista pela manutenção.
São Miguel do Iguaçu	A desapropriação das terras e a compensação financeira surge em 1993, período em que os municípios foram obrigados a assumir em grande parte dos serviços de saúde e educação. Caso as terras estivessem produzindo o ICMS seria utilizado para os serviços descritos (saúde, educação) ainda seriam da fonte livre e certamente o valor agregado ao longo dos anos nas commodities compensariam na proporção de royalties.
Itaipulândia	Muitos incentivos e programas teriam que ser suspensos.
Medianeira	O Município recebe poucos recursos.
Missal	A área alagada não voltará a gerar renda.
Entre Rios do Oeste	O Valor dos Royalties são usados em investimentos e incentivos
Santa Helena	Incentivo na industrialização (projeto do frigorífico de suínos), fortalecimento da agricultura por meio dos programas de fomento e incentivo, campanhas da valorização do comércio local, para fortalecimento das empresas, programas de auxílio financeiro para pequenas empresas, por meio de instituições bancárias, entre outros
Diamante D'Oeste	Teremos que reestruturar as atividades de custeio
Pato Bragado	Com a industrialização e fortalecimento da Agricultura e do Comércio
Mercedes	No pior cenário, estamos no campo das ideias, com pré-projetos de contingenciamento de obras públicas, diminuir a máquina pública e gastos.
Guaíra	Paralelo a isto, o Município tem feito a sua parte. Ampliou-se a arrecadação municipal (recursos próprios), tem mantido aquecida a Construção Civil, há uma gestão fiscal eficiente, contas aprovadas, índice de gasto com pessoal equilibrado. Projetos cadastrados tem sido um diferencial para buscar recursos extras e isto tem auxiliado.
Mundo Novo	A principal ação desenvolvida é tentar aumentar a arrecadação própria do município.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

Conforme com a apresentado no Quadro 13, 11 prefeitos responderam o questionamento, dos quais, sete (63,64%) dos prefeitos respondentes responderam sim e quatro (36,36%) se mostraram contrários a afirmação.

Dos sete (63,64%) prefeitos que responderam sim, seis (85,71%) evidenciaram ações em curso. O Prefeito de Santa Terezinha de Itaipu comenta que os investimentos que foram e estão sendo realizados e são pensados no longo prazo, onde o objetivo é a busca no equilíbrio das contas públicas. Enfatiza ainda que, não concorda com a descontinuidade dos pagamentos e que se une aos demais municípios neste interesse.

O prefeito de Santa Helena relata incentivos na agricultura, na industrialização de suínos (frigorífico de suínos), campanha fortalecimento de empresas locais,

programas de auxílio financeiro para microempresas por intermédio de instituições bancárias. O prefeito de Pato Bragado explicou que as principais ações preventivas são os incentivos voltados a agricultura, a industrialização e o comércio.

Para o prefeito de Mercedes, no pior cenário (descontinuidade dos pagamentos), as medidas serão o contingenciamento de obras e a redução da estrutura pública, esclarece que estas ações não estão sendo aplicadas no momento, mas em desenvolvimento.

O prefeito de Guaíra tem realizado uma busca por recursos extras (convênios) incentivado a construção civil, ampliado sua base de arrecadação na busca de uma gestão eficiente dos recursos disponíveis. No Município de Mundo Novo segundo o prefeito a principal ação tem sido aumentar a base de arrecadação própria.

Oliveira (2008), considera que as compensações financeiras recebidas pelos municípios lindeiros, não garante desenvolvimento econômico sustentável e que é possível perceber dificuldades em utilizar estes recursos para o desenvolvimento de base econômica e inclusão social.

A décima quarta questão aborda a manifestação sobre a necessidade da continuidade dos pagamentos de *royalties*.

Quadro 14 - Necessidade da continuidade dos pagamentos de Royalties ou outro tipo de compensação financeira.

Município	Sim	Não
Santa Terezinha de Itaipu	X	
São Miguel do Iguaçu	X	
Itaipulândia	X	
Medianeira		X
Missal	Não respondeu	
Entre Rios do Oeste	X	
Santa Helena	X	
Diamante D'Oeste		X
Pato Bragado	X	
Mercedes	X	
Guaíra	X	
Mundo Novo	X	
Total	9	2
Comentários		
Santa Terezinha de Itaipu	Em audiências junto a diretoria de Itaipu e através das demandas municipalistas por meio da AMOP e AMUSUH, que pleiteiam junto a Itaipu e ao Governo Federal a continuidade dos pagamentos.	
São Miguel do Iguaçu	Sim, por meio do Conselho dos Municípios Lindeiros ocorrido em reunião com o gestor atual (17/14/2019).	
Itaipulândia	Através dos Municípios Lindeiros e Itaipu	
Medianeira	Sem comentários	
Missal	Sem comentários	
Entre Rios do Oeste	Mobilização dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu	

(continua)

(conclusão)

Santa Helena	O Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná já enviaram demanda à Itaipu acerca deste assunto, justificando que usina continua usando o reservatório para a produção de energia, contudo o ressarcimento pela utilização do recurso hídrico deve ser mantido.
Diamante D'Oeste	Sem comentários
Pato Bragado	Através dos Municípios Lindeiros e AMUSUH
Mercedes	Sem comentários
Guaíra	Em tratativas com o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.
Mundo Novo	No início de 2019 fizemos uma solicitação para que aumentasse os repasses referente ao Royalties.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

No Quadro 14, 11 prefeitos se manifestaram sobre o tema, destes nove (81,82%) responderam que se manifestaram junto a Itaipu sobre a necessidade da continuidade dos pagamentos e dois (18,18%) responderam não. Nos comentários é possível notar que sete (63,64%) prefeitos citam articulações através de associações e conselhos para realizar tal manifestação.

O prefeito de Santa Terezinha de Itaipu esclarece que as manifestações foram realizadas em audiências junto a diretoria de Itaipu e por meio das demandas municipalistas através da Associação dos Municípios do oeste do Paraná – AMOP e Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados – AMUSUH junto ao Governo Federal.

Os prefeitos de São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Entre Rios do Oeste e Pato Bragado explicam que, estas manifestações foram realizadas através do Conselho dos Municípios Lindeiros. Já o prefeito de Pato Bragado cita a AMUSUH como um dos canais utilizados para a manifestação.

O prefeito de Santa Helena comenta que o Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e AMOP já enviaram demanda sobre o tema a Itaipu e que como justificativa disseram que a usina de Itaipu continua usando o reservatório para sua produção o ressarcimento pela utilização do recurso hídrico deve ser mantido.

Ainda em relação a necessidade de continuidade dos pagamentos de royalties por parte da Itaipu, a décima quinta questão busca verificar se a Associação dos Municípios do oeste do Paraná tem sido um destes canais de negociação junto a usina e o Governo Federal.

Quadro 15 - Negociação da continuidade dos pagamentos de royalties através da AMOP - Associação dos Municípios do oeste do Paraná.

Município	Sim	Não
Santa Terezinha de Itaipu	X	
São Miguel do Iguaçu	X	
Itaipulândia	X	
Medianeira		X
Missal	Não respondeu	
Entre Rios do Oeste	X	
Santa Helena	X	
Diamante D'Oeste	X	
Pato Bragado		X
Mercedes	X	
Guaíra		X
Mundo Novo		X
Total	7	4
Comentários		
Santa Terezinha de Itaipu	Em discussões e reuniões da assembleia.	
São Miguel do Iguaçu	Reunião na sede da AMOP ocorrida em 14/08/2019	
Itaipulândia	Via entidade e Itaipu representação	
Medianeira	Sem Comentários	
Missal	Sem Comentários	
Entre Rios do Oeste	Falta mobilização por parte da entidade	
Santa Helena	Participação de reuniões e discussões com demais prefeitos que, assim como eu, entendo que o recurso deve se manter, a perca que o Município teve com o seu território nunca será recuperado. Tínhamos mais de 60 mil hab. antes a chegada do lago, isso mostra a dimensão de como estaríamos hoje.	
Diamante D'Oeste	A AMOP tem sido a entidade representativa muito forte e atuante principalmente em busca de parcerias para os municípios.	
Pato Bragado	Sem Comentários	
Mercedes	Através da AMOP, unem-se forças e mesmos objetivos.	
Guaíra	Esta pauta está sendo tratada junto ao Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.	
Mundo Novo	Sem Comentários	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

No Quadro 15, 11 prefeitos se manifestaram sobre o tema, destes sete (63,64%) responderam que sim, que tem negociado através da AMOP e quatro (36,36%) responderam não. Os prefeitos de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Diamante D'Oeste e Mercedes comentam que reuniões têm sido realizadas com este objetivo. Para o Prefeito de São Miguel do Iguaçu, uma reunião sobre este assunto foi realizada na sede da AMOP em 14 de agosto de 2019.

O prefeito de Santa Helena comenta que tem sido realizada reuniões com os demais prefeitos e que entendem que o recurso deve ser mantido, pois, “a perca que o Município teve com o seu território nunca será recuperado. Tínhamos mais de 60 mil hab. antes da chegada do lago, isso mostra a dimensão de como estaríamos hoje.”

O prefeito de Guaíra esclarece que esta pauta está sendo tratada junto ao Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e o prefeito de Entre Rios do Oeste diz que “falta mobilização por parte da AMOP”. A Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP, criada em 1969 e tem como finalidade promover o desenvolvimento econômico, social e administrativo dos 54 municípios de sua área de abrangência, ampliando e fortalecendo a capacidade administrativa e promovendo instrumentos de cooperação entre os municípios, o governo do estado e o governo federal (AMOP, 2021).

O Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu foi criado em 1990, sua finalidade era promover o desenvolvimento socioeconômico urbano e rural da região de forma integrada respeitando suas idiossincrasias (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS, 2021).

A Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados (AMUSUH), é uma entidade municipalista criada em 1993 sua finalidade é zelar pelos atuais 739 municípios com empreendimento hidroelétricos e alagados responsáveis por mais de 60% da energia elétrica gerada do Brasil e localizados em 21 Estados da Federação e no Distrito Federal e onde residem 42 milhões de pessoas (AMUSUH, 2021). A participação em reuniões e discussões com outros prefeitos por meio das entidades de representação tem se apresentado com a principal estratégia para tentar manter os recursos de royalties pós tratado de Itaipu. Sobre as principais áreas que serão afetadas caso sejam descontinuados os pagamentos dos royalties, conforme o Quadro 16.

Quadro 16 - As principais áreas afetadas por ordem de importância

Município	STI	SMI	MED	ITA	MIS	ERO	SH	DIA	PB	MER	GUA	MN
Saúde	2	2		1	3	6	3	1	1	2	7	2
Educação	3	1		2	4	5	4	4	2	9	8	1
Agricultura	5	3		3	1	2	2	2	3	1	6	5
Meio Ambiente	11	4			2	2	9	3	4	7	14	3
Industria	10	10			7	3	5	10	5	10	2	6
Com e Serviços	9	11			5	3	5	5	8	6	3	4
Desp. e Lazer	7	6		4	9	4	7	9	11	3	10	10
Urbanismo	2	5	1		11	1	1	6	6	2	1	7
Cultura	8	7		6	12	5	4	7	7	11	12	9
Trabalho	12	12			6	3	5	8	9	4	15	
Segurança	13	7			8	7	5	11	10	12	9	8
Turismo	4	8		5	10	4		12	12	5	5	11
As. Social	6											
Administração											4	
Habitação											13	
Tecnologia											11	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

Para sintetizar a análise do Quadro 16 foram agrupadas as três primeiras respostas de cada prefeito. A área da Saúde foi apresentada como área a ser mais afetada com 75%, em segundo lugar foi apontada a área da agricultura com 66,67%, em terceiro lugar o urbanismo com 50,00%, em quarto lugar área de educação com 41,67%.

Na décima sétima questão, foram solicitadas as principais ações que os prefeitos estão tomando, frente ao término do pagamento dos royalties de Itaipu.

Quadro 17 - Principais ações adotadas nos Municípios Lindeiros considerando a possibilidade de término do pagamento dos Royalties de Itaipu.

Municípios	Manifestações
Santa Terezinha de Itaipu	Incremento do parque industrial com abertura de novas empresas par fomentar o crescimento da participação no ICMS, apoio aos produtores rurais, incentivo a emissão de Nota de Produtor Rural, aprimoramento dos meios de cobrança de dívida ativa e pela construção de embasamento para uma pauta municipalista a fim de garantir a continuidade do pagamento dos royalties.
São Miguel do Iguaçu	Investimento no setor industrial e turístico. Investimento no setor primário. Investimento na melhoria de pavimentação de vias. Investimento na Educação (manutenção e custeio). Investimento na Saúde (Hospital, Unidades Básicas e Diagnósticos).
Itaipulândia	Estamos confiantes na continuidade do tratado uma vez que usina continuará produzindo energia sobre as terras. Estamos nos mobilizando para isso.
Medianeira	Não informou
Missal	Não informou
Entre Rios do Oeste	Incentivos ao desenvolvimento econômico com investimentos nos setores de agropecuária, indústria e comercio para aumento da receita do município. Articulação com deputados da região e entidades de representatividade dos municípios lindeiros.
Santa Helena	Incentivo na industrialização (projeto do frigorífico de suínos), Fortalecimento da agricultura por meio dos programas de fomento e incentivo. Fortalecimento das empresas por meio de campanhas da valorização do comércio local. Programas de auxílio financeiro para pequenas empresas, por meio de instituições bancárias.
Diamante D'Oeste	Redução no número de servidores. Aumento da autonomia das Comunidades Indígenas. Melhoramento da Infraestrutura municipal.
Pato Bragado	Geração de Renda; Emprego; Profissionalização; Capacitação e incentivos para agricultores e comércio.
Mercedes	Análise de desinvestimentos Redução de custos Otimização dos recursos Redução da máquina pública Replanejamento Orçamentário
Guaíra	Instalação das Lojas Francas (Free Shop) Instalação de Novo Parque Industrial,

(continua)

(conclusão)

Guaíra	Obras Estruturantes: Ampliação do Aeroporto Municipal; Modernização da malha viária de acesso (BR 272 e 163); Instalação da Ferroeste em Guaíra; Desvio da BR 163), Hospital Regional Revitalização da Orla (Parque Memorial Sete Quedas)
Mundo Novo	Estamos trabalhando em um trabalho de divulgação/conscientização para aumentar arrecadação do recurso próprio, tendo em vista que arrecada, os apenas 55% de toda a receita lançada. Uma das ferramentas para este ano, é a taxa de desconto em pagamentos a vista de antes era 10% agora aumentamos para 20%. E inventivo de várias premiações nos pagamentos de seus impostos.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

Para analisar as respostas apresentadas no Quadro 17, estas foram separadas em dois grupos, no primeiro grupo os prefeitos de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Entre Rios do Oeste, Santa Helena Pato Bragado e Guaíra que enfatizam os investimentos e incentivos.

O prefeito de Santa Terezinha de Itaipu destaca os investimentos no Parque Industrial para atrair novas empresas e assim aumentar sua participação no ICMS. Destaca também o apoio a produtores rurais e incentivo de emissão de notas, com o objetivo de aumentar a arrecadação estão sendo aprimorados os mecanismos de cobrança da dívida ativa municipal e ressalta a construção de uma pauta municipalista com o objetivo de garantir a continuidade dos pagamentos dos royalties.

O prefeito de São Miguel do Iguaçu cita como ações adotadas os investimentos nos setores primário, industrial e turístico, investimento na mobilidade urbana (pavimentação de vias), na educação (manutenção e custeio) e na saúde (Hospital, Unidades Básicas e Diagnósticos).

O prefeito de Entre Rios do Oeste citou iniciativas que buscam o desenvolvimento econômico com investimentos nos setores agropecuário, industrial e comercial para aumentar da receita do municipal, são destacadas também articulações com deputados e entidades de representação dos municípios lindeiros.

O prefeito de Santa Helena destacou ações voltadas ao incentivo na industrialização (frigorífico de suínos), o Fortalecimento da agricultura através de programas de fomento e incentivo e o fortalecimento das empresas com campanhas da valorização do comércio e programas de auxílio financeiro para pequenas empresas via instituições bancárias.

O prefeito de Pato Bragado citou como ações a geração de emprego e renda, a profissionalização, a capacitação e incentivos para o comércio e a agricultura.

No segundo grupo os municípios de Diamante D'Oeste, Mercedes e Mundo Novo, em linhas gerais estes municípios centram suas ações na austeridade com cortes no orçamento, reduções investimentos e pessoal tendo como objetivo a redução da máquina pública.

O Prefeito de Diamante D'Oeste indica como principais ações tomadas a redução no número de servidores e o melhoramento da infraestrutura municipal, ainda são destacadas ações de aumento da autonomia das comunidades indígenas.

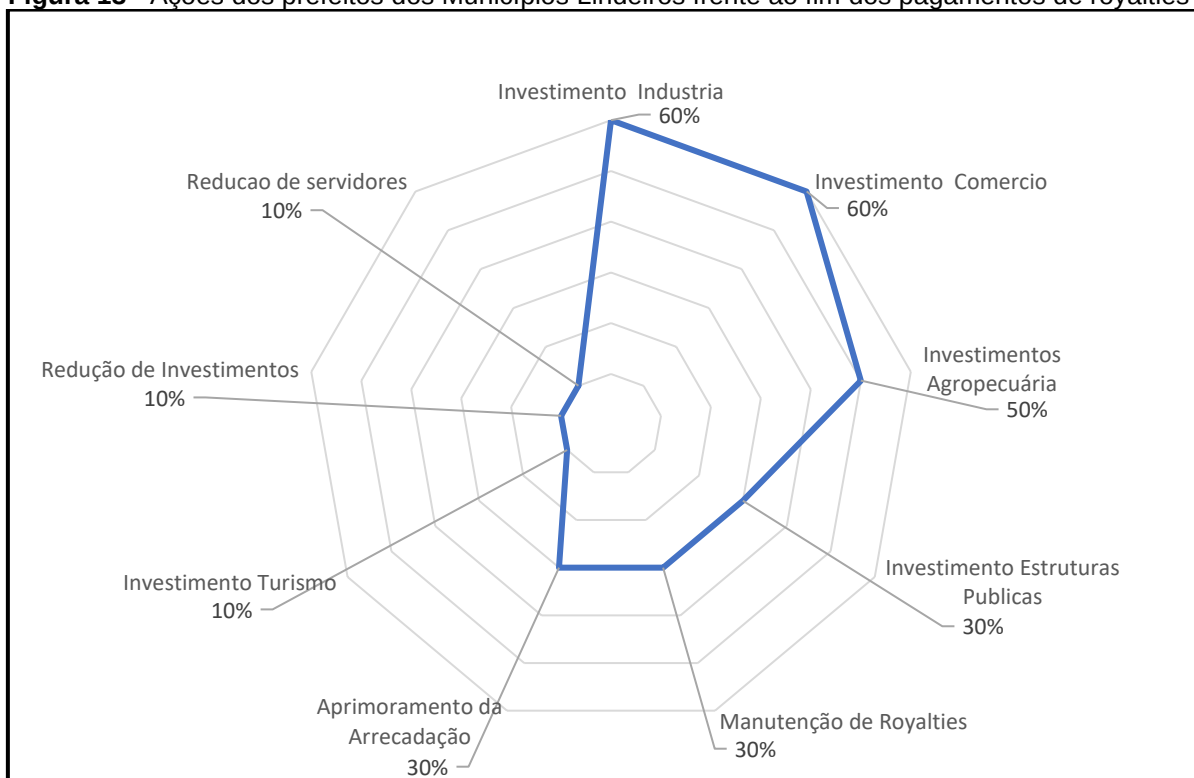
Sobre a questão indígena local vale ressaltar que apesar de documentos oficiais do Conselho Indigenista Missionário – CIMI reconhecendo esta presença na década de 70 quando estavam prestes a ser atingido pela construção da hidrelétrica, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI não reconhecia esta área como reserva indígena. O projeto de Itaipu, além de expropriar o território indígena, provocou significativos danos ambientais alterando o meio ambiente e tornando os indígenas locais ainda mais dependentes das Administrações locais (ROCHA, 2018).

O prefeito de Mercedes cita como principais ações a análise das reduções de investimento, a redução de custos, a redução da máquina pública e o replanejamento orçamentário, estas ações busca a otimização dos recursos disponíveis.

No Município de Mundo Novo, o prefeito busca aumentar sua parcela de arrecadação municipal própria com os incentivos e premiações para o pagamento a vista de tributos estabelecendo um desconto de 20%.

O prefeito de Itaipulândia está “confiante na continuidade dos repasses de recursos da Itaipu uma vez que a usina continuará gerando energia e ocupando as terras alagadas”, vale ressaltar que os prefeitos de Santa Terezinha de Itaipu e de Entre Rios do Oeste indicaram entre suas ações a articulação política com deputados da região e entidades de representação como o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná e a Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados para enfrentar esta situação.

Portanto, em resposta à pergunta do estudo sobre as ações que estão sendo desenvolvidas frente ao fim do pagamento de royalties, tais ações foram analisadas e os resultados são apresentados na Figura 13 a seguir.

Figura 13 - Ações dos prefeitos dos Municípios Lindeiros frente ao fim dos pagamentos de royalties

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

Na Figura 13 são apresentadas as principais ações realizadas nos municípios lindeiros para enfrentar o fim dos pagamentos de royalties, dez prefeitos revelaram suas ações nos comentários, seis (60,00%) dos prefeitos destacam investimentos nos setores industriais e comerciais. Os investimentos no setor agropecuário são citados por cinco (50,00%). Os investimentos em estruturas públicas, o aprimoramento da arrecadação municipal e a articulação para manutenção de royalties foram citados por três (30%) dos prefeitos e a redução de servidores, redução de investimentos e o investimento no setor turístico foram citados por um (10,00%) prefeito.

É possível verificar que as principais ações desenvolvidas nos municípios são os investimentos nos setores industriais, comerciais, agrários e em estruturas públicas. Três (30,00%) prefeitos admitem como linha de ação frente ao fim dos royalties as articulações para manter os pagamentos. Paralelamente, existem prefeituras buscando aprimorar suas receitas através de incentivos aos contribuintes e cobranças da dívida ativa; a redução de servidores; a diminuição de investimentos e os investimentos do turismo foram citados por 10,00% dos prefeitos respondentes.

As ações realizadas pelos municípios lindeiros em sua maioria buscam a manutenção e o desenvolvimento e das atividades propostas nos planos de governo

e orçamentos municipais e estes, conforme descrito anteriormente, encontram-se alinhados aos objetivos da agenda global de desenvolvimento sustentável – ODS, sendo estes objetivos a Erradicação da pobreza (ODS 1); Fome zero e agricultura sustentável (ODS 2); Saúde e bem-estar (ODS 3); Educação de qualidade (ODS 4); Igualdade de gênero (ODS 5); Água potável e saneamento (ODS 6); Energia limpa e acessível (ODS 7); Trabalho decente e crescimento econômico; Indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9); Redução das desigualdades (ODS 10); Cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11); Consumo e produção sustentáveis (ODS 12); Ação contra a mudança global do clima (ODS 13); Vida na água (ODS 14); Vida terrestre (ODS 15); Paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16); Parcerias e meios de implementação (ODS 17). Estes objetivos em alinhados entre os planos governamentais e os ODS buscam um caminho para atingir o crescimento planejado, eficiente e sustentável, diminuindo assim a desigualdade e nestes municípios.

Neste sentido, a busca pela continuidade dos pagamentos aos municípios lindeiros tem se mostrado uma importante e justa bandeira dos municípios lindeiros, pois, conforme já apresentado os prefeitos alegam que suas terras que foram alagadas ainda estão em uso pela usina e que os serviços de preservação do reservatório e de sua mata ciliar ainda está sendo desenvolvido.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faltando dois anos para o final dos *royalties* de Itaipu os municípios lindeiros em sua maioria ainda se encontram dependentes destes recursos, o que coloca de modo geral o desenvolvimento e a sustentabilidade destas comunidades em risco.

Embora os prefeitos reconheçam que as ações realizadas pelos seus antecessores e pela Usina de Itaipu mitigaram parte dos problemas gerados, a muito ainda a ser feito para garantir a sustentabilidade. O meio rural figura como importante motor da economia nestes municípios garantido a boa parte da população emprego e renda, para os prefeitos, essa será uma das áreas mais afetadas caso haja descontinuidade das compensações, o que fatidicamente trará problemas para o campo e a cidade, as ações para enfrentamento do término dos *royalties* têm se dividido entre investimentos em setores estratégicos e reduções da máquina pública.

Este cenário, caso se confirme, coloca em risco a vida no campo e na cidade, comprometendo assim a qualidade de vida como um todo na região lindeira, o que

certamente afetará o alcance das metas previstas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.

De modo geral, os prefeitos dos municípios lindeiros tem procurado unir forças frente o fim dos pagamentos de royalties, a mobilização através do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros, da Associação dos Municípios do oeste do Paraná e da Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados é um importante passo para superar as adversidades que se aproximam.

Diante da situação que se aproxima, de uma provável crise regional com o encerramento dos royalties se faz necessário que segmentos da sociedade civil, o empresariado, as associações de classe, as entidades assistenciais e filantrópicas e os meios acadêmicos se unam com o setor governamental para manifestar sua necessidade de aporte de recursos para que seja possível enfrentar as demandas que ainda se encontram presentes na região lindeira ao lago de Itaipu.

Aliado a esta mobilização se faz necessário projetar uma política pública que tenha como objetivo principal o desenvolvimento sustentável do campo e da cidade, esta política deve ser discutida com todos os atores envolvidos neste processo, fazendo assim com que cada ator se sinta responsável pelo desenvolvimento, a implantação e o acompanhamento dela, garantindo assim que ela não será descontinuada nas próximas administrações municipais.

Outra contribuição deste estudo está em trazer esta discussão a luz de todos os envolvidos para que haja maior agilidade em pensar ações efetivas para prevenir efeitos que afetem o desenvolvimento sustentável destes municípios, principalmente no setor rural o qual depende destes recursos para o desenvolvimento de suas atividades que em grande parte dos lindeiros representa sua principal atividade econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, I. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – AMOP. **Conheça a AMOP**. Disponível em <https://www.amop.org.br/detalhe-da-materia/info/conheca-a-amop/16364>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS SEDES DE USINAS HIDROELÉTRICAS – AMUSUH. **Quem Somos**. Disponível em <http://amusuh.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Portal do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acessado em: 28 mai. 2021

_____. **Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acessado em: 28 mai. 2021

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER.2007

CASTRO, J. A. de; OLIVEIRA, M. G. de. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESARROLLO. **Nuestro futuro común**. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM. **Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. O que os gestores municipais precisam saber**. Brasília. CNM. 2016. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS-Objetivos_de_Development_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU. **Histórico**. Disponível em: <https://www.lindeiros.org.br/conselho/2/historico>. Acesso em: 10 jun. 2021.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

DOMÍNGUEZ, A. G. D.; PIMENTEL F. B. O Programa Cultivando Água Boa: Uma Avaliação Desde a Perspectiva da Colonialidade. Hegemonia – **Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro**. Brasília, número 20, Janeiro-Junho de 2017, pp. 4-26. Disponível em: <[http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_20/Aldira%20Guimar%C3%A3es%20Duarte%20e%20Fagner%20Pimentel%20\(2\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_20/Aldira%20Guimar%C3%A3es%20Duarte%20e%20Fagner%20Pimentel%20(2).pdf)>. Acesso em: 08 jul. 2021.

ELKINGTON, J. 1997. **Cannibals with Forks: The triple bottom line of 21st century business**. Capstone: Oxford.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-do-rio>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GERMANI, G. I. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador, Adufa, ULBRA, 2003.

GIANSANTI, R. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1998.

GIMENEZ, H. M; LISBOA M. T; SILVA, M. A; DIALLO M. A. A tríplice fronteira como região: dimensões internacionais. **Cadernos Prolam/USP**, v. 17, n. 33, p.148-167, jul./dez. 2018

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Belo Horizonte: Nova Economia, 1997. v.7. n.1.

GREGORY, V.; SCHALLENBERGER, E. **Guaíra**: um mundo de águas e histórias. 1. ed. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2008.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 52, Piracicaba - Sp, p. 125-146. 2014. Disponível em:< [https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDsndRqMPtmf/](https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDsndRqMPtmf/?lang=pt) ?lang=pt > Acesso em: 10 jun. 2021.

GRISA, C. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRJ, 2012. Disponível em:< https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.tese_.Catia-Grisa.pdf > Acesso em: 10 jun. 2021.

ITAIPU BINACIONAL. **Cultivando Água Boa**. Disponível em: < <https://www.itaipu.gov.br/meioambiente/cultivando-agua-boas>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

_____. **Plano Estratégico 2018 – 2022**. Disponível em: < https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/Plano_Estrategico_2018-2022.pdf> Acesso em: 10 jan. 2020.

_____. **Royalties**. Disponível em <https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/rs2015/pt/2017/royalties.html#:~:text=Os%20royalties%20de%20Itaipu%20come%C3%A7aram,igualmente%20entre%20Brasil%20e%20Paraguai>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ROCHA, E. P. Canal de Desvio: Os Avá-Guarani e a Construção da Itaipu Binacional. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/download/16011/14300/33369>. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas** V.12 N.2 2018 Acesso em: 01 jul. 2021.

ROSA, M. B. **Contabilidade do setor público**. 1. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.

MAZZAROLLO, J. **A Taipa da Injustiça**: Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. 2. Ed. São Paulo. Edições Loyola . 2003.

MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. **Jose Costa Cavalcanti**. Disponível em: <https://www.memoriadaeletricidade.com.br/acervo/29868/jose-costa-cavalcanti>. Acesso em: 10 jun. 2021.

NASCIMENTO, C. P. Cenários da Produção Espacial Urbana de Porto Velho. 2009. **Dissertação**, Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia, UNIR, Porto Velho – RO. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1101> Acesso em: 10 jun. 2021.

PIFFER, M.; ALVES, L. R.; LIMA, J. F.; CAVALHEIRO, M. A.; SILVA, M.G. Desenvolvimento Regional do Oeste Paranaense a Partir do Capital Social, X Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS Disponível em:<www.unisc.br/site/sidr/textos3> Acesso em: 10 jun. 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social** - Métodos e Técnicas. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

SILVA, J. C.; THIBES, J. S. OS ROYALTIES DE ITAIPU NA EDUCAÇÃO: uma análise nos municípios lindeiros no oeste do paraná (1985-2016). **Revista RBBA**. Vol. 10. Vit. da Conquista, Bahia, Brasil/ Santa Fe, Santa Fe, Argentina. 2021

SILVA, N. L. S.; ZAMPIER, I. F.; PASTORIO, I. T.; WAMMES, L. T.; GREGOLIN, Marcos Roberto; SORNBERGER, N. A. Perfil dos Conselhos Municipais de Desenvolvementos Rural Sustentável no território Centro-Sul do Paraná. **Revista do Desenvolvimento Regional**. Taquara, v. 12, n. 2, p.177-186. Jul/dez 2015. Disponível em:< <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/323> > Acesso em: 10 jun. 2021.

SOUZA, E. B. C.; CASAGRANDE, A. E. O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n  1, p. 2 – 27, jan./jun. 2012. Disponível em:< <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3461> > Acesso em: 10 jun. 2021.

SOUZA, E. B. C.; SILVA, J. F. M. Din mica Socioespacial do Município de Guaíra (PR) após o Fim das Sete Quedas. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 16., 2010. Disponível em:< <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/446> > Acesso em: 10 jun. 2021.

STERCHILE, P. W. S.; SOUZA, E. B. C. Apontamentos sobre a aplicação dos royalties da Itaipu Binacional e o processo de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 4, n. 2. Taubaté, SP. p. 3-22, mai-ago/2008.

VANDERLINDE, T.; VANDERLINDE, J. Mística e Resistência na Fronteira. **Rev. Perspectiva Geográfica**. V.6, N7. Marechal Cândido Rondon, Pr. 2011. Disponível em:< <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9171> > Acesso em: 10 jun. 2021.

XAVIER, D. Municípios Lindeirosao Lago de Itaipu Na Microrregião de Toledo e a Aplicação de Royalties. **Anais do VII SEET**- Seminário Estadual de Estudos

Territoriais e II Jornada de Pesquisadores Sobre a Questão Agrária no Paraná.
Ponta Grossa, Pr. Agosto de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

Este estudo investigou o impacto no desenvolvimento rural sustentável com o final dos repasses dos royalties do Tratado de Itaipu aos municípios lindeiros no Brasil, para tanto, foi necessário descrever as transformações ocorridas com a construção de Itaipu no Brasil e Paraguai; identificar o grau de dependência dos municípios lindeiros no Brasil dos royalties de Itaipu e qual seu impacto no desenvolvimento rural sustentável; e investigar as ações públicas frente o fim dos pagamentos dos royalties de Itaipu.

O primeiro demonstrou as transformações ocorridas com a construção de Itaipu nos municípios limítrofes. Os dados indicam que municípios brasileiros e paraguaios sofreram processos semelhantes em relação a seus limites territoriais e suas dinâmicas sociais, sendo assim, um novo território se apresenta como resultados destas mudanças históricas. O desenvolvimento deste novo território precisa ser compreendido a partir das relações existentes entre seus espaços e seus processos.

O segundo artigo demonstrou o grau de dependências dos royalties para os municípios no Brasil. A construção de Itaipu trouxe uma significativa mudança para os 16 municípios impactados diretamente pela perda parte de seu território para a formação do lago, os valores repassados como compensação financeira por Itaipu foram incorporados aos orçamentos públicos dos municípios.

Estes recursos públicos fomentam o desenvolvimento de políticas públicas que buscam melhorar a qualidade de vida através dos serviços prestados aos cidadãos, por serem compensações temporárias colocam em risco sustentabilidade destes municípios, pois, parte dos recursos dos royalties também são destinados ao meio ambiente e aos pequenos agricultores o que impacta diretamente no Desenvolvimento rural sustentável da região, deste modo, se faz necessário divulgar junto a sociedade, aos governos municipais, os estaduais e o Governo Federal os resultados observados, principalmente sobre o impacto que causará ao desenvolvimento da região afetando significativamente o desenvolvimento rural. Outro ponto importante a ser destacado foi o desenvolvimento de uma metodologia própria de análise de indicadores públicos capaz de ser amplamente aplicada, esta metodologia foi

concebida e apresentada inicialmente neste estudo e será oportunamente descrita em outra pesquisa já em desenvolvimento.

O último artigo expõe as ações que os prefeitos dos municípios lindeiros estão realizando frente o fim do pagamento dos royalties de Itaipu. Suas ações em grande parte destes municípios ainda se encontram dependentes destes recursos.

Mesmo que ao longo dos anos as ações realizadas pelas administrações municipais e a Itaipu Binacional mitigaram parte dos problemas gerados, ainda há muito a ser feito para garantir a sustentabilidade da cidade e do campo em cada município, já que parte destes recursos são destinadas a agricultura e meio ambiente.

Esta situação coloca de modo geral o desenvolvimento e a sustentabilidade urbana e rural em um caminho para o colapso, como resposta a este risco, os prefeitos têm procurado manter uma agenda de investimentos e unir forças através de conselhos e associações para evitar o fim dos pagamentos de royalties.

De acordo com o Anexo C, que trata das bases financeiras do Tratado de Itaipu, falta pouco tempo para que as compensações financeiras sejam quitadas (2023), porém, as transformações ainda ocorrem neste espaço. E, novos desafios surgem e estes municípios necessitam de estabilidade financeira para desenvolver ações voltadas a alcançar os objetivos planejados em seus orçamentos, cumprindo assim as metas propostas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Atualmente, Itaipu tem se mostrado como uma importante aliada no atingimento das metas propostas pelos ODS, recordar neste momento que os objetivos estratégicos de Itaipu e os orçamentos públicos estão em sintonia para diminuir a desigualdade na região é avivar a necessidade da continuidade dos repasses de Itaipu, seja pela continuidade dos Royalties ou por outra forma de compensação.

Paralelo a isso, é imperativo conceber um conjunto de políticas públicas capaz de levar a região lindeira ao desenvolvimento sustentável no campo e na cidade, levando-se em conta as particularidades de cada município. Para este importante passo é necessário contar com as universidades, centros de excelência atuantes na região, pois, através do conhecimento gerado no passado e no presente por seus pesquisadores será possível projetar um caminho para um significativo avanço promovendo a ascensão regional.

Unir forças em prol de um objetivo comum é primordial neste momento para o retorno a estrada para o futuro e mobilizar a sociedade para os desafios que se aproximam é parte importante no processo de sensibilização do Governo Federal.

Assim como no passado, a união de esforços ajudou a reduzir os impactos sofridos em decorrência da construção de Itaipu, um novo pacto se faz necessário para proteger o desenvolvimento urbano e rural na região, os argumentos dos municípios lindeiros, de que ainda restam passivos a serem mitigados decorrentes da construção da usina, somados aos relevantes serviços prestados na preservação e manutenção do reservatório de Itaipu são argumentos justos para pleitear a continuidade das compensações financeiras.

Itaipu e os municípios lindeiros compartilham seus desejos e anseios para o desenvolvimento sustentável da região, desta forma, o auxílio mútuo entre a usina de Itaipu e seus municípios vizinhos garantirá que a geração atual se desenvolva sem comprometer as necessidades das gerações futuras locais.

APÊNDICE A - MODELO DE PEDIDO DE ACESSO A INFORMAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR xxxxxxxxxx - Prefeito do Município de xxxxxxxx.

PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Welinton Camargo Ferreira, inscrito no CPF/MF sob nº 000.000.000-00, portador da cédula de identidade nº 0.00.000/PR residente e domiciliado na Alameda Francisco Valentim Trindade, nº 125, Jardim Esmeralda, CEP 85.852-370, Foz do Iguaçu/PR, vêm respeitosamente à presença de V. Exa, nos termos do artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição da República e da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), sem prejuízo de outros dispositivos legais aplicáveis, requerer as seguintes informações contábeis:

- Cópia da execução do orçamento **da Secretaria de Agricultura e do Meio Ambiente no período de 2010 a 2013**, constando o saldo inicial proposto, o valor orçamentário executado e o saldo final da execução orçamentária para o período.
- Cópia do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO Anexo II da Lei Complementar nº.101/00 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) da Prefeitura Municipal **no período de 20116 a 2018**.

Em conformidade com a lei, o requerente informa que a prestação da resposta ao presente pedido poderá ser feita via e-mail no endereço welintonferreira@hotmail.com, ou via carta no endereço acima mencionado, ou ainda poderá ser deixado a disposição para que se possa confeccionar as cópias necessárias. Quaisquer dúvidas podem ser tiradas via e-mail ou telefone (45) 9986-5221 com Welinton Camargo Ferreira.

Termos em que

Pede deferimento.

Foz do Iguaçu, 02 de Junho de 2020.

WELINTON CAMARGO FERREIRA

APÊNDICE B - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

A presente pesquisa tem por objetivo compreender que ações estão sendo tomadas pelos prefeitos para o enfrentamento do fim dos royalties no ano de 2023.

Agradecemos sua participação no desenvolvimento desta pesquisa

1) A Construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu gerou problemas socioeconômicos no município.

() Sim - Indique os 03 principais

01 - _____

02 - _____

03 - _____

() Não

2) As principais áreas afetadas pela implantação da Usina de Itaipu foram a Agricultura e o Meio Ambiente.

() Concordo Fortemente

() Concordo

() Discordo

() Discordo Fortemente

3) Quais problemas socioeconômicos gerados no passado (pela construção da usina) até o presente momento merecem atenção.

() Econômicos

() Ambientais

() Agrários

() Fiscais

() Outro: especifique _____

4) Os royalties pagos pela Usina de Itaipu auxiliaram na redução nos problemas gerados.

☐) Concordo Fortemente

☐) Concordo

☐) Discordo

☐) Discordo Fortemente

Cite os principais

5) As administrações municipais anteriores conseguiram reduzir significativamente os problemas ocorridos na implantação da Usina

☐) Concordo Fortemente

☐) Concordo

☐) Discordo

☐) Discordo Fortemente

Cite os principais problemas reduzidos

6) Durante o período de recebimento dos Royalties do Tratado de Itaipu foram desenvolvidas políticas públicas objetivando a sustentabilidade do município após o término dos pagamentos?

☐) Se Sim - Indique os 03 principais

01 - _____

02 - _____

03 - _____

☐) Se Não. Justifique o motivo.

7) Enumere as principais atividades econômicas do município por ordem de importância (por ordem de importância onde o número 1 é o de maior importância e assim sucessivamente):

☐ Agricultura

☐ Pecuária (corte e leite)

☐ Atividade Industrial

☐ Educação

☐ Turismo

☐ Outro: especifique: _____

8) Os Royalties do tratado de Itaipu compõem importante parcela dos recursos municipais

☐ Concordo Fortemente

☐ Concordo

☐ Discordo

☐ Discordo Fortemente

Indique onde ele impacta

9) As principais áreas financiadas por ordem de importância com os recursos são (por ordem de importância onde o número 1 é o de maior importância e assim sucessivamente):

☐ Saúde

☐ Educação

☐ Agricultura

☐ Meio Ambiente

☐ Indústria

☐ Comércio e Serviços

☐ Desporto e Lazer

☐ Urbanismo

☐ Cultura

☐ Trabalho

☐ Segurança Pública

☐ Turismo ☐ outra: especifique: _____

10) A Usina de Itaipu já desenvolveu alguma destas ações ou projetos socioambientais no Município:

- ☐ Monitoramento e avaliação ambiental
- ☐ Educação ambiental
- ☐ Valorização do Patrimônio Institucional e regional
- ☐ Gestão por bacias
- ☐ Infraestrutura Eficiente
- ☐ Biodiversidade
- ☐ Agricultura Familiar
- ☐ Agricultura Orgânica
- ☐ Diversificação e Agroindustrialização
- ☐ Plantas Medicinais
- ☐ Produção de Peixes
- ☐ Comunidades Indígenas
- ☐ Coleta Solidária
- ☐ Juventude ☐ outra: especifique:_____

11) A Usina de Itaipu atualmente desenvolve projetos em parceria com o Município

- ☐ Sim. Cite quais projetos:_____
- ☐ Não

12) No momento atual o município se encontra preparado para uma eventual descontinuidade dos pagamentos de Royalties.

- ☐ Concordo Fortemente
- ☐ Concordo
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo Fortemente

Se Sim, explique o principal o motivo:

Se Não, explique o principal motivo:

13) O Município está se preparando para o término dos pagamentos de royalties com ações que visam o contingenciamento de gastos e investimentos públicos.

() Não. Explique o principal motivo:

() Sim. Explique as principais ações preventivas tomadas:

14) O município se manifestou junto a Itaipu Binacional sobre a necessidade da continuidade dos pagamentos de Royalties ou outro tipo de compensação financeira.

() Não

() Sim. Descreva qual foi esta ação.

15) O Município tem negociado a continuidade dos pagamentos de royalties através da AMOP - Associação dos Municípios do oeste do Paraná.

() Não. Explique o principal motivo:

() Sim. Explique de que forma

16) Caso seja encerrado conforme determina o Anexo C do Tratado de Itaipu os pagamentos dos royalties em 2023 as principais áreas afetadas serão (por ordem de importância onde o número 1 é o de maior importância e assim sucessivamente):

- () Saúde**
- () Educação**
- () Agricultura**
- () Meio Ambiente**
- () Indústria**
- () Comércio e Serviços**
- () Desporto e Lazer**
- () Urbanismo**
- () Cultura**
- () Trabalho**
- () Segurança Pública**
- () Turismo**

17) Descreva que as 05 principais ações você, enquanto gestor público a frente deste município, está tomando frente ao término da continuidade dos pagamentos dos royalties.

Agradecemos sua colaboração

ANEXO A – ANEXO C DO TRATADO DE ITAIPU

ANEXO C

AO TRATADO DE ITAIPU

(Brasília, 26.04.1973)

Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade da ITAIPU.

I - Definições

Para os efeitos do presente Anexo entender-se-á por:

I.1 – Entidades: a ELETROBRÁS, a ANDE ou as empresas ou entidades brasileiras ou paraguaias por elas indicadas, conforme o Artigo XIV do Tratado assinado pelo Brasil e Paraguai em 26 de abril de 1973.

I.2 – Potência instalada: a soma das potências nominais de placa, expressas em quilowatts, dos alternadores instalados na central elétrica.

I.3 – Potência contratada: a potência em quilowatts que a ITAIPU colocará, permanentemente, à disposição da entidade compradora, nos períodos de tempo e nas condições dos respectivos contratos de compra e venda dos serviços de eletricidade.

I.4 – Encargos financeiros: todos os juros, taxas e comissões pertinentes aos empréstimos contratados.

I.5 – Despesas de exploração: todos os gastos imputáveis à prestação dos serviços de eletricidade, incluídos os gastos diretos de operação e de manutenção, inclusive as reposições causadas pelo desgaste normal, gastos de administração e gerais, além dos seguros contra os riscos dos bens e instalações da ITAIPU.

I.6 – Período de operação e faturamento: o mês calendário.

I.7 – Conta de exploração: o balanço anual entre a receita e o custo do serviço.

II - Condições de Suprimento

II.1 – A divisão em partes iguais da energia estabelecida no Artigo XIII do Tratado, será efetuada por via de divisão da potência instalada na central elétrica.

II.2 – Cada entidade, no exercício do seu direito à utilização da potência instalada, contratará com a ITAIPU, por períodos de vinte anos, frações da potência instalada na central elétrica, em função de um cronograma de utilização que abrangerá este período e indicará, para cada ano, a potência a ser utilizada.

II.3 – Cada uma das entidades entregará à ITAIPU o cronograma acima referido, dois anos antes da data prevista para a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora da central elétrica e dois anos antes do término do primeiro e dos subsequentes contratos de vinte anos.

II.4 – Cada entidade, tem o direito de utilizar a energia que puder ser produzida pela potência por ela contratada até o limite que será fixado, para cada período de operação, pela ITAIPU. Fica entendido que cada entidade poderá utilizar dita potência por ela contratada, durante o tempo que lhe convier, dentro de cada período de operação, desde que a energia por ela utilizada, em todo esse período, não exceda o limite acima mencionado.

II.5 – Quando uma entidade decide não utilizar parte da potência contratada ou parte da energia a esta correspondente, dentro do limite fixado, poderá autorizar a ITAIPU a ceder às outras entidades a parte que assim se tornar disponível, tanto de potência como de energia, no período referido em II.4, nas condições estabelecidas em IV.3.

II.6 – A energia produzida pela ITAIPU será entregue às entidades no sistema de barramentos da central elétrica, nas condições estabelecidas nos contratos de compra e venda.

III - Custo do Serviço de Eletricidade

O custo do serviço de eletricidade será composto das seguintes parcelas anuais:

III.1 – O montante necessário para o pagamento, às partes que constituem a ITAIPU, de rendimentos de doze por cento ao ano sobre sua participação no capital integralizado, de acordo com o Parágrafo 1º do artigo III do Tratado e com o Artigo VI do Estatuto (Anexo A).

III.2 – O montante necessário para o pagamento dos encargos financeiros dos empréstimos recebidos.

III.3 – O montante necessário para o pagamento da amortização dos empréstimos recebidos.

III.4 – O montante necessário para o pagamento dos "royalties" às Altas Partes Contratantes, calculado no equivalente de seiscentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt-hora, gerado e medido na central elétrica. Esse montante não poderá ser inferior, anualmente, a dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, à razão da metade para cada Alta Parte Contratante. O pagamento dos "royalties" se realizará mensalmente, na moeda disponível pela ITAIPU.

III.5 – O montante necessário para o pagamento à ELETROBRÁS e à ANDE, em partes iguais, a título de ressarcimento de encargos de administração e supervisão relacionados com a ITAIPU, calculados no equivalente de cinquenta dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt-hora gerado e medido na central elétrica.

III.6 – O montante necessário para cobrir as despesas de exploração.

III.7 – O montante do saldo, positivo ou negativo, da conta de exploração do exercício anterior.

III.8 – O montante necessário à remuneração a uma das Altas Partes Contratantes, equivalente a trezentos dólares dos Estados Unidos da América, por gigawatt-hora cedido à outra Alta Parte Contratante. Esta remuneração se realizará mensalmente na moeda disponível pela ITAIPU.

IV - Receita

IV.1 – A receita anual, decorrente dos contratos de prestação dos serviços de eletricidade, deverá ser igual, em cada ano, ao custo do serviço estabelecido neste Anexo.

IV.2 – Este custo será distribuído proporcionalmente às potências contratadas pelas entidades supridas.

IV.3 – Quando se verificar a hipótese prevista em II.5 anterior, o faturamento às entidades contratantes será feito em função da potência efetivamente utilizada.

IV.4 – Quando não se verificar a hipótese prevista em II.5, e tendo-se em vista o disposto no Artigo XIII do Tratado e em IV.2 acima, a responsabilidade da entidade que contratou a compra será a da totalidade da potência contratada.

V - Outras Disposições

V.1 – O Conselho de Administração, com prévio parecer da ELETROBRÁS e da ANDE, regulamentará as normas do presente Anexo, tendo como objetivo a maior eficiência da ITAIPU.

V.2 – O valor dos rendimentos sobre o capital, dos "royalties" do ressarcimento dos encargos e da remuneração mencionados, respectivamente, em III.1, III.4, III.5 e III.8, anteriores, será mantido constante de acordo com o estabelecido no § 4.o do Artigo XV do Tratado.

VI - Revisão

As disposições do presente Anexo serão revistas, após o decurso de um prazo de cinquenta anos a partir da entrada em vigor do Tratado, tendo em conta, entre outros aspectos, o grau de amortização das dívidas contraídas pela ITAIPU para a construção do aproveitamento e a relação entre as potências contratadas pelas entidades de ambos países.

(Publicado no "Diário Oficial" de 30.8.1973, pág. 8.645.)

INTERPRETAÇÃO DO ANEXO C AO TRATADO DE ITAIPU

(Assunção, 11.2.1974)

Notas Interpretativas sobre o Anexo C do Tratado para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, pertencentes em Condomínio aos dois Países, desde e

inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu, de 26 de abril de 1973.

Aos onze dias de fevereiro de 1974 foram concluídas em Assunção, pelos Senhores Mário Gibson Barboza, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, e Raúl Sapena Pastor, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Notas Interpretativas sobre o Anexo C do Tratado para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, pertencentes em Condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu, de 26 de abril de 1973.

A Nota brasileira é do teor seguinte:

Assunção, em 11 de fevereiro de 1974.

Senhor Ministro:

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota de Vossa Excelência, desta data, cujo texto em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,
Com referência ao Anexo C do Tratado de Itaipu, assinado a 26 de abril de 1973 entre o Governo da República do Paraguai e o Governo da República Federativa do Brasil, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o entendimento do Governo da República do Paraguai é o seguinte:

A) os valores estabelecidos no citado Anexo C, itens III.4, III.5 e III.8, serão atualizados de acordo com o previsto no Artigo XV do referido Tratado, devendo, além disso, ter relação com: a) os ajustes reais de custo que ocorrerem nas obras da hidroelétrica de Itaipu, tomando-se como base inicial o orçamento estabelecido no "Relatório Preliminar" submetido pela Comissão Mista Técnica Paraguaio-Brasileira aos Governos do Paraguai e do Brasil em 12 de janeiro de 1973, citado no Anexo B ao Tratado de 26 de abril de 1973, e b) o custo da energia elétrica a ser produzida em Itaipu; e

B) o período de vinte anos mencionado no item II.2 do citado Anexo C poderá dividir-se em dois subperíodos de dez anos, aos quais se aplicará o disposto no parágrafo 2 da Nota Reversal nº 5, de 26 de abril de 1973.

Em consequência, no momento da entrada em serviço da primeira unidade geradora - no que se refere ao inciso A) - e por ocasião do primeiro contrato entre Itaipu e ANDE, ou empresas ou entidades por esta indicadas - no que se refere ao inciso B) - serão adotadas, mediante entendimento dos dois Governos ou conforme o previsto no citado Anexo C, item V.1, as medidas pertinentes que se fizerem necessárias, de acordo com suas respectivas disposições constitucionais.

Caso o Governo do Brasil concorde com o que antecede, esta Nota e a de Vossa Excelência, em resposta à presente, constituirão acordo entre os dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. - Raúl Sapena Pastor".

2. Em resposta, é-me grato informar Vossa Excelência da concordância do Governo brasileiro com o teor da Nota acima transcrita que passa a constituir, juntamente com a presente, acordo entre os dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

(a) Mário Gibson Barboza

PARAGUAI - NOTA REVERSAL Nº 1, de 11.2.74.

(Publicada no "Diário Oficial" de 20.2.74, pág. 2.002.)